

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

MATEUS FERNANDES VERDAN

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA
REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Agosto de 2022

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

MATEUS FERNANDES VERDAN

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA
REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Orientadora: Prof.^a Ludmila Gonçalves da Matta, D. Sc.

Campos dos Goytacazes, RJ

AGOSTO DE 2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 026/2022

Verdan, Mateus Fernandes.

Instituições de ensino superior e desenvolvimento: uma análise da região noroeste fluminense. / Mateus Fernandes Verdan. – 2022.
173 f.

Orientador(a): Ludmila Gonçalves da Matta.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
Referências: f. 116-132.

1. Educação superior. 2. Noroeste fluminense. I. Matta, Ludmila Gonçalves da, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU – 378(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7ª-6723

MATEUS FERNANDES VERDAN

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA
REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Aprovado em 19 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ludmila Gonçalves da Matta, D.Sc. – orientadora
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - CAMPOS

Prof. Romeu e Silva Neto, D.Sc.
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - CAMPOS

Prof. Robson Santos Dias, D.Sc.
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2022

RESUMO

O Noroeste Fluminense é uma mesorregião do Estado do Rio de Janeiro constituída por treze municípios, caracterizada pela estagnação econômica e esvaziamento demográfico em virtude dos graves problemas socioeconômicos existentes. Sua base produtiva é a produção agropecuária e sua participação no PIB estadual é de apenas 1%, com elevada dependência de repasses governamentais externos, sendo o setor público o maior gerador de empregos formais. Encontram-se presentes em seu território nove Instituições de Ensino Superior (IES) de modalidade presencial, sendo quatro públicas (IFFluminense, FAETERJ, ISEMI e INFES/UFF) e cinco privadas (UNIG, UniRedentor, UNIFSJ, FAMESC e FASAP), distribuídas em três municípios da região: Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua). Buscou-se, como objetivo principal desta dissertação, analisar como tais Instituições de Ensino Superior instaladas no Noroeste Fluminense se relacionam com o desenvolvimento econômico, humano e social da região. A metodologia empregada foi a pesquisa exploratória com base na coleta de dados das referidas IES e do Noroeste Fluminense, buscando-se empregar uma abordagem qualitativa sobre as informações obtidas. Os resultados apontam para os efeitos positivos das IES no desenvolvimento econômico, humano e social da região, sobretudo quanto à qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho local e na elevação dos indicadores de educação e saúde.

Palavras-chave: educação e desenvolvimento; educação superior; Noroeste Fluminense.

ABSTRACT

Noroeste Fluminense is a mesoregion of the State of Rio de Janeiro, consisting of thirteen municipalities, characterized by economic stagnation and demographic emptying due to the serious socioeconomic problems that exist. Its production base is agricultural production and its participation in the state GDP is only 1%, it is highly dependent on external government transfers and the public sector is the biggest generator of formal jobs. Nine Higher Education Institutions (HEIs) are present in its territory, four public (IFFluminense, FAETERJ, ISEMI and INFES/UFF) and five private (UNIG, UniRedentor, UNIFSJ, FAMESC and FASAP), distributed in three municipalities in the region: Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana and Santo Antônio de Pádua). The main objective of this dissertation was to analyze how such Higher Education Institutions installed in the Northwest Fluminense relate to the economic, human and social development of the region. The methodology used was exploratory research based on the collection of data from the aforementioned HEIs and from Noroeste Fluminense, seeking to employ a qualitative approach to the information obtained. The results point to the positive effects of HEIs on the region's economic, human and social development, especially in terms of qualifying the workforce for the local job market and raising education and health indicators.

Keywords: education and development; college education; Northwest Fluminense.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivo Geral	12
1.1.2 Objetivos Específicos	12
1.2 METODOLOGIA	12
1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	13
2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS	14
2.1 O DESENVOLVIMENTO EM UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA	14
2.1.1 Abordagens clássicas sobre o desenvolvimento econômico: desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico	15
2.1.2 O Desenvolvimento Econômico Pensado a partir dos Territórios: Teorias Da Localização e Desenvolvimento Regional	20
2.2 AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL.....	26
2.3 NOVOS PARÂMETROS PARA O DESENVOLVIMENTO: A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	36
3 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	39
3.1 HISTÓRICO DO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	39
3.2 A EDUCAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO FATOR DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL IMATERIAIS: CAPITAL HUMANO, CAPITAL CULTURAL E CAPITAL SOCIAL.....	45
3.2.1 O Capital Humano e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social .	47
3.2.2 O Capital Cultural e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social ..	51
3.2.3 O Capital Social e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social	54
3.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO	59

4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO NOROESTE FLUMINENSE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO.....	69
4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO NOROESTE FLUMINENSE	70
4.1.1 Indicadores socioeconômicos do Noroeste Fluminense.....	74
4.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO NOROESTE FLUMINENSE	85
4.2.1 Universidade Iguazu Campus V (UNIG – Itaperuna).....	86
4.2.2 Centro Universitário Redentor (UniRedentor – Itaperuna).....	89
4.2.3 Centro Universitário São José (UNIFSJ – Itaperuna).....	91
4.2.4 Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI – Itaperuna)	93
4.2.5 Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ – Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua)	94
4.2.6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense – Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua).....	96
4.2.7 Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC – Bom Jesus do Itabapoana).....	99
4.2.8 Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP – Santo Antônio de Pádua)	101
4.2.9 Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES – Santo Antônio de Pádua)	102
4.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO NO NOROESTE FLUMINENSE: RESULTADOS DA PESQUISA.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES	133

1 INTRODUÇÃO

O Noroeste Fluminense é uma Mesorregião do Estado do Rio de Janeiro criada em 1987 (PIRACICABA; LEMOS, 2017) durante o governo Moreira Franco, e que se constitui atualmente por 13 municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.

Segundo Maia e Lemos (2019), a região constitui-se de uma área com graves problemas de estagnação econômica e esvaziamento demográfico. Assentada sobre bases produtivas tradicionais com baixo incremento tecnológico, teve historicamente sua economia centrada no setor primário, com destaque para a cafeicultura, a pecuária leiteira e a agricultura familiar. De acordo com Baptista (2019, p. 190), “o Noroeste Fluminense é a região que menos contribui para o PIB estadual, o que implica uma participação de 1% na economia fluminense”. A atividade industrial é limitada a poucas atividades de baixo valor agregado, ligadas sobretudo ao beneficiamento da produção primária regional.

Na atualidade, o Noroeste Fluminense tem na agropecuária a sua principal atividade econômica, com destaque para a pecuária leiteira. Diante desse contexto econômico-produtivo, empresas como a Parmalat, instalada no município de Itaperuna, realizam a integração entre os setores primário e secundário da economia “recolhendo a produção dos pequenos produtores e trabalhando na produção de leite longa vida e de vários derivados, como doce de leite, leite condensado, e requeijão, gerando empregos no campo e na zona urbana” (MARAFON *et al.*, 2011, p. 111). Outro importante estabelecimento industrial é a Yoki Alimentos, em Bom Jesus de Itabapoana. Santo Antônio de

Pádua e Aperibé, a partir dos anos 1990, passaram a extrair rochas ornamentais de suas pedreiras e beneficiá-las para revestimento na construção, componente da indústria extrativa mineral. (BAPTISTA, 2019, p. 191).

No entanto, nas últimas décadas teve-se na região o desenvolvimento de atividades terciárias especializadas, sobretudo na área da saúde, serviços médicos e ensino superior.

O município de Itaperuna, centro dinâmico e polarizador do Noroeste Fluminense, destaca-se em “função não só de sua evolução histórica, mas também da rede viária implantada, que possibilita sua ligação tanto com os demais municípios da região, como também com outras partes do estado” (MAIA; LEMOS, 2019, p. 40). Ademais, Itaperuna possui grande oferta de serviços médicos e destaca-se no cenário nacional como referência em tratamentos cardiovasculares.

Outros dois municípios têm se despontado como polos na região (MAIA; LEMOS, 2019). Um deles, Santo Antônio de Pádua, em virtude do desenvolvimento econômico baseado na exploração mineral de rochas ornamentais, ao acesso facilitado aos territórios capixaba e mineiro, acesso às rodovias RJ-186 e BR-393, e tendência de se tornar um polo papeleiro (MAIA; LEMOS, 2019). Já o outro, Bom Jesus do Itabapoana, em virtude de já possuir serviços especializados, acesso às rodovias RJ-186 e BR-393, dispor de atividades ligadas à mecânica e manutenção de automóveis e caminhões, bem como o comércio desenvolvido de autopeças, como forma de suporte ao grande fluxo rodoviário ao qual estão submetidos diariamente (MAIA; LEMOS, 2019).

Além disso, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana têm se destacado em virtude da oferta regular de ensino superior presencial, tanto na rede pública quanto privada, oferecendo diferentes cursos e programas. De com a LDBEN (BRASIL, 1996) a Educação Superior no Brasil tem como finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através

do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, on-line).

Os incisos supracitados estabelecem uma relação de interrelação entre o saber e competências adquiridos pelos egressos de nível superior com sua capacidade de análise, produção, aplicação e difusão de conhecimentos científicos, técnicos e culturais. Demonstram ainda preocupação em estabelecer relações entre a educação superior e sua inserção territorial em múltiplas escalas. Estabelece objetivos de formação e qualificação para o mercado de trabalho, para o desenvolvimento e aprimoramento técnico e indica a responsabilidade da educação superior e de seus egressos na melhoria das condições gerais de vida da sociedade.

Em Itaperuna, há a presença de um campus da Universidade Iguazu (UNIG), um campus da Faculdade Redentor, o Centro Universitário São José, um campus da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio De Janeiro (FAETERJ), o Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI) e um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense).

Em Santo Antônio de Pádua, há a presença da Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP), um campus da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio De Janeiro (FAETERJ), um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), além do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES) vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em Bom Jesus do Itabapoana, há um campus da Faculdade Metropolitana São Carlos (Famesc), um campus da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio De Janeiro (FAETERJ) e um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense).

Considerando-se as particularidades econômicas, humanas e sociais do Noroeste Fluminense, bem como das finalidades da Educação Superior no Brasil, conforme o disposto na LDBEN 9.394 (BRASIL, 1996), acredita-se no escopo desta pesquisa que as Instituições de Ensino Superior presentes no Noroeste Fluminense podem contribuir de forma positiva para o crescimento econômico, a qualificação do trabalho, o debate de ideias, a abertura para novos elementos culturais e social e a melhorias das condições de vida existentes na região. As IES, nas pessoas de seus docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e de apoio, dessa maneira, têm a possibilidade de assumir papéis de agentes sociais ativos na construção de um desenvolvimento socioeconômico no Noroeste Fluminense. Nesse sentido, vale dizer que

A educação assume o papel, desde as últimas décadas do século XX, de referencial para perspectivas concretas de crescimento econômico e competitividade nos mercados globalizados. Nos atuais cenários, onde a qualidade do conhecimento da população constitui um fator diferenciador, ter indivíduos qualificados e preparados academicamente certamente significará caminhos abertos para o avanço tecnológico, econômico e social. A educação pode ser uma estratégia para diminuir as desigualdades, na medida em que, ao gerar melhores qualificações, aumenta as oportunidades no mercado de trabalho. (...) A educação, com a solidificação de processos abrangentes de ensino e aprendizagem, é instrumento de transformação social que abre caminho para a inclusão social e para ações que podem encaminhar à construção de um mundo mais humano. Cada vez mais a oferta de ensino de boa qualidade é requisito para que se possa pensar em justiça social, dando condições para que os indivíduos possam competir em graus semelhantes de igualdade. (TCE-RJ, 2004, p. 26-27).

A educação e, em particular, a educação superior, apresenta-se como um fator de desenvolvimento econômico, humano e social, colaborando potencialmente para o enriquecimento material e imaterial dos territórios onde se encontra difundida. Por sua vez, a qualificação da mão de obra tem o potencial de induzir o desenvolvimento territorial a partir da perspectiva econômica da alocação de recursos, tomando os indivíduos como bens de capital (intelectual/simbólico) disponíveis à produção de riquezas. Assim,

A educação causa diversos tipos de impactos no desenvolvimento econômico e na sociedade, porque esta possui um caráter sistêmico de um nível muito elevado, ou seja, cada acréscimo de quantidade ou qualidade educacional é refletido diretamente no desenvolvimento e surgimento de novas oportunidades, causando um ciclo de progresso em todas as esferas. (TONON, 2008, p. 6-7).

Nesse contexto, ao formar mão de obra qualificada para atender os setores econômicos, as Instituições de Ensino Superior atuam no sentido de criação/multiplicação dos meios de produção (FAVARO; TUMULO, 2016).

No caso específico do Noroeste Fluminense, verifica-se a existência de três municípios-núcleos de formação e qualificação: Itaperuna, exercendo a maior atração e importância para educação superior regional, dada a maior oferta de cursos e instituições de ensino de superior; Santo Antônio de Pádua, com aprofundamento na qualificação a partir de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*; e Bom Jesus do Itabapoana, cuja centralidade despontou-se recentemente a partir da expansão do Instituto Federal Fluminense no município e da chegada da FAMESC.

Desse modo, a importância deste trabalho justifica-se na necessidade de se conhecer melhor as características do Noroeste Fluminense e o papel que o ensino superior tem de articular os fenômenos socioeconômicos internos à região. Além disso, a presente pesquisa justifica-se na necessidade de pensar a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária articulada ao desenvolvimento econômico, humano e social, bem como refletir sobre a formação de mão de obra especializada para atender a um mercado de trabalho local diante dos desafios impostos pela fragmentação produtiva, o surgimento de novas tecnologias e precarização da atividade econômica regional em detrimento da concorrência supraescalar. Justifica-se igualmente pela necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir da pessoa humana, isto é, dos efeitos sociais que resultem em melhoria da qualidade de vida da população. Assim, do ponto de vista de sua aplicabilidade social, este trabalho pode colaborar como suporte às IES e às políticas públicas educacionais no realinhamento de propostas pedagógicas que considerem o Noroeste Fluminense diante da complexidade local-regional-global.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como as Instituições de Ensino Superior, com ensino presencial, instaladas no Noroeste Fluminense se relacionam com o desenvolvimento econômico, humano e social da região.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as transformações históricas do conceito de desenvolvimento descrevendo suas múltiplas expressões;
- b) Problematizar a relação entre Educação e Desenvolvimento econômico, humano e social;
- c) Descrever as características sociais e regionais do Noroeste Fluminense;
- d) Investigar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão realizada pelas IES no Noroeste Fluminense.

1.2 METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória com o intuito de problematizar a relação entre educação e desenvolvimento, sendo realizada a partir da abordagem qualitativa. O trabalho tem como escopo a revisão de literatura especializada, utilizando-se, para isso, de livros e artigos científicos; pesquisas em bancos de dados, tais como RAIS/CAGED, IBGE Cidades, dentre outras; e levantamento de dados e informações sobre as Instituições de Ensino Superior coletados no site e-MEC e nos sites próprios das IES presentes no Noroeste Fluminense, bem como nas bases das Bibliotecas Virtuais destas mesmas IES.

Dentro do escopo deste trabalho, optou-se por delimitar a abrangência da pesquisa apenas às Instituições de Ensino Superior que possuem cursos presenciais, em virtude de não terem sido encontrados estudos que se dedicassem a examinar

profundamente e de maneira particular os efeitos da Educação Superior na modalidade a distância sobre o desenvolvimento econômico, humano e social em um determinado recorte espacial.

1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O Capítulo 1 desta pesquisa de Dissertação constitui-se nesta Introdução. Em seguida, seguem-se outros três capítulos além das Considerações Finais.

No Capítulo 2, buscou-se apresentar as contribuições de diferentes autores sobre o conceito de desenvolvimento, abordando as concepções de desenvolvimento econômico, humano e social.

No Capítulo 3, abordou-se a problematização da relação entre educação e desenvolvimento, sobretudo no que concerne à educação superior enquanto fator de desenvolvimento econômico, humano e social.

No Capítulo 4, foram descritas características sociais e regionais do Noroeste Fluminense, de forma que se possa compreender o estado sócio-econômico-produtivo da referida região. Depois, buscou-se analisar o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior no Noroeste Fluminense, para que, então, se pudesse analisar de que maneira as IES funcionam como fator de desenvolvimento da região.

As Considerações Finais concluem a presente pesquisa, retomando os pontos principais do debate acerca da relação entre educação e desenvolvimento, discutindo as ações já existentes e as potencialidades das Instituições de Ensino Superior no Noroeste Fluminense.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS

O objetivo deste capítulo é discutir o conceito de Desenvolvimento conforme foi elaborado ao longo do tempo. Nesse sentido, busca-se investigar as contribuições de autores clássicos do desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico, do desenvolvimento aplicado ao espaço (desenvolvimento regional) e do desenvolvimento humano e social.

Com fins a este objetivo, o capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira seção, busca-se elencar as contribuições de clássicos do desenvolvimento econômico. Na segunda parte, buscou-se apresentar a ampliação de paradigma do desenvolvimento enquanto crescimento econômico para o desenvolvimento enquanto desenvolvimento humano e social.

2.1 O DESENVOLVIMENTO EM UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA

Nesta seção, busca-se apresentar as contribuições de diversos autores que pensaram o desenvolvimento em uma perspectiva econômica. Neste sentido, o conteúdo está dividido em duas subseções: na primeira, a 2.1.1, busca-se analisar o desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico; na segunda, a 2.1.2, busca-se apresentar as contribuições de clássicos que pensaram o desenvolvimento, entendido em sua perspectiva econômica, a partir da organização dos territórios, isto é, o desenvolvimento regional.

2.1.1 Abordagens clássicas sobre o desenvolvimento econômico: desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico

Os estudos sobre o desenvolvimento surgem entre autores com trabalhos na Economia e, por muito tempo, as abordagens sobre o tema tiveram o crescimento econômico como perspectiva central. Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill e Alfred Marshall podem ser citados como clássicos do pensamento que entre os séculos XVIII, XIX e XX pensaram a economia, o trabalho, a distribuição da riqueza e o papel do Estado nesse processo. Na perspectiva das Ciências Econômicas, as ideias de crescimento e desenvolvimento mantiveram-se sem distinções precisas até a década de 1960 (LUCHT FILHO, 2004).

Smith (1985 apud PEREIRA; MENEZES, 2008), em *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, considera que as vantagens competitivas de cada nação, os interesses individuais (egoísmo) e a melhoria das técnicas já existentes produziram o crescimento econômico mediante o reinvestimento do lucro em novas demandas produtivas, que criarão postos de trabalho e, assim, levarão a um equilíbrio nos interesses e necessidades dos indivíduos através da mão invisível do mercado.

Ricardo (1982 apud LUCHT FILHO, 2004), autor de *Princípios de Economia Política e Tributação*, diz que o valor mais baixo dos alimentos faria cair a necessidade de se pagar salários maiores aos trabalhadores, aumentando assim o lucro e, por sua vez, o reinvestimento produtivo. Ricardo (1982 apud SOUZA, 2004) aborda pela primeira vez a Teoria das Vantagens Comparativas, onde sociedades distintas, comercializando entre si, aproveitariam mutuamente com os benefícios advindos de seus recursos desiguais e de seus diferentes níveis de especialização. Segundo Batista (2012), Ricardo (1982) também se destaca ao abordar em sua obra questões como o incremento técnico aplicado a produção, ter refletido sobre a respeito do trabalho, do comércio e da inflação: “Percebe-se que David Ricardo apresentou propostas importantes que visavam o bom funcionamento da economia e muitas dessas ideias permanecem vivas até os dias de hoje” (BATISTA, 2012, p. 11).

Malthus (1996 apud SOUZA; PREVIDELLI, 2017), autor de *Ensaio sobre a população*, ao analisar as estatísticas desproporcionais entre o crescimento populacional

e a produção de alimentos, considera que o controle da taxa de natalidade é fundamental para a elevação dos salários e para a criação de poupanças a serem investidas em atividades produtivas. Para Souza e Previdelli (2017), a importância de Malthus (1996), tanto em sua pesquisa econômica quanto populacional, reside na busca de “(...) uma modelagem de explicação econômica, como do sistema dedutivo-hipotético de formulação de ‘Leis’ de movimento na sociedade” (SOUZA; PREVIDELLI, 2017, p. 13).

Mill, segundo Scoville e Oliveira (2014), é um autor mais heterodoxo que seus predecessores. Autor de *Princípios de Economia Política*, Mill contribuiu para o pensamento econômico de sua época, visto que revitalizou, completou e destoou em muitos aspectos as análises econômicas de seus predecessores. Mill também pensou a respeito de questões envolvendo a produção de alimentos, assim como Ricardo e Malthus, deu ênfase à evolução tecnológica, destacou os problemas dos monopólios, ressaltou a importância da pesquisa universitária e a regulamentação das horas de trabalho (LUCHT FILHO, 2004).

Marshall, autor de *Princípios de Economia* (MARSHALL, 1996 apud PAVON, 2006) é considerado um Neoclássico por aprimorar os preceitos dos economistas predecessores. Segundo Pavon (2006), Marshall recebeu influências socialistas de onde vem sua heterodoxia, se comparado com os autores liberais clássicos. No entanto, Marshall retorna ao liberalismo e procura investigar os fatores humanos presentes na economia, analisando a produtividade dos trabalhadores, as taxas de poupança, a liberdade individual e a organização dos trabalhadores (LUCHT FILHO, 2004). Segundo Batista (2012), Marshall deu relevo à relação demanda, produção e taxa de juros.

Para esses autores, considerados clássicos dado o pioneirismo de suas obras e a influência que exerceram, o crescimento econômico de um país promoveria o desenvolvimento da qualidade de vida da população sem que houvesse, necessariamente, a necessidade de regulação, planejamento ou intervenção investidora do Estado. Este apresenta-se como ente necessário às questões de segurança pública interna e externa, entendendo-se por questões de segurança tanto o uso legítimo da força quanto a promoção de medidas que asseguram o bom funcionamento das relações econômicas. Por exemplo, Ricardo, Malthus e Mill defendem medidas de controle

populacional por parte do governo; assim como eles, Smith também considera importante o papel do Estado no fomento à educação.

Outros autores, no entanto, pensaram o papel do Estado e a organização do espaço como fator de desenvolvimento econômico.

As contribuições de Keynes, segundo Barreto (2009), destacaram-se no pós-Primeira Guerra ao apontar as deficiências do livre mercado em se sustentar em períodos de crise, contexto em que o Estado deveria intervir aumentando a demanda. Keynes (1971 apud JESUS, 2011) entendia que o principal objetivo da política econômica de um país deveria ser a estabilidade dos preços. Em sua obra principal, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1970 apud LIMA; PITAGUARI, 2005) Keynes analisa, dentre outros, a questão dos salários e defende, em *The Economic Consequence of the Peace* (KEYNES, 1970 apud JESUS, 2005), a criação de acordos internacionais que possibilitem a elevação do consumo e diminuição da inflação. Sobre Keynes, Lima e Pitaguari (2005) dizem que o autor reflete sobre a importância do consumo, bem como a manutenção da renda dos trabalhadores como fator primordial à produção e ao crescimento da economia. Nesse sentido, o Estado deve funcionar como ente equilibrador dos desajustes econômicos.

Shumpeter, autor de *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (SHUMPETER, 1957 apud MORICOCI; GONÇALVES, 1994) analisa o desenvolvimento econômico no contexto capitalista a partir de uma perspectiva geral da economia, considerando fatores materiais e imateriais necessários ao progresso de uma sociedade: "(...) não é possível explicar uma mudança econômica através somente de condições econômicas prévias. Isso porque o estado econômico de um povo [emerge...] de toda situação anterior" (SCHUMPETER, 1957 apud MORICOCI; GONÇALVES, 1994). Segundo Shumpeter (1957 apud MORICOCI; GONÇALVES, 1994), o desenvolvimento ocorreria de modo desigual, desarmonioso e em saltos, necessitando da figura do empresário inovador para captar as oportunidades materiais e imateriais que possam ser articuladas em favor do crescimento econômico.

Na América Latina e no Brasil, em especial, o papel do Estado como interventor e fomentador do crescimento econômico também é observado. Entre as décadas de 1950 e 1960:

A generalização das políticas regionais nos países centrais foi assimilada pelos países periféricos. Na América Latina, a maioria dos países criou programas específicos de desenvolvimento regional (...) Segundo levantamento realizado por Sthor (1972), à época foram listados 73 planos ou programas de desenvolvimento regional nos países latino-americanos. No conjunto dessas políticas, cabe destaque às políticas brasileiras para o Nordeste e para a Amazônia. Ao lado da continuação e da generalização das políticas de desenvolvimento regional, foi desenvolvido grande esforço de interpretação teórica sobre a questão das desigualdades regionais e da concentração, bem como de metodologias e técnicas de planejamento e de intervenção pública. (DINIZ, 2020, p. 308).

Nesse sentido, diversos autores contribuíram ao longo do tempo para o debate a respeito do desenvolvimento regional. Destacam-se, por exemplo, os cepalinos¹ Raúl Prebisch e Celso Furtado e, mais recentemente, Carlos Brandão.

Segundo Cardoso (2018), Prebisch (2000) preocupou-se em explicar o subdesenvolvimento latino-americano a partir das relações desiguais de trocas comerciais entre a região, pautado pela exportação de produtos primários, e as nações de economia desenvolvidas, exportadores de produtos industrializados e com maior tecnologia agregada. Para Prebisch (1984 apud CARDOSO, 2018), diante do aumento da renda, nas nações desenvolvidas não haveria grande elevação das importações de produtos primários enquanto, nos países periféricos, maior renda tende a demandar maior quantidade de manufaturados oriundos dos países centrais (CARDOSO, 2018). Desse modo, o autor afirma que a superação do desenvolvimento deveria ocorrer a partir da industrialização dos países pobres.

Além disso, dentre outros fatores necessários ao desenvolvimento, Prebisch (1948 apud CARDOSO, 2018) argumenta em favor do crescimento da produtividade, a importância da inserção no mercado de trabalho da mão de obra até então subutilizada e a substituição de importações como meio de se alavancar o desenvolvimento.

No Brasil, a questão do desenvolvimento é tema caro às políticas públicas nacionais desde Getúlio Vargas, na década de 1930, com as políticas de industrialização com foco na substituição de importações, e o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (PIQUET, 2007). O papel do Estado enquanto investidor da indústria nacional e de grandes projetos de infraestrutura foi o meio pelo qual o país promoveu o

¹ Membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

desenvolvimento de sua base produtiva com vistas ao crescimento econômico até a década de 1980, quando o esgotamento da capacidade de endividamento atingiu níveis elevados com os Governos Militares (REZENDE, 2011). Segundo Lima e Simões (2010, p. 15), no Brasil:

A natureza do papel do Estado era considerada essencial para o desenvolvimento econômico, pois sua efetividade seria um pré-requisito para a formação das relações de mercado e para as operações das grandes empresas capitalistas, que dependem da disponibilidade de um tipo de ordem que somente um Estado burocrático moderno pode oferecer.

Segundo Campolina de Diniz (2020), a obra de Furtado buscou compreender as relações de desenvolvimento e subdesenvolvimento tanto entre nações quanto em espaços subnacionais, baseando-se, para isso, na reconstrução histórica da formação produtiva do país e das relações de causalidade estabelecidas a partir de então. Ao analisar o quadro socioeconômico do Nordeste, Furtado nega a teoria amplamente aceita de que o subdesenvolvimento é uma etapa do processo de desenvolvimento econômico, conforme formulada por Rostow (DINIZ, 2020), mas, sim, “(...) que o subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórico-estrutural particular e que ele só pode ser superado por transformações estruturais” (DINIZ, 2020, p. 315). Furtado analisa as relações contraditórias presentes no Nordeste bem como as trocas desiguais entre este e o Centro-Sul do país, considerando que o desenvolvimento nordestino passaria pela industrialização da região e a criação de centros endógenos de tomada de decisões (DINIZ, 2020). Furtado busca uma reinterpretação das questões regionais a partir da totalidade da totalidade nacional, buscando compreender as estruturas socioespaciais a partir dos objetivos políticos, econômicos e sociais da nação

Segundo Mendes e Matteo (2011), a importância da contribuição de Furtado é tamanha na década de 1950 que é a partir dele que se constitui, de fato, uma base teórica e analítica do desenvolvimento regional no país, “(...) cuja disciplina se consolida como uma área de pesquisa espacial até os anos 1960-1970, complementada com abordagens locais, em bases microeconômicas” (MENDES; MATTEO, 2011, p. 265-266).

Mais recentemente, Brandão (2012) contribuiu para a análise do desenvolvimento a partir da categoria da divisão social do trabalho no contexto do capitalismo. Para isso,

o autor considera os conceitos de homogeneização, polarização, integração e hegemonia do processo de expansão e aprofundamento das relações capitalistas no espaço. Para Brandão (2012), o processo de desenvolvimento na economia capitalista não pode ser compreendido a partir da delimitação territorial de uma região, visto que a economia e as relações de trabalho desfazem “fronteiras territoriais, transborda limites, buscando criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos (...) e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla” (BRANDÃO, 2012, p. 71). Tal expansão “recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à reacomodação das estruturas produtivas regionais” (BRANDÃO, 2012, p. 76), acirrando a concorrência inter-regional. A acumulação desigual de capitais no espaço gera diferenciação de áreas, criando relações de entre centro e periferia, hierarquias, complementaridades e subordinações (BRANDÃO, 2012). Tal diferenciação requer, com vistas ao controle da tendência desigual de acumulação capitalista, a atuação da hegemonia política sobre o capital (BRANDÃO, 2012). Ou seja, para Brandão (2012), partindo de uma inspiração gramsciana, o Estado é o agente por excelência do planejamento regional com vistas ao desenvolvimento, pois, enquanto ente político que dispõem de unidade interna capaz de gerir o desenvolvimento por meio da administração das forças produtivas, e deve “(...) defender a criação de oportunidades internas de acesso a bens e serviços e coordenar abertura de horizontes de enriquecimento nas suas fronteiras” (BRANDÃO, 2012, p. 184-187).

2.1.2 O Desenvolvimento Econômico Pensado a partir dos Territórios: Teorias Da Localização e Desenvolvimento Regional

Além das abordagens econômicas mais gerais, a questão da localização produtiva e a distinção entre áreas do espaço com maior ou menor grau de desenvolvimento técnico e econômico faz-se também presente em diversos trabalhos. Tal abordagem, isto é, a do espaço enquanto lócus do desenvolvimento econômico, remonta ao século XIX, com Johann Heinrich von Thünen, e ganha progressivamente mais importância ao longo do século XX, a partir dos trabalhos dos alemães Alfred Weber, Walter Christaller, August Lösch e do americano Walter Isard. Tais autores são conhecidos como clássicos da teoria

da localização, pois buscam por meio da geometrização espacial identificar as localizações adequadas para certos empreendimentos econômicos com fins ao máximo possível o crescimento (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011). A esse respeito,

A economia espacial é contemporânea da economia do desenvolvimento. Ambas surgem no contexto das críticas ao marginalismo (micro) neoclássico, no final do século XIX, e de uma releitura do novo campo analítico da macroeconomia keynesiana, no início do século XX. (...) A economia do desenvolvimento pode ser decomposta em dois campos distintos: de crescimento e de (sub)desenvolvimento. (...) O primeiro campo se constitui a partir de modelos de base ortodoxa (neoclássica) e liberal, com uma visão universalista dos fatores econômicos a ele subjacentes. A despeito do seu caráter macroeconômico, adotam microfundamentos tradicionais (...) O segundo campo, de base macroeconômica e intervencionista, tem uma visão de diferenciação dos fatores subjacentes ao desenvolvimento, não apenas econômicos, mas também sociais e políticos entre os países, e fazem uso de fundamentos keynesianos, adaptados a um horizonte de longo prazo. Essa abordagem se apoia, entre outros, nos conceitos de excedente de mão de obra (e não escassez) e de heterogeneidade setorial-estrutural (e não homogeneidade) (...) A economia espacial pode, também, ser decomposta em dois tipos de análises: a regional e a locacional (HADDAD *et al.*, 1989, p. 48). Ela tinha preocupação semelhante à do campo anterior em relação à questão da desigualdade e, a despeito de utilização de métodos semelhantes aos dos dois campos mencionados, foi concebida em moldes (teorias e modelos) distintos. A primeira, de cunho macroeconômico, trata das relações estruturais ou da organização das estruturas setoriais no espaço, utilizando conceitos e indicadores agregados. As primeiras contribuições de Lewis e Myrdal, por exemplo, se enquadram nessa área. A segunda, de conteúdo microeconômico, utiliza as contribuições teóricas marginalistas ortodoxas. As primeiras contribuições de Von Thunen, Weber e Losch se enquadram nessa outra vertente espacial. (MENDES; MATTEO, 2011, p. 264-265).

Thünen (1986 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), autor de *Teoria do Estado Isolado*, publicado originalmente em 1826, tratou de “isolamento” ao pensar, segundo a realidade de sua época, algum espaço rural economicamente vinculada a uma cidade sem, no entanto, a existência de outras cidades ou áreas rurais articuladas entre si. Thünen (1986 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011) preocupa-se com o mundo rural e a produtividade agrícola, organizada na forma de anéis produtivos, com áreas de mercado e de abastecimento bem definidas, especialmente quanto ao o que se deve produzir em virtude do consumo de alguma cidade, estabelecendo relações entre a produção, a distribuição (custos de transporte), as aglomerações produtivas agrícolas, o preço da terra e a renda obtida nas propriedades a partir das distâncias entre lócus da produção e local de consumo.

Alfred Weber, autor de *Teoria da Localização das Indústrias*, publicado originalmente em 1909 (WEBER, 1957 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), analisa os condicionantes envolvidos na racionalização da escolha envolvida instalação das fábricas, como fontes de matéria prima e energia, presença humana para mão de obra e mercado consumidor, forças de aglomeração e forças de desaglomeração, os custos com os transportes (tentando encontrar o ponto do espaço de custo mínimo do transporte a partir de uma triangulação entre localização das matérias primas, distâncias e local da comercialização do produto), entre outros, de modo a minimizar os custos e maximizar os lucros (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Já Christaller, autor da *Teoria dos lugares Centrais*, publicado originalmente em 1933, Lösch, autor da *Teoria da Ordem Espacial da Economia*, publicado originalmente em 1940, e Isard, autor da *Teoria da Localização e Economia Espacial*, publicado originalmente em 1956, são autores que se dedicaram ao papel dos serviços na economia, dando relevo ao papel das cidades neste processo bem como à hierarquia entre elas (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Christaller (1933 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011) analisa as funcionalidades existentes entre a rede urbana, o tamanho das aglomerações, a presença de serviços com maior ou menor especificidade e sofisticação, os empregos e o consumo, buscando explicar a localização de certos serviços mediante os fatores de atração e os fatores de aglomeração e de demanda presentes em cidades com posições mais elevadas na hierarquia urbana; identificando na hierarquia das cidades uma estrutura hexagonal na distribuição do mercado onde uma grande quantidade de cidades pequenas (ou mesmo vilas) são atendidas por cidades maiores que, por sua vez, articulam-se mais diretamente aos serviços específicos do núcleo urbano central (CHRISTALLER, 1933 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Lösch (1954 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), que à semelhança de Christaller buscar compreender as relações de mercado e os serviços estabelecidos entre as cidades, analisa os cenários de concorrência imperfeita e desenvolve conceitualmente a ideia de região econômica; incorpora no cenário analítico o papel de uma empresa monopolista e cria, a partir das variáveis preço, distância e demanda, um cone que representa o espaço de consumo da população, isto é, o círculo da base do

cone, a partir da empresa eixo no centro irradiador da produção, ou seja, no topo do cone; no modelo de Lösch, os custos com os transportes são fundamentais para a redução dos preços e o abastecimento do mercado e, para cada tipo de produto, existe a formulação de outro com suas respectivas variantes preço, distância e demanda; há a tendência de se criar aglomerações econômicas afins à produção do monopólio centralizador sem que, no entanto, haja espaço econômico para a concorrência com ele (LÖSCH, 1954 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

O americano Isard (1956 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), ao apresentar em língua inglesa as teorias da localização formulada pelos alemães Thünen, Alfred Weber, Christaller e Lösch, busca uma síntese crítica e revisionista da obra desses autores, na tentativa de construir uma Ciência Regional. Assim, “Isard uniu a minimização dos custos, as áreas de mercado e as variações espaciais da demanda” (FERREIRA; LEMOS apud RODRIGUES, 2019, p. 167). Segundo Isard (1956 apud COUTINHO *et al.*, 2019), não é possível estabelecer uma rigidez geométrica entre economia e espaço, mas, segundo o autor, há sim em um determinado espaço a tendência de aglomeração de atividades econômicas afins, aglomerações estas normalmente localizadas em cidades centrais ou em regiões fronteiriças com maior facilidade de exportação ou a inserção da produção local em dinâmicas internacionais.

Assim, segundo Piacenti, Lima e Eberhardt (2016), Isard, representa um salto qualitativo nos estudos entre o desenvolvimento econômico e sua relação com o espaço.

Assim, Thünen, Alfred Weber, Christaller, Lösch e Isard contribuíram para se pensar o crescimento econômico, ou seja, o paradigma de desenvolvimento social que se tinha até então, como uma relação entre economia e espaço.

No contexto das transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais do século XX, outros autores também contribuíram com os debates sobre o desenvolvimento entendido em uma perspectiva de crescimento econômico, incorporando em suas propostas a questão do espaço como fator de análise e intervenção. Destacam-se, sobretudo, a análise dos fatores de aglomeração espacial das atividades econômicas, cujos teóricos de maior renome são François Perroux, Jacques Raoul Boudeville, Gunnar Myrdal, Albert Otto Hirschman e Douglass Cecil North.

Perroux (1977 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), autor de *Teoria dos Polos de Crescimento*, originalmente publicado em 1955, argumenta que o crescimento não é homogêneo no espaço, mas que se localiza pontualmente a partir de indústrias motrizes que exercem, então, efeitos de expansão econômica sobre toda a área geográfica ao seu entorno (o chamado polo de crescimento), podendo dinamizar até mesmo todo o país. Para ele, as indústrias *motrizes*, isto é, aquelas que criam demandas por outros produtos e serviços, são abastecidas pelas indústrias *movidas*, ou seja, as firmas que aumentam a produção em função da indústria motriz. Os tipos de polarização regional exercida pelas indústrias motrizes, segundo Perroux, são: técnica, pelos efeitos de encadeamento; econômica, incluindo a geração de emprego e renda; psicológica, pelo clima de otimismo em torno dos investimentos; e geográfica, pelo impacto na infraestrutura urbana onde se localiza, sobretudo nos transportes. A importância de Perroux se fez sentir até a década de 1970, isto é, no contexto da produção industrial fordista, nas políticas públicas de planejamento regional de cerca de vinte e oito países, incluindo o Brasil (PERROUX, 1977 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), pois, segundo Perroux (1967 apud LIMA; SIMÕES, 2009, p. 9) “(...) o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos”. Para que os polos de crescimento obtenham os resultados esperados e duradouros, faz-se necessário a cooperação entre áreas ricas e pobres, a mudança de mentalidade da população e transformações sociais básicas, como moradia, alimentação, educação, que permitam a propensão a poupar, o investimento, o trabalho, a inovação e a elaboração e a execução de planos de desenvolvimento (PERROUX, 1967 apud LIMA; SIMÕES, 2009).

Myrdal, autor de *Economic theory and under-developed regions* (1957 apud LIMA; SIMÕES, 2009), onde desenvolve a Teoria da Causação Circular Cumulativa, analisa a tendência à retroalimentação de círculos virtuosos ou viciosos de desenvolvimento e de pobreza entre países ou mesmo dentro de um país específico, mas em regiões distintas. Myrdal (1957 apud LIMA; SIMÕES, 2009) faz as seguintes constatações: i) pequeno grupo de países com condições favoráveis e grande grupo de países com condições desfavoráveis; ii) no primeiro grupo, o desenvolvimento é contínuo e o oposto se verifica no segundo grupo; iii) houve aumento das disparidades entre os dois grupos nas últimas

décadas. Para ele, não era possível basear-se apenas em fatores econômicos para explicar as causas do desenvolvimento e do da estagnação de uma área, devendo-se agregar às análises regionais fatores da sociedade. Em muitos casos, segundo Myrdal (1957 apud LIMA; SIMÕES, 2009), o desequilíbrio social no sistema demanda políticas públicas em determinado ponto, que, resolvido, acaba desencadeando efeitos positivos sobre os demais fatores regionais (ou nacionais) promovendo o desenvolvimento.

Segundo Cardoso (2018), Myrdal preocupa-se em superar uma visão equilibrada que se tinha sobre um sistema visto endogenamente, argumentando que a tendência é maior ao desequilíbrio e, nesse sentido, um fator social problemático induz de forma negativa e circular a tendência à desestruturação interna. Assim, para que o desenvolvimento ocorra tornam-se necessárias à aplicação de medidas corretivas em desajustes existentes, mesmo que de fatores alheios às questões econômicas em si (CARDOSO, 2018). Tal desequilíbrio ocorre até entre regiões: uma área com desenvolvimento acelerado tende a desequilibrar as demais regiões de um país, concentrando capitais, atraindo migrações seletivas, concentrando a riqueza e aglutinação de serviços altamente especializados, como universidades, tratamentos médicos e outros.

Hirschman (1958 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011), em *The strategy of economic development*, diferentemente de Myrdal, considera que os desequilíbrios regionais e mesmo entre nações é condição necessária para o desenvolvimento, visto que, a partir dos desajustes as economias periféricas seriam forçadas a potencializar seus recursos escassos para se inserirem na complementariedade do sistema econômico: “(...) as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento” (HIRSCHMAN, 1958 apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p. 70). No entanto, o autor pondera que o desenvolvimento em países subdesenvolvidos necessita de maior reflexão e planejamento governamental do que nos países já desenvolvidos. Assim, “(...) o autor justifica a utilização de mecanismos de intervenção nos países subdesenvolvidos, cujo principal objetivo deve ser a efetivação das oportunidades de investimento locais” (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 17). Hirschman (1958 apud CARDOSO, 2018) também se destacou por estudar os efeitos de encadeamentos produtivos para trás e para frente a partir de

empreendimentos econômicos específicos, analisando os efeitos complementares positivos desses encadeamentos em diferentes regiões.

North (1955 apud RODRIGUES, 2019), autor de *Teoria se Localização e Crescimento Econômico Regional*, cuja teoria ficou conhecida por *Teoria da Base Exportadora*, buscou explicar o desenvolvimento de regiões americanas partindo de pressupostos diferentes dos autores demais autores clássicos que até a década de 1950 “(...) descrevia uma típica sequência de estágios que não apresentavam correspondência com o caso do desenvolvimento histórico dos EUA a partir de suas regiões” (RODRIGUES, 2019, p. 167). Contrariamente àqueles que pensavam ser os fatores endógenos como os elementos explicativos para o desenvolvimento de uma região, North (1955 apud RODRIGUES, 2019), no entanto, afirma que desde a colônia o desenvolvimento de regiões americanas voltadas à exportação deu-se de modo alheios à economia de subsistência local, que se desenvolvia paralelamente de modo secundário à produção voltada ao mercado externo. Assim, North (1955 apud RODRIGUES, 2019) propõem uma generalização de sua teoria, aplicando-a “(...) a qualquer região que tenha se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas e sem sofrer as restrições impostas pela pressão populacional” (RODRIGUES, 2019, p. 168).

2.2 AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

O contexto político e socioeconômico das duas Guerras Mundiais e da Guerra Fria promoveu a reflexão sobre o problema das desigualdades econômicas e produtivas tanto entre pessoas quanto entre áreas distintas de um mesmo país ou continente. Por exemplo: entre ricos e pobres, brancos e negros, entre Europa Ocidental e Europa Oriental, entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

O desenvolvimento econômico, nesse contexto, passa então a englobar uma perspectiva relacional e comparativa: há a perspectiva de lugares, regiões e países mais desenvolvidos que outros lugares, regiões e países. Analisar e propor políticas de desenvolvimento econômico e técnico a áreas mais pobres e tidas por atrasadas constituiu-se em estratégias utilizadas como meio de se evitar problemas de ordem

social, tais como imigrações indesejadas e guerras. Nesse sentido, tornou-se paradigmático o discurso proferido pelo presidente norte-americano Harry Truman, em 1949:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 apud SANTOS *et al.*, 2012, p. 50).

É com Truman que se tem, pela primeira vez, o uso do termo subdesenvolvido, aplicando-o às nações onde a miséria era a condição de vida da população (BORGES, 2020). Assim, a perspectiva do crescimento econômico como fator primordial de análise do que é o desenvolvimento passa a se tornar um paradigma insuficiente.

Os estudos e as políticas públicas sobre o desenvolvimento passaram a incorporar novas variáveis de análise a partir de meados do século XX, concebendo-se o desenvolvimento enquanto melhoria da qualidade de vida das populações para além, simplesmente, do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). No período que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico e social entrou na pauta dos países de um modo geral como um meio de se evitar conflitos semelhantes aos vivenciados até então.

O documento de maior expressão publicado neste período foi a Carta das Nações Unidas, de 1945, cuja divulgação se deu na Conferência de São Francisco, na Califórnia, mesma cidade e ano onde foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), inicialmente composta por 51 países (OLIVEIRA, 2002). A partir da criação da ONU, teve-se a intensificação dos debates sobre a questão do desenvolvimento de populações, países e regiões, primando

Pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e

promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor. (...) Passado o pior da crise bélica (Segunda Guerra), foi criada, pelos países aliados e pela própria Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre esses, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, cada um com função e instrumentos específicos de atuação, mas com um objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida das pessoas. (OLIVEIRA, 2002, p. 39).

Segundo Machado e Pamplona (2008), os trabalhos da ONU relativos à economia e às sociedades passaram a ser relacionados como uma tentativa de manter a segurança internacional. Dessa maneira, a violência entre Estados e mesmo a violência interna dos países poderia ser reduzida com superação das desigualdades e com a redução das privações econômicas, assegurando assim, um segurança e paz duradouras a partir da promoção do bem-estar social e econômico (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

Embora a concepção de desenvolvimento trouxesse tradicionalmente a perspectiva do crescimento econômico, a criação dos organismos internacionais citados, os debates e os documentos da época demandaram esforços em conceber um novo modelo de análise do desenvolvimento: “O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). Contribuições positivas vindas da América Latina para este debate foram feitas por membros da CEPAL, cujas propostas eram de uma mudança epistemológica do discurso até então centrado no crescimento quantitativo das riquezas (desenvolvimento econômico) para uma mudança qualitativa do que de fato deveria ser o desenvolvimento, abarcando, assim, estruturas econômicas e sociais (OLIVEIRA, 2002).

Desse modo, passa-se a conceber o crescimento econômico em função do desenvolvimento humano e social. Logo, o aumento da produção econômica, as mudanças institucionais e a melhoria das técnicas devem ser vistas como meios necessários ao aperfeiçoamento de valores sociais caros ao novo paradigma de desenvolvimento que se almeja (MILONE, 2004 apud OLIVEIRA; BARDEN, 2015).

As disparidades tecnológicas e as relações desiguais de participação no mercado externo promoviam, no então, um descompasso na experiência do discurso do desenvolvimento: enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970 países do terceiro mundo pautavam-se por promover o crescimento econômico sobretudo através do estímulo à industrialização e ao comércio de *commodities* estratégicas aos países do primeiro mundo (OLIVEIRA, 2002), as nações centrais além de incrementar e diversificar nova tecnologias passavam já à ampliação e consolidação de suas redes de assistência e seguridade social: o fenômeno do Welfare States reflete o ideário de uma cidadania social baseada em igualdades intrínsecas entre os seres humanos, justificando o acesso à “(...) participação na riqueza socialmente produzida” (NOGUEIRA, 2001, p. 93).

A centralidade da pessoa humana em discursos, documentos e pesquisas sobre o desenvolvimento tornou-se parâmetro na década de 1990. O termo Desenvolvimento Humano é cunhado neste período pelo economista Mahbub ul Haq, “(...) diretor de planejamento de políticas do Banco Mundial” (OLIVEIRA; BARDEN, 2015, p. 11), difundindo-se pelo mundo todo quando Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990, que contou com a colaboração do economista ganhador do Prêmio Nobel Amartya Sen:

Nesse relatório procurou-se conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de formas diferentes da usual. A questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população. Para difundir essa ideia, a Organização das Nações Unidas vem realizando uma série de conferências que abrangem direta ou indiretamente as questões sociais. (...) Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

A publicação anual do RDH incorpora como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, que considera em suas análises a longevidade, a escolarização e a renda populacional, utilizando-se, para esta última, de cálculos para se obter a equivalência em Paridade do Poder de Compra aferido em dólares (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005). Ademais, além do IDH, anualmente o RDH debruça-se sobre algum

tema pertinente ao desenvolvimento humano e social². Deste modo, a divulgação anual dos dados, bem como os debates realizados no Relatório, busca a aproximação do conceito de desenvolvimento às análises da economia política no lugar de uma mera aferição econométrica das sociedades, a fim de se desvelar novos contornos de velhos problemas.

Ao longo de suas publicações, os RDH buscaram demonstrar a multidimensionalidade das perspectivas inclusas no paradigma do desenvolvimento humano e social. Segundo Rezende (2016), ao se analisar os relatórios observa-se como agenda contínua

Que o núcleo central da abordagem do desenvolvimento humano (ADH) situa-se na geração de capacidades geradoras de oportunidades sociais que os indivíduos mais pobres podem alcançar em esferas diferentes de sua vida, tais como: educação, emprego e participação política. Verifica-se que os produtores dos relatórios se empenham, a cada ano, em propor um conjunto, com muitos subconjuntos, de ações que visam, nos diversos continentes, alcançar melhorias não só nas áreas econômicas e educacionais, mas também no acesso à saúde, à medicação, à vacinação, à segurança, à habitação, ao saneamento, à água potável e aos direitos de modo geral. (REZENDE, 2016, p. 490).

Segundo Mahbub ul Haq (1995 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008), o desenvolvimento humano e social não exclui a perspectiva do crescimento econômico, que deve ser visto com a mesma importância que sempre teve, mas preocupa-se, isto sim, em investigar de que modo tal crescimento impacta ou não a estrutura social e a vida das pessoas. As pessoas, para Haq (1995 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 65), “não são consideradas simplesmente como beneficiárias do crescimento econômico, mas sim como os verdadeiros agentes das mudanças na sociedade”.

² Alkire (2009 apud OLIVEIRA; BARDEN, 2015) compilou os temas tratados pelo RDH entre os anos de 1990 e 2009: Vida longa e saudável, 1990 a 2009; Conhecimento, 1990 a 2009; Recursos para um padrão de vida digno, 1990 a 2009; Liberdade política, 1990, 1991, 1997, 2004, 2009; Garantia de direitos humanos, 1990, 1995, 1997, 1990, 2000; Respeito próprio, 1990, 1995, 1997, 1990, 2000; Bom ambiente físico, 1991, 1992, 1994; Participação, 1992; Segurança humana, 1994, 1996; Liberdades políticas, sociais e econômicas, 1995, 1997, 1998, 1999; Ser criativo, 1995, 1997, 1998, 1999, 2000; Ser produtivo, 1995, 1997, 1998, 1999, 2000; Liberdade, 1996, 1997; Democracia, 1996; Dignidade e respeito dos outros, 1997; Empoderamento, 1998, 2000; Um sentimento de pertencimento a uma comunidade, 1998, 1999, 2000; Segurança, 2000, 2009; Sustentabilidade, 2000; Usufruir de liberdades política e civil para participar na vida de sua comunidade, 2003; Liberdade cultural, 2004; Participação social e política, 2005; Direitos civis e políticos, 2007. Apesar de carecer de atualização quanto à última década, o excerto acima é significativo para demonstrar a abrangência que se busca considerar nas análises do Relatório.

O desenvolvimento humano e social, na perspectiva de Haq (1995 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008) sustenta-se sobre quatro pilares essenciais de investigação social:

a) Eqüidade: isto é, as pessoas devem ter acesso eqüitativo às oportunidades. No entanto, isto não garante a igualdade também em termos de resultados; b) Sustentabilidade: ou seja, a próxima geração merece contar com as mesmas oportunidades que as pessoas contam agora. Segundo o autor, esta dimensão é freqüentemente confundida meramente com a renovação de recursos naturais (que é somente um de seus aspectos); c) Produtividade: para o autor, uma parte essencial do paradigma é a produtividade, o que requer investimentos nas pessoas e um ambiente macroeconômico que permita a essas pessoas alcançarem seu potencial máximo; d) Empoderamento: isto é, as pessoas não deveriam ser beneficiárias passivas de políticas para o desenvolvimento humano. Na verdade, as pessoas deveriam ter um papel ativo e uma participação real no processo que vão determinar suas vidas. (HAQ, 1995 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 64).

Desse modo, a equidade, a sustentabilidade, a produtividade e o empoderamento devem ser dimensões consideradas enquanto fatores de alargamento das possibilidades de escolhas e enriquecimento das múltiplas dimensões humanas: “(...) the widening of people’s choices and the enrichment of their lives. All aspects of life – economic, political or cultural – are viewed from that perspective” (HAQ, 1995, p. 20 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 64).

Para Amartya Sen (2010), o desenvolvimento deve ser compreendido não somente como crescimento econômico, mas também como a existência concreta de exercício de liberdades individuais e coletivas. As formas liberdades se fazem presente no cotidiano dos indivíduos, encadeando-se virtuosamente nos arranjos sociais e institucionais, promovendo, desse modo, a possibilidade do exercício das potencialidades pessoais:

Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das instituições sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. (...) O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdade substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (...) A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é

acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. (SEN, 2010, p. 10).

Assim, o bem individual e o bem comum, frutos do desenvolvimento humano e social, é produzido por de uma intrincada rede virtuosa de exercícios de liberdade:

Há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações. Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadores do processo de desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 10).

Sen (2010) busca as dimensões empíricas das liberdades instrumentais básicas, isto é, cotidianas, que devem existir enquanto meio para se alcançar outras liberdades individuais e sociais. São elas: “(1) liberdade política, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora” (SEN, 2010, p. 25). Nesse sentido, as liberdades instrumentais podem ser aproximadas dos pilares constitutivos do conceito de cidadania, entendida como o pleno exercício e gozo dos direitos civis, políticos e sociais (MORAIS, 2013).

Segundo Sen (2010), as liberdades políticas estão atreladas aos direitos civis, exemplificados em poder determinar seus governantes e os princípios do governo; fiscalizar e poder criticar autoridades; ter liberdade de expressão, de imprensa e de partidos políticos Sen (2010). As liberdades econômicas são: poder produzir, consumir e trocar recursos; ter acesso a diversos níveis de financiamentos e assegurar que o enriquecimento nacional garanta um enriquecimento econômico da própria população Sen (2010). As oportunidades sociais são os serviços de que a população deve dispor para poder crescer em liberdade, renda e qualidade de vida, tais como, por exemplo, o acesso à educação e a saúde, fundamentais tanto para a vida privada como também para o bom funcionamento político, econômico e institucional do Estado (SEN, 2010). Já as garantias de transparência referem-se a poder estabelecer relações sociais livres, claras e em dessegredo, mediante a existência de um clima de confiança e transparência

social, institucional e política (SEN, 2010). Por fim, a existência da segurança protetora é a garantia de que os cidadãos podem contar com políticas de combate à miséria, fome ou morte evitável, o que pressupõem políticas públicas contínuas (auxílio desemprego, transferência de renda, por exemplo) e capacidade de gerir e aplicar medidas emergenciais, como distribuição de alimentos em situações de calamidade (SEN, 2010).

Para Sen (2010), promover as liberdades pressupõem o combate às privações econômicas e as violações políticas e, embora se possa estabelecer algum nexo causal entre pobreza e violência, não se pode reduzir a análise social ao economicismo, visto que a pobreza pode existir em um ambiente de paz e tranquilidade aparentes, bem como a ignorância e a intolerância podem promover os conflitos ainda que em um contexto de certa existência material.

Assim, o conceito de desenvolvimento humano e social supera e engloba a perspectiva econômica, dando-lhe novo sentido ao conceber a pessoa humana como o centro do ato, do processo e dos fins do desenvolvimento.

Para Sen (2010), a garantia das liberdades básicas instrumentais justifica-se por “1) sua importância *intrínseca*; 2) seu papel *consequencial* de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; 3) seu papel *constitutivo* na gênese de valores e prioridades” (SEN, 2010, p. 316).

A partir da efetivação dos meios da liberdade, isto é, das liberdades instrumentais, Sen (2010) considera possível poder chegar à liberdade primordial, ou seja, o papel constitutivo da liberdade: uma *capability*³ contínua e atuante em que indivíduos são capazes de buscar a realização pessoal daquelas opções que se lhes apresentam como importantes, bem como atingir, em comum, bens sociais concebidos almejados coletiva.

Superar a pobreza significa, desse modo, vencer as amarras sociais que limitam as pessoas ao exercício da cidadania: “A pobreza deve ser vista como privação de

³ Segundo Oliveira e Barden (2015, p. 11): “Importa observar que os termos capacidades, capacitações, funcionamentos, entitamentos, entre outros, são traduzidos da versão original, em Inglês, e nem sempre as traduções conseguem capturar a essência da palavra, como bem alerta Bagolin (2005) *capability* significa a confluência de *capacity+ability*. Expressa a habilidade que os indivíduos possuem para expandirem suas capacidades. No Brasil, deve-se notar que na versão em português do livro de Sen (2000) *Desenvolvimento como liberdade*, ‘*capability*’ foi traduzida como ‘capacidade’. O problema com essa tradução é que ela ignora o elemento de autonomia, de agência, que aparece com o uso da expressão ‘habilidade’ que os indivíduos possuem em moldar e escolher as suas próprias capacidades. Com isso perde-se a dimensão de desenvolvimento humano associada à Abordagem das Capacitações.”

capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza” (SEN, 2010, p. 120). Logo, a pobreza é vista como fenômeno mais abrangente do a mera aferição quantitativa do PIB e da renda, mas relaciona-se com o baixo exercício das liberdades instrumentais que impactam, dessa maneira, no desenvolvimento da *capability* individual e social:

Os argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são, a meu ver, os seguintes: 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente). 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades — e, portanto, sobre a pobreza real — além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional). (SEN, 2010, p. 120-121).

Sobre a renda enquanto fenômeno contingencial de outras pobrezas sociais existentes, Sen (2010) exemplifica os impactos que a idade, os papéis sexuais, os costumes, a localização, as condições epidemiológicas, por exemplo, causam sobre a renda. O autor também aborda, ao citar a realidade étnica dos Estados Unidos da América, os efeitos do racismo como a qualidade de vida, a segurança e a renda das famílias afro-americanas. Desse modo, Sen (2010, p. 121) identifica “um certo ‘acoplamento’ de desvantagens entre (1) privação de renda e (2) adversidade na conversão de renda em funcionamentos”, exemplificando que

Desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também tornam mais difíceis converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos funcionamentos (mesmo quando essa realização é de algum modo possível). Isso implica que a “pobreza real” (no que se refere a privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda. (SEN, 2010, p. 121).

Portanto, o desenvolvimento humano e social é resultado da luta contra a privação da liberdade, seja a liberdade enquanto meios e enquanto fins, que impactam diretamente no exercício da *capability* individual e social. Assim, a perspectiva do desenvolvimento centrada na pessoa, nas individualidades e nas coletividades, insere o

desenvolvimento econômico como um dos aspectos do desenvolvimento humano e social. Conforme Machado e Pamplona (2008), já os primeiros economistas clássicos, em seus escritos, demonstraram preocupação com a questão social, embora a aferição do PIB tenha ganhado maior destaque ao longo do tempo por meio das análises econômicas e de muitas políticas públicas e, assim, ofuscado a dimensão social do desenvolvimento.

A aferição do Índice de Desenvolvimento Humano representou um salto qualitativo quando comparado exclusivamente à aferição do Produto Interno Bruto, dada a ampliação de fatores contidas no IDH para além do vetor econômico. Mesmo assim, conforme Machado e Pamplona (2008), o desenvolvimento humano e social deve ser compreendido como um fenômeno maior e mais valoroso que o IDH, visto que, enquanto índice, ele é instrumento de investigação e que por vezes, mesmo sendo mais abrangente que o PIB, sua natureza sintética pode mascarar desigualdades existentes.

O crescimento econômico representa, considerando-se a centralidade da pessoa humana nos processos de desenvolvimento, um fator de alargamento das possibilidades individuais e coletivas. A superação da pobreza material é, portanto, condição e consequência conjuntas do enriquecimento social, político, cultural, simbólico e humano. Políticas públicas de desenvolvimento, sejam a nível nacional, regional ou local, devem considerar a base material e humana contida nos territórios a fim de identificar potencialidades e promover, de modo estruturado e amplo, o enriquecimento econômico e social das populações às quais forem direcionadas. Além disso, manter as bases institucionais que assegurem e deem suporte às múltiplas dimensões da sustentabilidade devem se fazer presentes nas proposições a respeito do desenvolvimento.

A educação e, particularmente, o ensino superior, torna-se um fator importante de promoção tanto do crescimento econômico (por meio da formação da mão de obra qualificada, da criação de arranjos sociais valorosos à economia, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas a novos produtos e serviço, dentre outros) quanto do desenvolvimento humano mais amplo (promoção de sistemas de pensamentos, aquisição de habilidades individuais e coletivas, formação de profissionais qualificados ao atendimento das seguridades sociais, dentre outros) capazes de ampliar as

possibilidades e, assim, promover o enriquecimento material e imaterial da sociedade. A esse respeito, o capítulo seguinte se debruçará.

2.3 NOVOS PARÂMETROS PARA O DESENVOLVIMENTO: A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

No início do século XXI, a perspectiva da sustentabilidade foi agregada às pesquisas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Segundo Sachs (2004), um dos desafios necessários à formulação de políticas que promovam o desenvolvimento é assegurar sua sustentabilidade ao longo do tempo. Assim, a sustentabilidade baseia-se no “duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço” (SACHS, 2004, p. 15).

Segundo Serrão, Almeida e Carestiato (2014), o conceito de sustentabilidade surge na biologia e, posteriormente, é ampliado para as dimensões social, ecológica, política, cultural e econômica. Além destas, Sachs (2004) ainda acrescenta a dimensão Territorial quando aborda o desenvolvimento sustentável, sendo este “relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades” (SACHS, 2004, p. 15).

O documento paradigmático relativo à perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento foi a *Declaração do Milênio* (ONU, 2000), onde chefes de Estado de 191 países manifestaram adesão e afirmaram o propósito de “estabelecer uma paz justa e duradoura em todo o mundo” (ONU, 2000, p. 1), norteando-se por valores universais como liberdade, igualdade solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum (ONU, 2000).

A Declaração do Milênio (2000), ademais, procurou estabelecer princípios internacionais relacionados à paz, segurança e desarmamento; desenvolvimento e erradicação da pobreza; proteção dos ambientes comuns; direitos humanos, democracia e governança; proteção de grupos vulneráveis; atenção às necessidades da África e, além disso, reforçar o papel global da Organização das Nações Unidas (ONU, 2000). A partir destes princípios, foram estabelecidos oito objetivos a serem implementados até

2015 (BRASIL, 2009), sendo estes: erradicar a extrema pobreza e a fome; universalizar a educação primária; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Em 2015, a *Organização das Nações Unidas* publicou a agenda *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015), com “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ONU, 2015, p. 01), no qual foram traçados 17 objetivos para se alcançar o desenvolvimento sustentável, que “se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar” (ONU, 2015, p. 01). Segundo a agenda, tais objetivos “são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p. 01). Esses objetivos são chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles:

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 18-19).

Tendo em vista a aferição dos níveis de sustentabilidade a partir dos ODS, tem-se nos países participantes da ONU a elaboração do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) (FULLER, [2022?]). Após a aferição da média obtida com os indicadores, tem-se as seguintes faixas de classificação do nível de desenvolvimento municipal: “Muito alto - 80 a 100 pontos; Alto - 60 a 79,99; pontos Médio - 50 a 59,99; pontos Baixo - 40 a 49,99 pontos; muito baixo - 0 a 39,99 pontos” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, [2022?]). Segundo o site Cidades Sustentáveis [2022?],

Nenhuma cidade brasileira atingiu nível muito alto de desenvolvimento (80 pontos ou mais) 113 cidades (2%) atingiram o nível alto de desenvolvimento (60 a 79,99 pontos) 1.566 cidades (28%) atingiram o nível médio de desenvolvimento (50 a 59,99 pontos) 3.139 cidades (56%) atingiram o nível baixo de desenvolvimento (40 a 49,99 pontos) 752 cidades (14%) atingiram o nível muito baixo de desenvolvimento (0 a 39,99 pontos). São Caetano do Sul, no ABC paulista, atingiu a maior pontuação do índice: 65,6 pontos. A pontuação média das 5.570 cidades brasileiras é 46,9 pontos. Santana do Araguaia, no sudeste do Pará, obteve a menor pontuação: 30 pontos. (CIDADES SUSTENTÁVEIS, [2022?], online).

Observa-se, portanto, que ao longo do tempo a ideia de desenvolvimento passou por constantes acréscimos em sua concepção, aumentando assim em complexidade e abrangência. Mesmo o crescimento econômico, entendido como aumento do Produto Interno Bruto, passa a conter em sua perspectiva de sua manutenção e reprodução futura, de modo a assegurar às gerações futuras a continuidade de seu crescimento.

3 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é problematizar a relação entre Educação e Desenvolvimento econômico, humano e social. Para tal, buscou-se apresentar as contribuições de diversos autores que trataram da relação entre a educação como fator de desenvolvimento.

O capítulo encontra-se organizado em três seções: na primeira, foram apresentados alguns dos referenciais teóricos sobre a relação entre educação e o desenvolvimento; na segunda, buscou-se apresentar o papel da educação e, notadamente, do ensino superior na constituição dos capitais humano, social e cultural, articulando tais dimensões à promoção do desenvolvimento; na terceira seção, procurou-se mais detidamente abordar as potencialidades das IES como fatores de desenvolvimento econômico, humano e social, sobretudo a partir da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na educação superior.

3.1 HISTÓRICO DO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A relação entre a educação e os rendimentos econômicos é tema tradicional da matriz clássica e neoclássica da Economia, bem como de fator positivo à ordem e a coesão social: “A educação esteve sempre intrinsecamente associada ao liberalismo, a sua perspectiva de avanço econômico e a sua particular visão social” (RAMOS, 2012, p. 192).

Segundo Ramos (2012; 2015), diversos autores do liberalismo clássico abordaram o tema da educação, chegando, inclusive, a considerarem o papel do Estado na escolarização como fator benéfico e desejável ao conjunto social. Nesse mesmo sentido, diz Vaizey (1968, p. 19) que “a educação pública teve de início seu papel no pensamento econômico”.

Adam Smith (1983 apud RAMOS, 2012; 2015), em *A Riqueza das Nações*, procurou relacionar educação-productividade e educação-salário e, além disso, abordou também o papel da educação na suplementação da cultura e das habilidades perdidas com a fragmentação do trabalho e a simplificação das tarefas, sendo sua obra, portanto, considerada “o berço da Teoria do Capital Humano” (RAMOS, 2012, p. 190). Assim, Smith abordou a educação a partir dos dois eixos norteadores de sua obra, isto é, a economia e a moral:

A primeira contribuição capital a discussão foi feita por Adam Smith, que era filósofo moral tanto quanto economista. Naturalmente, por isso entrou no debate por dois lados: como reformador que desejava tornar mais eficiente a educação, e como moralista e professor preocupado em esclarecer os objetivos da educação. Tinha, pois, duplo objetivo: e estabelecer uma competição a fim de conseguir eficiência nas escolas e universidades (da mesma forma que buscava a competição na economia em geral) e ao mesmo tempo diminuir o entusiasmo religioso e o dogmatismo e racional, tradicionalista e impensado pelo estabelecimento de um sistema de escolas esclarecidas Racionais e desinteressadas, capazes de promover o ensino sadio e harmonia social. desse ponto de vista participava seu amigo e contemporâneo David Hume. (VAIZEY, 1968, p. 19-20).

Thomas Malthus (1986 apud FERRARO, 1997) considerou a importância da educação na formação moral da sociedade e, por conseguinte, na redução das taxas de natalidade e no maior crescimento econômico: “a ignorância humana e a indolência fazem com que aumentem tais males (...) a instrução e a virtude façam com que diminuam” (MALTHUS, 1986 apud FERRARO, 1997, p. 16), ao se referir à pobreza existente na sociedade. Logo, as medidas educacionais tenderiam a aumentar a prudência sexual e, portanto, assim como Smith, Malthus considera a educação como promotora da ordem social e da paz, o que justificaria “a intervenção do Estado em matéria de educação” (RAMOS, 2012, p. 191).

O primeiro professor de economia da Universidade de Oxford, Nassau W. Senior ([1820; 1840] apud RAMOS, 2012), também considerou a relação entre educação, queda da natalidade e aumento econômico. Além disso, pesquisou a relação entre o trabalho infantil e a pobreza existente nas famílias, a exploração econômica da infância a partir das necessidades domésticas e o baixo incentivo familiar à educação dos filhos em virtude da pobreza educacional já existente: “A falta de educação do entorno familiar, por sua vez, limitava a capacidade de apreciar os benefícios da frequência escolar” (RAMOS, 2012, p. 191).

John Stuart Mill (1848 apud RAMOS, 2012; 2015), autor liberal com importantes contribuições políticas e filosóficas, considerava a educação como defendeu a educação como a “principal necessidade das classes trabalhadoras” (RAMOS, 2012, p. 191), defendendo a educação pública financiada pelo Estado a fim de assegurar um mínimo de escolarização. A proposta de Mill, segundo Ramos (2012), em perspectiva política “parece estar mais identificada com as correntes de esquerda que com o liberalismo moderno” (RAMOS, 2012, p. 191).

Após Mill, Alfred Marshall (1882 apud RAMOS, 2015) destacou-se como teórico do liberalismo inglês sendo o responsável pela transição entre o pensamento econômico clássico (influenciado por autores como Smith e Ricardo) e a corrente neoclássica: “em seus *Principles of Economics*, de 1890 (primeira edição), [Marshall] sofisticava os antecedentes desta matriz teórica” (RAMOS, 2012, p. 191). Marshall subdivide o mercado de trabalho, até então abordado de maneira unitária e homogênea em sua epistemologia pela tradição teórica, em dois conjuntos: o de trabalho e trabalhadores qualificados e o de trabalho e trabalhadores sem qualificação. Assim, o autor argumenta que a educação deveria ser financiada pelo Estado em vista dos benefícios trazidos pela qualificação. Ademais, Marshall (1882 apud RAMOS, 2012; 2015) analisa a reprodução das classes econômicas mais baixas na pirâmide social em função da dificuldade das famílias mais pobres em educar seus filhos. Assim, de acordo com Ramos (2012; 2015), ainda no século XIX Marshall lança as bases teóricas das modernas pesquisas entre educação e desenvolvimento (segunda metade do século XX em diante), sobretudo ao que concerne aos modelos endógenos de crescimento.

No entanto, segundo Ramos (2012), o paradigma neoclássico demora a incorporar o fator educação como uma variável importante nos estudos sobre o desenvolvimento econômico, onde elementos tais como o crescimento populacional, o capital disponível e as tecnologias, por exemplo, ganhavam maior relevo. Apenas na segunda metade do século XX, somente a partir do final da década de 1950 até 1970, com os trabalhos de Jacob Mincer (1922-2006), Gary Becker (1930-2014) e Theodore Schultz (1902-1998), estes dois últimos ganhadores do Nobel de Economia, é que se incorpora a educação como fator produtivo de modo “sofisticado” (RAMOS, 2012, p.192) e consolidado às pesquisas econômicas e sociais. Tais autores “são nomes associados a uma revolução interna da escola neoclássica que acabou sendo conhecida como a Teoria do Capital Humano (TCH)” (RAMOS, 2015, p. 13).

Se pela vertente clássica e neoclássica liberal os autores procuraram demonstrar como a educação e a qualificação profissional se relacionam ao desenvolvimento, atuando, assim, como uma forma de capital necessário ao crescimento econômico e à melhoria da ordem e da organização social, de um ponto de vista mais à esquerda a educação se situa como fator instrumental na tomada da consciência de classe e na transformação social.

Segundo Gramsci (2004), a educação é o meio de formação do intelectual orgânico, isto é, os agentes intelectuais individuais e coletivos à serviço dos ideários do partido em prol da transformação política da sociedade de classes. A educação deve ocorrer a partir de um duplo princípio, isto é, a formação integral dos indivíduos, considerando as dimensões intelectuais, morais, corporais, artísticas, laborais e políticas; e o princípio da tomada de consciência e da transformação social pela ocupação dos espaços e do debate público. Para tanto, faz-se necessário assegurar a eficácia de uma educação de qualidade articulada ao mundo do trabalho.

No Brasil, Saviani (2010a apud FAVARO; TUMOLO, 2016) aponta a educação como sendo o principal eixo do desenvolvimento nacional, não somente do ponto de vista da formação humana e sociopolítica, mas também enquanto política pública capaz de promover a distribuição de renda e igualdade social, mais emprego e maiores salários, elevação do consumo, dinamização dos setores econômicos, competitividade das empresas, maior arrecadação e, por conseguinte, maior potencial de investimento em

infraestrutura. Para tal, Saviani (2010a apud FAVARO; TUMOLO, 2016) considera a educação como parte da luta socialista, considerando a difusão e a democratização da educação de qualidade como uma forma de socialização dos meios de produção, em virtude do potencial de enriquecimento econômico e social promovido a partir da ampliação das possibilidades tornadas possíveis através da educação. Desse modo, Saviani (2010a), conforme Favaro e Tumolo (2016, p. 566), reivindica que

Os chamados problemas econômico-sociais, como o desemprego, a pobreza, a miséria, a fome, a “concentração de renda”, o ataque desmesurado ao meio ambiente, a tendência de queda da taxa de lucro, a recessão, a depressão e as crises econômicas, etc. não são outra coisa senão os efeitos visíveis causados pela lógica de produção e acumulação de capital, ou seja, pelo próprio desenvolvimento econômico capitalista. Um investimento privilegiado em educação, transformando-a em eixo central do desenvolvimento econômico, poderia alterar as leis que regem o movimento do capital e, dessa maneira, produzir efeitos benéficos para o conjunto da sociedade.

A educação, considerando-a enquanto fator de oportunidades sociais, assume uma dimensão sociopolítica compensatória, distributiva e, assim, de equalização das desigualdades sociais internas ao sistema capitalista.

Além do debate teórico a respeito dos princípios e dos fins da educação enquanto fator de desenvolvimento em suas múltiplas expressões, vários estudos já apontaram a relação entre a educação e melhorias socioeconômicas, sobretudo a partir dos seus efeitos sobre a renda.

Enquanto política pública, educação é um tipo de política social. A esse respeito, Abrahão, Mostafa e Herculano (2011, p. 3) afirmam que

Políticas sociais são mecanismos políticos/institucionais que as sociedades constroem ao longo de sua história, a partir da força dos movimentos sociais e políticos, visando proteger ou promover socialmente seus membros. No Brasil, a política social é implementada por meio de ações do Estado e está constantemente no centro do debate político, entre outros motivos porque responde por uma fração considerável do gasto público no Brasil, o que a torna alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos orçamentários.

As políticas sociais de educação e seu orçamento representam não um gasto, mas exercem efeitos positivos imediatos na economia. Segundo estudo realizado Abrahão, Mostafa e Herculano (2011), os gastos públicos com a educação apresentam

o maior coeficiente multiplicador percentual de PIB e multiplicador percentual de renda das famílias, sendo 1,8% e 1,67% respectivamente. Sobre o efeito multiplicador entende-se “(...) um aumento da arrecadação do governo na forma de impostos, taxas e contribuições sociais” (ABRAHÃO; MOSTAFA; HERCULANO, 2011, p. 10).

Conforme o trabalho de Abrahão, Mostafa e Herculano (2011), os dados indicam que para cada um real (R\$ 1,00 Real) gasto em políticas sociais na área da educação, verifica-se o retorno de um real e oitenta centavos (R\$ 1,80 centavos) sobre o Produto Interno Bruto e um real e sessenta e sete centavos (R\$ 1,67) percebido são maiores que os observados com gastos públicos em Demanda Agregada ⁴ (1,57% e 1,17%, respectivamente), Saúde (1,70% e 1,44%), Construção Civil (1,54% e 1,14%) e Exportações de Commodities (1,40% e 1,04%).

Desse modo, o gasto público em educação representa, segundo Abrahão, Mostafa e Herculano (2011) uma ferramenta de distribuição de renda e uma alavanca para o crescimento social e econômico do país:

O gasto social também tem benefícios econômicos. Além de poder ser estrategicamente acionado em momentos de crise econômica, o gasto público social tem um papel fundamental na conciliação dos objetivos de crescimento econômico e distribuição de renda. (ABRAHÃO; MOSTAFA; HERCULANO, 2011, p. 16).

Além dos efeitos multiplicadores do PIB e da renda familiar, individualmente a educação também representa a possibilidade de mudança na estratificação social. Blaug (1975) afirma que se encontra nas mais diversas economias a constatação de que pessoas com maior escolarização recebem, em média, rendimentos maiores do que aquelas menos instruídas, partindo de uma comparação na mesma faixa etária. Assim, os custos individuais em receber educação consistem em investimento posterior de seus próprios ganhos.

De acordo com pesquisa realizada por Salvato, Ferreira e Duarte (2010, p. 759), considerando-se amostragem de 170 mil, 369 habitantes economicamente ativos distribuídos em todo o Brasil, com carga horária igual a 40 horas semanais, foi constatado

⁴ Demanda Agregada: Investimento, exportações e gasto do governo (ABRAHÃO; MOSTAFA; HERCULANO, 2011)

que “há uma relação linear e positiva entre a renda per capita nos Estados e a escolaridade média da sua população” (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010, p. 759). Segundo os autores, foi verificado que

Quanto maior a renda média, menor a desigualdade de renda e de escolaridade, medidas aqui pelo coeficiente de variação de Pearson e pelo coeficiente de Gini. Isso nos permite levantar a hipótese de que a desigualdade de renda e de escolaridade são fortemente correlacionadas e, por sua vez, menores nas regiões/Estados mais ricos. A escolaridade média nas regiões mais pobres é cerca de três anos menor que nas regiões mais ricas. De fato, observa-se que a renda é diretamente proporcional à escolaridade, o que vem reforçar a hipótese de que o diferencial de renda pode ser explicado pela diferença de escolaridade. (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010, p. 762).

Em trabalho mais recente, Ribeiro e Dick (2016) verificaram indícios de correlação entre a escolarização e a distribuição de renda, destacando que quanto maior o nível de instrução formal (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) menor tende a ser a desigualdade de renda entre as pessoas. Concluem os autores que a escolarização contribui positivamente no desenvolvimento, influenciando na qualidade de vida e na igualdade (RIBEIRO; DICK, 2016).

3.2 A EDUCAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO FATOR DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL IMATERIAIS: CAPITAL HUMANO, CAPITAL CULTURAL E CAPITAL SOCIAL

A relação entre a educação e o desenvolvimento não se relaciona apenas ao aspecto econômico, mas confere também aos educandos a constituição de competências e habilidades possíveis de serem aplicadas ao desenvolvimento em sua dimensão humana e social. Conforme explicitado na LDBEN 9.394 (BRASIL, 1996, on-line), compete ao ensino superior “II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”, de tal forma que seja possível “VI – (...) prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996, on-line).

Desse modo, as Instituições de Ensino Superior podem contribuir, através da formação de profissionais qualificados em suas respectivas áreas, para a assistência e manutenção das liberdades instrumentais, conforme descrito por Sen (2010, 15), ou seja, “(1) liberdade política, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora”; bem como dos pilares do desenvolvimento humano, conforme Haq (1995 apud MACHADO; PAMPLONA, 2008), isto é, a equidade, a sustentabilidade, a produtividade e o empoderamento. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação e, em particular, a educação superior, apresentando-se como um meio de fomento ao desenvolvimento tanto econômico, quanto humano e social.

As Instituições de Ensino Superior promovem a formação de pessoal qualificado para o trabalho; para o pensamento reflexivo, a promoção e a difusão cultura e o debate de ideias; o desenvolvimento científico e tecnológico; a publicização do conhecimento compreendido enquanto patrimônio da humanidade; a integração e sistematização de conhecimentos em estruturas intelectuais intergeracionais; estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais e regionais; promover a extensão da educação superior à sociedade por meio da aplicação e compartilhamento de suas conquistas culturais, científicas e tecnológicas; promover o comprometimento com a educação em seus diferentes níveis através da capacitação e formação profissional, da pesquisas pedagógicas e as atividades de extensão (BRASIL, 1996).

Os egressos da educação superior são, portanto, conforme a legislação em pauta, portadores de um compromisso social oriundo de seus saberes, competências e habilidades adquiridas. Dispõem de potencialidades capazes de serem empenhadas no exercício do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Assim, os territórios onde se verifica a presença de Instituições de Ensino Superior encontra-se potencialmente equipado com formas de capitais imateriais sujeitos a serem aplicados ao seu desenvolvimento. Tais formas de capitais imateriais encontram-se personificados em pessoas e grupos. São eles: Capital Humano, Capital Cultural e Capital Social.

3.2.1 O Capital Humano e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social

De acordo com Cabral, Silva e Silva (2016) a Teoria do Capital Humano está presente desde as ideias desenvolvidas pelos economistas clássicos, sendo melhor configurada pela Escola de Chicago com os teóricos Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz. Outros autores contribuíram para o debate e esse respeito, tais como Schultz, Marshall, Fisher, Nerdrum, Erickson e Mincer (*apud* SAUL, 2004), de onde decorre não ser possível uma única definição para o conceito dada a pluralidade de perspectivas sobre o assunto (SAUL, 2004).

Schultz (1964 *apud* SAUL, 2004) apresentou sua teoria na década de 1960, concebendo-a enquanto aptidões e habilidades individuais que podem ser intrínsecas da pessoa ou adquiridas com a experiência, levando-a a tornar-se mais produtiva. Nesse entendimento, a melhoria do bem-estar das classes economicamente mais baixas não dependeria da oferta de terras, máquinas ou energia, mas, sobretudo, de conhecimento (SAUL, 2004).

Assim, o conjunto de estudos sobre o Capital Humano desenvolvidos nos Estados Unidos em meados do século XX, tinham por objetivo compreender de modo mensurável e teórico o modo pelo qual a educação em seus diversos níveis permite um incremento de valores simbólicos, habilidades e competências em indivíduos e sociedades passíveis de serem utilizados no sistema capitalista como estratégia de manutenção e crescimento da atividade econômica. A partir desta perspectiva, a educação constituir-se-ia não como despesas aos estados e às economias pessoais, mas um investimento no indivíduo capaz de se converter em bens econômicos e sociais.

Por sua vez, a qualificação da mão de obra induziria o desenvolvimento dos territórios a partir da perspectiva econômica da alocação de recursos, tomando os indivíduos como bens de capital (intelectual/simbólico) disponíveis à produção de riquezas. Assim,

A educação causa diversos tipos de impactos no desenvolvimento econômico e na sociedade, porque esta possui um caráter sistêmico de um nível muito elevado, ou seja, cada acréscimo de quantidade ou qualidade educacional é refletido diretamente no desenvolvimento e surgimento de novas oportunidades, causando um ciclo de progresso em todas as esferas. (TONON, 2008, p. 6-7).

Nesse contexto, ao formar mão de obra qualificada para atender os setores econômicos, as instituições de ensino e, em particular, as IES, atuam no sentido de criação e multiplicação dos meios de produção (FAVARO; TUMULO, 2016).

A teoria do Capital Humano teve grande impacto no mundo subdesenvolvido, constituindo-se opção para reduzir as desigualdades sociais existentes. No caso do Brasil, a partir dos anos 1950, as políticas educacionais foram elaboradas em conformidade com o modo capitalista de educação, tendo na teoria do capital humano o seu fundamento central (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016).

Segundo Posternak (2014), no Brasil um dos precursores da teoria do capital humano no país foi o economista Carlos Geraldo Langoni, que analisou temas como variação salarial, mercado de trabalho e, sobretudo, o acesso à educação básica como fator essencial para a diminuição das desigualdades sociais brasileiras. Mesmo que as desigualdades econômicas e a concentração de renda permaneçam na sociedade, Langoni (1973 apud POSTERNAK, 2014) salienta melhorias nas condições de vida dos trabalhadores a partir da mudança de empregos mediante a qualificação profissional e a demanda produtiva:

Ao passarmos da indústria de construção civil para a indústria automobilística, (...) o nível de salário médio praticamente dobra. É difícil acreditar que um trabalhador na indústria automobilística esteja “pior” do que aqueles na construção civil. (LANGONI, 1973 apud POSTERNAK, 2014, p. 4).

A partir de uma perspectiva crítica, a concepção de um capital humano demonstraria o aprofundamento das condições de exploração e da auto-exploração da força de trabalho, pois “o indivíduo é que teria de adquirir os meios para se tornar competitivo no mercado (...) embora sem garantias de acesso ao emprego” (FAVARO; TUMULO, 2016, p. 561-562), pois no capitalismo é possível coexistir sem impedimentos o acúmulo de riquezas e a exclusão econômica (SAVIANI, 2010a apud FAVARO; TUMULO, 2016, p. 562). Além disso, a concepção de um Capital Humano apresenta-se contraditório na própria epistemologia do conceito, uma vez que não pode ser “simultaneamente, capital (remunerado com salários) e força de trabalho comprada no mercado pelo verdadeiro capital” (PAIVA, 2001, p. 187).

De acordo com Lynn (2000, p. 2), o capital humano é representado como know-how, capacidades, habilidades e especializações dos recursos humanos de uma determinada organização. De um modo geral, o capital humano pode ser entendido como um bem personalizado de cada indivíduo, que resulta de seus conhecimentos e habilidades, favorecendo a realização do trabalho. Nesse sentido, conforme Blaug (1975), há um viés utilitarista na educação que faz com que os estudantes permaneçam em instituições de ensino, mesmo após a idade mínima determinada por lei. Assim, o autor acrescenta que:

Talvez seja verdade que os custos da educação de um indivíduo constituem, por assim dizer, um investimento na sua futura capacidade de ganhar. Portanto, como acertadamente observou Adam Smith, não é por acaso que as pessoas educadas tendem a ganhar mais do que aquelas que carecem de educação (...) Não obstante, o fato dos indivíduos não poderem capitalizar a sua capacidade de ganhar sugere que a decisão de adquirir educação pode envolver considerações estranhas a um balanço deliberado de rendimentos e custos. (BLAUG, 1975, p. 1).

Segundo Ramos (2015), os ambientes de educação institucionalizados são as escolas, as IES, e outros lugares de promoção do Capital Humano. Todavia, em mesmo o sistema escolar não é o único domínio de acumulação de capacidades cognitivas, habilidades, competências, dentre outros, uma vez que a familiar, os grupos e o ambiente social contribuem para a configuração do capital humano individual. Todavia, segundo Ramos (2015), mesmo no ambiente institucionalizado há de se distinguir o Capital Humano Geral, ou seja, os conhecimentos e as habilidades gerais, tais como leitura, escrita, cálculos; daqueles mais especializado adquiridos pela constituição do Capital Humano Específico, que seria um tipo de formação na qual se desenvolve na prática profissional, no cotidiano das atividades de trabalho ou em cursos, culminando em habilidades específicas.

Enquanto fator de desenvolvimento, o Capital Humano representa maior produtividade, melhores salários e elevação da qualidade de vida: “Neste sentido, maiores investimentos em capital humano tendem a gerar, no longo prazo, bem estar não apenas para a massa trabalhadora, mas também para a sociedade como um todo” (DUARTE; SCHNEIDER, 2019, p. 08).

No que concerne à formação de capital humano pelas Instituições de Ensino Superior, Duarte e Schneider (2019) destacam a presença destas e de seus efeitos locais como fator de desenvolvimento em virtude de que

O investimento em capital humano se apresenta como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do território, e nesse contexto, a presença de centros de pesquisa e de universidades com pesquisadores qualificados pode mudar o patamar de desenvolvimento de seu espaço de abrangência. O fato de poder captar recursos para pesquisa, bem como para qualificar novos profissionais para a pesquisa e para o mercado se apresenta como um diferencial que sustenta o processo de desenvolvimento no longo prazo. (...) Sua inclusão como fator de produção no processo produtivo eleva a produtividade do trabalho, aumenta a produção e o desenvolvimento da região. Os modelos de crescimento endógeno passaram a considerar o capital humano na função de produção, essa função cresce à medida que aumenta a escolaridade da população, causando efeito positivo na taxa de progresso técnico do território. Assim, quanto mais capital humano qualificado dispuser uma região mais desenvolvida esta tenderá a ser, pois de nada adianta um grande volume de capital físico, sem a presença de pessoas capazes de operar eficientemente o capital físico disponível. Diante do exposto, faz-se necessário reconhecer que não é a quantidade de capital humano que exerce efeito no dinamismo socioeconômico do território, mas sim alterações constantes na sua qualidade (RAIHER, 2017). Essa melhoria de patamar de qualidade desses capitais e, conseqüentemente, dos serviços prestados por indivíduos mais qualificados se apresenta como sendo uma das mais eficientes estratégias de distribuição de renda que um país ou região pode experimentar, uma vez que possibilita empregos dignos de maior prestígio aos trabalhadores, aumentando sua autoestima e elevando o potencial de desenvolvimento de seu habitat. (DUARTE; SCHNEIDER, 2019, p. 9).

Ademais, enquanto fator de desenvolvimento humano e social, há que se pensar no capital humano existente e em constante aprimoramento como um recurso disponível ao exercício da dignidade humana. A presença de profissionais da saúde, da educação, do direito, das engenharias, dentre outras profissões que atuam direta ou indiretamente no aprimoramento das condições básicas de vida, da seguridade social, habitação e do controle de qualidade de produtos e serviços, bem como do resguardo aos direitos individuais e coletivos nas esferas cível e criminal, representa um fator concreto e necessário ao desenvolvimento humano que, para além do crescimento econômico, representa fonte de valorização e enriquecimento imaterial à sociedade e às instituições como um todo.

3.2.2 O Capital Cultural e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social

Em meados do século XX, paralelamente ao desenvolvimento da teoria do Capital Humano, os estudos sobre a Educação foram permeados pelo pessimismo resultante dos resultados desiguais obtidos pelos alunos durante sua escolarização, ainda que a universalização do acesso às redes escolas, ao menos em países desenvolvidos, já se fizesse realidade. Isso representou uma quebra nas expectativas de que a oferta do sistema de ensino somada à obrigatoriedade da matrícula fossem realizar uma transformação qualitativa da sociedade, cujas bases se alicerçaram no acesso e na difusão ao conhecimento. Ao contrário, os resultados, sobretudo aqueles divulgados pelo *Relatório Coleman*, de 1966, mostraram que alunos oriundos de realidades socioeconômicas diferentes obtiveram coeficientes de rendimentos distintos mesmo tendo acesso ao ensino escolar (BONAMINO *et al.*, 2010, p. 487). Isto porque

Bourdieu e Passeron (2014) demonstram que a trajetória de cada estudante é também determinada por aspectos que estão além da escola, como por exemplo, a falta de recursos financeiros, o capital cultural “insuficiente” e a ausência de estratégias familiares em relação à educação dos filhos. Desconsiderar esses fatos relacionados à origem social dos indivíduos “condena e autoriza a explicar o sucesso escolar como desigualdades naturais, de dons” (Bourdieu & Passeron, p. 92), contribuindo para um ciclo de ofertas de carreiras de maior responsabilidade e com maiores salários apenas para os mais aptos, que em sua grande maioria vem de classes sociais mais favorecidas. (MÜLLER; MARTINS, 2017, p. 354).

Nesse contexto, se destacaram os estudos de Pierre de Bourdieu (2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010) sobre o modo como o indivíduo se relaciona com a cultura e a forma como a cultura interfere na formação do indivíduo, relação esta denominada pelo autor de Capital Cultural. Além disso, Bourdieu também analisou o Capital Social, entendido por ele como a forma na qual indivíduos se inserem e participam de grupos de semelhantes onde o aspecto unificador é o modo como apreendem, lidam e reproduzem um mesmo modelo cultural recebido.

O Capital Cultural constitui-se em esquemas de comportamentos e modos de agir, leituras de mundo, percepções, modos de lidar e de compreender as ações de si e dos outros, que estão personificados em um indivíduo e são produto de sua construção

histórica forjada no seio de uma organização social. Nesse sentido, o Capital Cultural se constitui enquanto um elo entre o Capital Humano, isto é, o recurso imaterial personificado no indivíduo, e o Capital Social, ou seja, o conjunto social formado por grupos com saberes, habilidades e competências afins, visto que a presença de sistemas de pensamento, de ações e de significações presentes em indivíduos são, ao mesmo tempo, reflexo das comunidades onde tais indivíduos estão inseridos e condição necessária à inserção e participação deste na mesma comunidade. Segundo Bonamino et al (2010), o conceito de Capital Cultural é “solidário” (BONAMINO *et al.*, 2010, p. 490) ao conceito de Capital Social, com vistas às relações estabelecidas entre os indivíduos de um grupo, cujo elo aglutinador entre eles é a presença do mesmo Capital Cultural.

Para Bourdieu (2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010, p. 491-492), o capital cultural estrutura-se em três estados: o *Incorporado*, o *Objetificado* e o *Institucionalizado*. O estado Incorporado compreende as ações, escolhas, gostos, expressões, particularidades, dentre outras características pessoais, que fazem parte integrante de um indivíduo e do seu modo de ser, agir e pensar, constituindo-se naquilo que o autor (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010) chamará de *habitus*. Toda cultura, por sua vez, é tanto produzida quanto produtora de bens que a simbolizam. A estes símbolos compreendem-se o capital cultural em estado Objetoificado, isto é, livros, obras de arte, peças de teatro, filmes, músicas, gravuras, danças, idiomas, vestuários, entre outras expressões materiais e imateriais que transmitem significados e agregam valor a quem os possui ou domina (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010). Nesse sentido, os estados Incorporado e Objetoificado do capital cultural estabelecem entre uma interrelação, pois quem detém certos *habitus* possui e quer possuir os bens simbólicos de sua cultura; e estes bens, por sua vez, necessitam ser decifrados e compreendidos por quem possua incorporados em si a capacidade simbólica de decodificar e valorar certos bens e símbolos. Por sua vez, o terceiro estado de capital cultural, o Capital Institucionalizado, constitui-se pelos títulos escolares, isto é, Diplomas ou Certificados, e está bastante vinculado ao mundo do trabalho.

Considerando-se por finalidades da educação superior os dispostos no Art. 43 da LDBEN 9.94/1996 (BRASIL, 1996), e indo ao encontro dos conceitos elaborados por Bourdieu, observa-se que a Lei visa agregar aos egressos da Educação Superior

saberes, competências e habilidades que se configuram em formas de Capital Cultural Incorporado e Objetificado que deem “lastro” concreto à forma Institucionalizada conferida pelas credenciais do Diploma e do Certificado.

A constituição de Capital Cultural a partir das Instituições de Ensino Superior dá-se, mediante a legislação em vigor, com a finalidade de

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, on-line).

Tal finalidade, mediante o texto do inciso, busca articular a produção intelectual desenvolvida nas pesquisas acadêmicas ao cotidiano da Educação Básica de modo a oportunizar a diferentes gerações de estudantes o conhecimento científico superior, a inovação e a pesquisa.

Ademais, além do debate sobre a aquisição do capital cultural Institucionalizado, que permite a possibilidade tanto de ascensão profissional e pessoal, refletindo em melhores salários e possibilitando do ponto de vista do desenvolvimento humano e social e da presença de profissionais qualificados capazes de desenvolver trabalhos específicos relacionados à melhoria da qualidade de vida, a constituição do Capital Cultural pelas IES torna-se também importante no que concerne à constituição dos estados Incorporado e Objetificado.

Nesse sentido, e considerando o disposto na LDBEN 9.394 (BRASIL, 1996), as Instituições de Ensino Superior, ao exercerem sua função de estímulo à criação cultural, à reflexão e ao pensamento crítico; desenvolvendo o entendimento, na sociedade globalizada e em rede, do homem enquanto cidadão de um mundo multicultural, de modo a compreender a importância da descentração e da relativização; ao promoverem a divulgação e a apropriação de habitus culturais de tempos históricos, de identidades étnico-culturais ou de escalas geográficas distintas; estimulam o resgate e a valorização dos saberes, tradições, hábitos e expressões artísticas locais e regionais, estabelecendo novas bases entre os signos e os significados das comunidades onde as IES estão inseridas; o estabelecimento e o compartilhamento de capitais culturais valorosos ao mercado, como o desenvolvimento de competências socioemocionais, o incentivo a

novos *habitus* de consumo, e o desenvolvimento de gostos pela valorização da produção local; contribuem positivamente para o enriquecimento social, a divulgação e a tomada de posse do patrimônio da humanidade historicamente construído e manifestado em diferentes expressões culturais, incentivando e tornando possível o instrumental teórico, linguístico e jurídico necessário à comunicação e convivência das diversidades, estimulando, assim, enriquecendo a participação popular mediante à abertura cultural ao novo de modo a criar novos hábitos necessários ao mundo presente e futuro.

3.2.3 O Capital Social e o Desenvolvimento Econômico, Humano e Social

Por Capital Social compreende-se “(...) um conjunto de fatores de natureza cultural, como confiança, cooperação e ações comunitárias de interesse comum” (BOISIER, 2000 apud DUARTE; SCHNEIDER, 2019, p. 6). Trata-se de um conceito que abarca as relações estabelecidas entre os indivíduos de um grupo, cujo elo aglutinador entre os mesmos é a presença do mesmo Capital Cultural.

Segundo Leis e Cavalcante (2019), o tema do Capital Social ganha destaque teórico-conceitual na obra de três autores: Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu. Em síntese, Putnam e Coleman abordam mais diretamente os efeitos econômicos decorrentes da presença de Capital Social nos territórios; já Bourdieu, em uma abordagem crítica, enfatiza a dimensão sociológica das relações de dominação e exclusão presentes em grupos coesos a partir do Capital Social:

Enquanto Coleman e Putnam veem o capital social como um recurso disponível para os agentes econômicos, como os demais fatores de produção, Bourdieu aponta o caráter de associação exclusiva que delimita claramente quem está habilitado e quem não está habilitado a fazer parte de uma rede social dotada do recurso capital social. (LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 61).

Segundo Bourdieu, o Capital Social possui três aspectos: “(...) os elementos constitutivos, os benefícios obtidos pela participação no grupo ou em redes sociais e a forma de reprodução” (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010, p. 489-490).

Sobre os *elementos constitutivos*, são estes os aspectos do capital cultural de que dispõem os integrantes de um grupo, e estão subdivididos em dois aspectos: 1) as redes

de relações sociais e; 2) a quantidade e qualidade de recursos. Sobre o primeiro, caracteriza-se pelos elementos materiais e simbólicos capazes de gerar reconhecimento e inter-reconhecimento entre os sujeitos. Já sobre o segundo aspecto, trata-se da capacidade que um determinado indivíduo possui de mobilizar recursos materiais e simbólicos para os demais integrantes do grupo. Logo, quanto maior a capacidade de mobilização, mais apto um indivíduo está de poder participar do grupo e maior é sua importância dentro do Capital Social.

Por sua vez, os *benefícios obtidos pela participação no grupo ou em redes sociais*, o segundo aspecto, trata das vantagens obtidas pelos participantes ao terem acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis ao acesso da rede interpessoal, daí a importância da maior capacidade de mobilização de recursos. Estes elementos caminham em direção às *formas de reprodução*, isto é, ao terceiro aspecto: os membros de um grupo tendem a buscar meios de se perpetuar no grupo e de impedir a entrada de outras pessoas que não disponham de capital cultural suficiente. Tais mecanismos ocorrem tanto pela valorização interna e externa dos membros do grupo, quanto pela rejeição de hábitos, pensamentos e costumes alheios a ele.

O Capital Social, portanto, pressupõem a presença de Capital Cultural por parte dos integrantes do grupo. Como o conceito de Capital Social é “solidário” (BONAMINO *et al.*, 2010, p. 490) ao de Capital Cultural, Bourdieu enxerga, neste, ou seja, no Capital Cultural, a presença dos seus estados (Incorporado, Objetificado e Institucionalizado) na pessoa que o detém e, naquele, isto é, no Capital Social, as relações de trocas e manutenção da cultura entre os sujeitos que os possuem. Bourdieu (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010) utiliza tais conceitos na tentativa de explicar a dominação simbólica e a reprodução de alguns padrões culturais sobre os outros.

A abordagem de Putnam (2006) é diferente da de Bourdieu (2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010). Contudo, a contribuição de Bourdieu mostra-se útil na caracterização da coesão social identificada por Robert Putnam (2006) ao investigar o sucesso do desenvolvimento socioeconômico em certas regiões italianas.

Em *Comunidade e Democracia: a experiência italiana moderna* (2006), Putnam identifica uma conjunção virtuosa de arranjos sociais endógenos como condicionantes fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e na configuração de arranjos

políticos mais integrados à sociedade, refletindo, assim, em estruturas institucionais mais sólidas, abertas e participativas. Putnam (2006) considera que a causa das transformações sociais virtuosas a que passaram determinadas regiões italianas no período investigado a presença de vínculos de confiança e reciprocidade gerados a partir do capital social presente nos territórios, promovendo a “cooperação voluntária” (PUTNAM, 2006, p. 177) dos seus cidadãos em prol do desenvolvimento. Para o autor,

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha um bom estoque de capital social como formas de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica [...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas (...) O capital social facilita a cooperação espontânea. (...) Muitas das formas de capital social existentes – confiança, por exemplo – são o que Albert Hirschman denominou “recursos morais”, isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados. (PUTNAM, 2006, p. 177-179).

Putnam (2007 apud LEIS; CAVALCANTE, 2019) enfatiza o papel das instituições como fator de oriundo e, ao mesmo tempo, de promoção do Capital Social. Para ele, as instituições possuem um duplo nesse sentido:

(i) as instituições moldam a política, influenciando os resultados porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores; (ii) as instituições são moldadas pela história, em que os indivíduos podem “escolher” suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos criaram, e suas escolhas, por sua vez, influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas. Ademais, o autor destaca que o desempenho prático das instituições é moldado pelo contexto social em que atuam. (LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 65).

Assim, enquanto atores de transformação social, as instituições destacam-se como agentes no processo formativo das sociedades e, dessa maneira, possuem condição de constituir Capital Cultural e Capital Humano necessário ao desenvolvimento em suas múltiplas expressões. Assim, Putnam (2006) analisa que o progresso socioeconômico presente em um território está impregnado de relações positivas estabelecidas pelos agentes envolvidos.

Segundo Siísiänen (2000 apud ORTEGA; MATOS, 2013), o capital social em Putnam pressupõe a existência de “a) normas e obrigações morais; b) valores sociais, especialmente a confiança; c) redes sociais, destacadamente as associações

voluntárias” (SIÍSIÄNEN, 2000 apud ORTEGA; MATOS, 2013, p. 44). Desse modo, constitui-se em um determinado ambiente uma atmosfera simbólica de reciprocidade, pertencimento, confiabilidade e confiança interpessoal, coordenação, cooperação, participação cívica, que promovem amalgamentos sociais entre o individualismo dos habitantes e a experiência comunitária (ORTEGA; MATOS, 2013). A dimensão cívica da experiência comunitária refere-se

Às práticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação das pessoas com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, de envolvimento das pessoas com assuntos de sua comunidade e de interesse geral (BOISIER, 2000; ANDRADE, 2015). O civismo tem a ver com o interesse pelas causas do território ou região onde o indivíduo reside, e neste caso não se limitam apenas as questões de ordem política, mas também àquelas que dizem respeito ao bem-estar do conjunto da população. (DUARTE; SCHNEIDER, 2019, p. 6).

Coleman (1988 apud BONAMINO *et al.*, 2010), por sua vez, investiga os efeitos da renda sobre a constituição do Capital Cultural e do Capital Humano nos indivíduos, de onde decorreram diferentes expressões de Capital Social: “famílias que têm capital econômico elevado proporcionem a seus filhos acesso a excelentes instituições de ensino, a bens culturais variados de alta qualidade e a viagens de estudo” (COLEMAN, 1988 apud BONAMINO *et al.*, 2010, p. 488-489). Igualmente, Coleman investiga como o Capital Social presente nas famílias “pode ajudar no maior acúmulo de capital humano por parte dos jovens pertencentes a essas famílias” (COLEMAN, 1988 apud LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 59).

Coleman, segundo Leis e Cavalcante (2019), estabelece a ação racional como um princípio tanto econômico como social a ser aplicado, desenvolvido e estimulado na constituição dos capitais sociais vantajosos ao progresso, pois, para Coleman (1988 apud LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 59):

O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de diferentes entidades, com duas características em comum: todas elas consistem em certos aspectos da estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos – pessoas ou indivíduos corporativos - desta estrutura social.

Ou seja, diante de uma possível recompensa econômica ou social, o respeito às normas estabelecidas faria com que os indivíduos agissem conforme uma ordem necessária interna às comunidades em que estão inseridos, e que “(...) esta forma de capital social facilita certas ações, porém, dificulta atitudes desarmônicas em relação à coletividade” (LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 64). Logo, “Coleman aponta para a função do capital social como um ativo que pode ser utilizado para incrementar atributos individuais, como o capital humano, permitindo (...) a obtenção de melhores resultados” (LEIS; CAVALCANTE, 2019, p. 65) dentro de uma estrutura econômica. Assim,

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (COLEMAN, 1986 apud PUTNAM, 2006, p. 177).

Considerando os pontos em comum existentes no debate teórico a respeito do Capital Social, cabe dizer que, enquanto fator de desenvolvimento, pode-se elencar os benefícios como oriundos de comunidades com fortes laços de pertencimento, reciprocidade, confiança, espírito cívico e engajamento solidário os seguintes potenciais:

a) maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimento; b) conformação de ambientes propícios ao empreendedorismo; c) melhor coordenação e coerência de ações, processos de tomada de decisão coletiva e maior estabilidade organizacional. (...) O fomento do capital social se constitui num eixo importante de desenvolvimento humano, modificando a estrutura econômica-social da localidade a partir de recursos endógenos. Neste contexto, a organização social se torna crucial para impulsionar o processo de desenvolvimento do território. (WILLERS, 2016 apud DUARTE; SCHNEIDER, 2019, p. 12).

As Instituições de Ensino Superior, nesse contexto, atuam enquanto fator de promoção do Capital Social nos seguintes sentidos: ao atuarem no sentido da promoção de valores científicos, sociais, culturais capazes de serem incorporados criticamente ao longo da formação dos acadêmicos, isto é, tornando-se agentes de fomento do Capital Cultural; ao possibilitarem a qualificação para o mercado de trabalho e para a atuação

social em diversos aspectos, bem como para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas produtivas, com vistas à atuação de seus futuros profissionais em múltiplas escalas (local, regional, global), ou seja, formando o Capital Humano necessário ao desenvolvimento em múltiplos aspectos; e tornando-se, enquanto agente institucional presente nos territórios, um lócus profícuo de debates sobre as realidades econômicas, humanas e sociais, assumindo-se enquanto agente no debate público, seja político e/ou comunitário, contribuindo para o estabelecimento de relações de pertencimento, civismo, coesão, concatenando esforços em prol de objetivos comuns e, desse modo, tornando-se um importante palco da promoção do Capital Social no meio onde está inserida.

Para isso, faz-se necessário a atuação qualitativa das Instituições de Ensino Superior no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, de modo tanto a permitir o devido conhecimento da realidade ambiental, econômica, produtiva, histórica, cultural e social local, regional e global, quanto também para promover ações concretas em prol do desenvolvimento a partir das realidades investigadas.

3.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO

Antes de se investigar como o ensino, a pesquisa e a extensão podem se tornar fatores de desenvolvimento, é importante tecer algumas considerações institucionais.

Do ponto de vista jurídico, estão obrigadas a desenvolver atividades ensino, pesquisa e extensão apenas as Instituições de Ensino Superior denominadas Universidades: “Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano...” (BRASIL, 1996, on-line). Além disso, também são atribuições das Universidades a:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996, on-line).

Além das universidades, ainda existem, dentro da administração nacional, as Instituições de Ensino Superior denominadas Faculdades e os Centros Universitários, conforme o Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

Conforme o Decreto 9.235 (BRASIL, 2017), Faculdades são IES que oferecem, no mínimo, um curso superior de graduação, presencial e/ou na modalidade a distância (EAD). De modo que, por efeito de omissão, a princípio, parecem estar as Faculdades desobrigadas de oferecer Pesquisa e Extensão. Cabe ainda dizer que, conforme o texto, todas as instituições privadas de educação superior são inicialmente credenciadas como Faculdades.

Mesmo a Constituição Federal de 1988 diz que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, on-line), omitindo-se à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão em outros tipos de Instituições de Ensino Superior não universitárias.

No que concerne aos Centros Universitários, dentre outros requisitos para seu credenciamento⁵ consta a obrigatoriedade de:

IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação; V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência; (BRASIL, 2017, on-line).

⁵ O Decreto 9.235/2017 não fala em “Credenciamento” de Centros Universitários, mas sim de “Recredenciamento”. Semelhantemente, o Decreto diz que: “Art. 17. As IES privadas poderão solicitar credenciamento como universidade, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos” (BRASIL, 2015, on-line). O texto não fala da existência de credenciamento de Faculdades públicas; nem de credenciamento de faculdades públicas como Centros Universitários ou como Universidades. Diante disso, pode-se depreender, por lógica, que toda a Faculdade credenciada como Centro Universitário ou toda Faculdade credenciada como Universidade são instituições de natureza privada. Serra (2010), em seu trabalho, faz apontamentos de uma série de problemas tipológicos, de natureza e de atribuições surgidos no Ensino Superior brasileiro a partir, sobretudo, da expansão da rede privada de educação a partir da segunda metade do século XX. O autor (SERRA, 2010) aborda também vários debates governamentais surgidos na década de 2000, centrados na perspectiva da Educação Superior nacional e publicados na forma de diversos documentos oficiais (MEC, 2004; MEC, 2005a; MEC, 2005b apud SERRA, 2010). Nesse sentido, talvez a questão da tipologia das IES, bem como a falta de clareza com quanto às atribuições com relação ao Ensino, Pesquisa e Extensão, seja ainda hoje características oriundas das dificuldades apontadas por Serra (2010).

Diante do exposto, embora não exista clareza explícita semelhante ao Art. 52 da LDBEN 9.394/1996 no que concerne à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades, o Decreto 9.235/2017 parece indicar que nos Centros Universitários deva existir a necessidade de desenvolver a pesquisa e a extensão juntamente com o ensino. Tal indício é reforçado no Art. 21, ao tratar do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento obrigatório para as IES: “(...) o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: (...) II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2017, on-line).

Em síntese, os dispositivos jurídicos brasileiros supracitados indicam claramente a obrigatoriedade do ensino, da pesquisa e da extensão apenas às Universidades; indicam, mas não de modo explícito, a necessidade do exercício do ensino, da pesquisa e da extensão nos Centros Universitários; e, por omissão, parecem desobrigar as Faculdades ao exercício do ensino, da pesquisa e da extensão. Todavia, o Art. 52 da LDBEN 9.394/1996 é claro ao afirmar que as finalidades da Educação Superior são as mesmas, sem fazer reservas quanto ao tipo da IES. Logo, pode-se pensar que omissão quanto ou a falta de clareza não signifique, na realidade, a recusa à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nos cursos superiores.

Ademais, segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que dispõem sobre a implementação de atividades de extensão nos cursos superiores de graduação, “IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico” (BRASIL, 2018, on-line).

Assim, as IES não devem estar limitadas ao ensino, visto que a pesquisa e a atuação na sociedade, ou seja, a extensão, tornam-se meios fecundos de exercício da aprendizagem e da constituição de novas competências. Segundo Leonídio (2017, p. 17):

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é o fator que gera um movimento de produção e disseminação do conhecimento no Ensino Superior, uma vez que relaciona diretamente questões fundamentais para o desenvolvimento da ação acadêmica, tais como: o corpo discente aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (Ensino); a produção de conhecimento (Pesquisa); a intervenção no cotidiano dos processos sociais e a identificação de questões inerentes a este cerne (Extensão). Estas ações acabam criando um ciclo perene de interdependência entre estes

elementos, uma vez que demandam novas pesquisas, interferem no dia a dia do processo ensino-aprendizagem-avaliação, dentre outras questões.

Este ciclo duradouro, relacional e dialético constitui-se em uma atividade pessoal e coletiva que, segundo Pivetta *et al.* (2010, p. 377), podem ser identificadas em “Assumir uma atitude inovadora e transformadora da realidade social” o que demanda “ampliar e fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto processo formativo sistêmico”. Logo, é partir da reflexão ativa sobre os problemas concretos da sociedade, bem como pela inserção das pesquisas científicas levadas para além das IES que se tem “(...) como eixo central a formação de profissionais-cidadãos, isto é, de profissionais comprometidos com o desenvolvimento social em nível local e global” (PIVETTA *et al.*, 2010, p. 378).

Sobre o Ensino Superior, Leite e Morosini (1988, p. 23) apontam que, embora “(...) pesquisa, extensão e ensino-aprendizagem são momentos integrados de um mesmo processo” no Brasil verificou-se ao longo da história que a dimensão do Ensino por muitas vezes esteve dissociada dos demais pilares da educação superior no país, tanto em uma perspectiva político-institucional quanto em uma dificuldade de se pensar a educação superior como o lócus da produção de conhecimento. Segundo Leite e Morosini (1988, p. 24), houve debates no país que se debruçaram a propor “(...) a separação em instituições, exclusivamente dedicadas ao ensino, e universidades, onde este se apresentaria associado à pesquisa”.

Assim, o ensino universitário tem-se caracterizado, por um lado, pelo isolamento de seu docente e, por outro, pela existência de uma estrutura fechada, doada pelo Estado à universidade e por esta aperfeiçoada. Esta aparente contradição entre uma estrutura aprisionada e uma livre não representa polos diversos (...). Em última análise, o ensino universitário que temos é fundado no professor e baseado em sua competência, que, na maioria das vezes, é tanto adquirida quanto mantida isoladamente. (LEITE; MOROSINI, 1988, p. 25-26).

Embora a perspectiva do ensino considerado isoladamente possa apresentar traços de tradicionalismo metodológico, José Carlos Libâneo (2003) aponta a dimensão do ensino realizado na educação superior como possuidora de qualidades positivas em si mesmos, pois

Em primeiro lugar, porque as funções específicas da universidade, enquanto produtora de conhecimento e prestadora de serviços, são o ensino e a pesquisa. E em se tratando do ensino, não existe ensino em geral, existe ensino de matérias e atividades docentes-discentes, tanto nas salas de aula como em outros espaços como laboratórios, campos de estágio, etc. Em segundo lugar, os objetivos de ensino, as competências cognitivas, a organização pedagógica e curricular, se realizam nas aulas, ou seja, os alunos aprendem conceitos, habilidades, valores para o exercício profissional e para a cidadania nas salas de aula e outros espaços correlatos. Por isso é importante para a coordenação dos cursos saber se os alunos estão aprendendo, se estão modificando comportamentos, se incorporam habilidades, atitudes, valores com base no projeto pedagógico-curricular do curso e nos planos de ensino cada disciplina. Em terceiro lugar, é na sala de aula que os professores exercem sua influência direta sobre a formação e o comportamento dos alunos: a postura em relação ao conteúdo da matéria que ensina, o modo de relacionar-se com os alunos, sua atitude em relação à instituição, a responsabilidade com que se ocupa do planejamento de ensino, da metodologia, as práticas de avaliação, etc. Na relação social que se estabelece em sala de aula, o profissional liberal que ministra aulas – o engenheiro, o advogado, o arquiteto, o físico, o economista, o veterinário, o biólogo, – passa a seus alunos uma visão de mundo, uma visão das relações sociais, uma visão da profissão, ou seja, passam uma intencionalidade em relação à formação dos futuros profissionais que é, eminentemente, pedagógica e ética. (LIBÂNEO, 2003, p. 2-3).

Desse modo, Libâneo (2003) apresenta a sala de aula e os ambientes correlatos, como sendo lócus, conforme Bourdieu (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010) da constituição do capital cultural e do capital social, bem como das relações simbólicas que daí se possam produzir.

Além disso, Libâneo (2003) não desconsidera que a pesquisa e a extensão ao lado do ensino componham o tripé da educação superior, mas que estas convergem para a relação de ensino-aprendizagem universitária, pois o

Ensino superior de qualidade tem como pressuposto que a produção do conhecimento se faz também pelo ensino. (...) Se a pesquisa dá enorme contribuição à formulação de novos parâmetros científicos, a produção do conhecimento pelo ensino, antes de produtos científicos, alcança a produção do pensamento, a capacidade cognitiva e estética do aprendiz. (CUNHA, 1997, p. 91 apud LIBÂNEO, 2003, p. 3).

Assim, conforme Goulart (2004), a pesquisa e a extensão exercem na prática do ensino o desenvolvimento da competência de aprender a aprender. Segundo Duarte (2001), aprender a aprender significa: aprender sem a transmissão do conhecimento; desenvolver um método próprio de aprendizagem; a aprendizagem ocorre a partir de

interesses particulares; e que a educação deve construir, nos educandos, a capacidade de se adaptar e se readaptar conforme as necessidades.

Sobre a Pesquisa Acadêmica, no caso do Brasil, a discussão a respeito do papel das descobertas científica e tecnológica tem historicamente se limitado ao âmbito acadêmico, em decorrência disso observa-se que a quase totalidade das atividades de pesquisa e desenvolvimento se dão nos espaços acadêmicos ou em instituições governamentais (CRUZ, 2000). Na perspectiva de Cruz deve-se destacar a importância da empresa enquanto organização “(...) capaz de transformar ciência em riqueza” (CRUZ, 2000, p. 6). Para ele:

Ainda assim deve-se notar que a interação universidade-empresa é importante para a universidade na medida em que contribui para a melhor formação dos estudantes, e isto é razão suficiente para buscar sua intensificação. Do outro lado, esta interação pode contribuir para levar a cultura de valorização do conhecimento para a empresa. Mas é essencial evitar a ilusão de que esta interação será a solução para os problemas de financiamento da universidade e de tecnologia da empresa. A verdade é que o principal mecanismo para a interação entre a universidade e a empresa é a contratação dos profissionais formados nas universidades pelas empresas. (CRUZ, 2000, p. 13).

A importância da pesquisa científica se insere no contexto mais abrangente da chamada sociedade do conhecimento, de modo a permitir, por meio da pesquisa, o progresso em diferentes áreas econômicas e sociais, pois “(...) o desenvolvimento científico, a geração de empregos e a luta contra a pobreza estão interligados” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 20), e, assim, pode-se dizer que “(...) a introdução de ciência, tecnologia, engenharia e inovação em nossas condições locais e específicas, assim como ocorreu em outros lugares, pode determinar o desenvolvimento equitativo” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 20).

Segundo Lemos (2000), a pesquisa se apresenta como um fator imprescindível ao progresso da chamada era do conhecimento, que se apresenta como a atual fase da economia, denominada, segundo a autora, de “Economia Baseada no conhecimento, ou, mais especificamente, Baseado no Aprendizado” (LEMOS, 2000, p. 157), o que significa dizer que

Para acompanhar as rápidas mudanças em curso, torna-se de extrema relevância a aquisição de novas capacitações e conhecimentos, o que significa intensificar a capacidade de indivíduos, empresas, países e regiões de aprender e transformar este aprendizado em fator de competitividade para os mesmos. (LEMOS, 2000, p. 157).

Segundo Moutinho e Rabechini Junior (2021), a pesquisa é importante tanto para as Instituições de Ensino Superior quanto para os setores econômicos e o governo:

De fato, a aproximação entre universidade e empresas traz novas perspectivas. Pelo lado das universidades, os pesquisadores são incentivados a desenvolverem seus estudos, linhas mais pragmáticas, indo além das fronteiras científicas fundamentais (Sabharwal & Hu, 2013). Para as empresas e governos, trata-se de um novo parceiro para seus esforços de pesquisa e desenvolvimento, permitindo-lhes ter acesso a recursos de acadêmicos, incluindo instalações e pessoal altamente qualificado. (MOUTINHO; RABECHINI JUNIOR, 2021, p. 889).

Desse modo, a relevância da pesquisa não se apresenta apenas como parte essencial da constituição cotidiana das Instituições de Ensino Superior, mas também se mostra fundamental à inovação necessária à melhoria da competitividade dos setores econômicos e do governo enquanto estrutura gestora, administrativa e promotora de serviços. Nesse sentido, Scholze e Chamas (2000) apontam a relevância das universidades e de outros centros de pesquisa governamentais na produção de pesquisa como fator de desenvolvimento no Brasil. Todavia, Serra (2010) aponta para a baixa criação e transferência de patentes como um problema presente nas IES brasileiras. Sobre isso, Scholze e Chamas (2000, p. 88) dizem que

Os números dos pedidos de patentes por parte de universidades e institutos de pesquisa residentes no Brasil reflete sobretudo a baixa cultura de proteção da propriedade intelectual entre nós especialmente no ambiente acadêmico, ainda predomina a noção de que o novo conhecimento deve ser imediatamente publicado e livremente intercambiado. A pesquisa acadêmica tradicionalmente caracteriza-se pela liberdade de investigação e pelo livre fluxo das informações. As pesquisas empreendidas em universidades não têm necessariamente que resultar em algo comercializável e não buscam necessariamente atender ao mercado. O lucro não é objetivo dos projetos. Por outro lado, a atividade empresarial enfatiza a obtenção de lucro, a preocupação com a qualidade esse e segurança, o preço dos produtos e a mensuração do sigilo em torno das atividades tecnológicas e comerciais uma vez que os resultados da pesquisa são passíveis de proteção intelectual.

No entanto, Schwartzman (2008) aponta as universidades como lócus privilegiado do desenvolvimento científico, afirmando a importância que parcerias público-privadas, bem como universidades-empresas, possuem em todas as economias desenvolvidas como meio de inovação e desenvolvimento. O mesmo não se vê, segundo Schwartzman (2018, p. 20) na América Latina, visto que, aqui, a pesquisa é de natureza “(...) principalmente acadêmica, e ocorre em determinados departamentos e instituições dentro de universidades que são quase sempre voltadas à formação profissional, e com vínculos fracos com a economia e a sociedade em geral.”

Já a Extensão Universitária, por sua vez, trata-se da comunicação de saberes e da pesquisa universitária à comunidade. Nesse sentido, segundo Ribeiro (2021), é função das IES comunicarem os saberes produzidos, aproximando-se da sociedade e, assim, promovendo a integração da instituição com o meio social onde está inserida. Segundo Nogueira (2000, p. 11 apud RIBEIRO, 2021, p. 14),

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Logo, a comunicação e a aplicação dos conhecimentos, da pesquisa e da produção científica, cultural e artística elaborada nas Instituições de Ensino Superior constitui-se parte ativa da “IV - promover a divulgação de conhecimentos” (BRASIL, 1996, on-line) de que trata a LDBEN 9.394/1996 e, assim, “(...) o conhecimento produzido pela instituição retorna à comunidade contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento socioeconômico” (RIBEIRO, 2021, p. 14). Desse modo, o diálogo institucional aberto entre a IES e a sociedade torna-se um meio de “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, on-line).

Segundo Melo Neto (2014), a extensão universitária, enquanto trabalho social, é um meio de produção de cultura cujas ações não se restringem apenas aos agentes internos às das IES, isto é, discentes, docentes e corpo técnicos-administrativo e de apoio, mas deve voltar-se para membros externos:

Ao se pensar a extensão universitária como trabalho social útil, vê-se que este trabalho não se exerce apenas a partir dos participantes da comunidade universitária, servidores e alunos. Na sua dialeticidade, exige a dimensão externa à universidade, que é a participação de pessoas da comunidade ou mesmo de outras instituições da sociedade civil, como os movimentos sociais. Está aí presente uma relação 'biunívoca', para onde os participantes da universidade e os de outras instituições ou da comunidade confluem. (MELO NETO, 2014, p. 93).

Segundo Ribeiro (2021), no Brasil, por muito tempo houve dificuldade de se implementar, na prática, a extensão dentro das Instituições de Ensino Superior. A prática da extensão esteve, em vários contextos, restrita à realização de cursos direcionados a um público já ligado à universidade (NOGUEIRA, 2013 apud RIBEIRO, 2021), permanecendo ainda "(...) sob a forma de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade, de cunho assistencialista, desvinculada do ensino e da pesquisa" (FORPROEX, 2006 apud RIBEIRO, 2021, p. 39).

Ainda a esse respeito, Ribeiro (2021, p. 34) afirma que no Brasil: "(...) mesmo existindo uma preocupação da extensão desde a criação das universidades, essa não foi reconhecida como função primordial, nem mesmo institucionalizada", visto que "as primeiras experiências extensionistas foram geradas por interesse e atos de vontade de segmentos acadêmicos, mas não representavam as respostas das demandas sociais" (RIBEIRO, 2021, p. 34).

Esse quadro tende à mudança graças às novas exigências do Ministério da Educação quando a implementação de atividades extensionistas como critério para a abertura, funcionamento e avaliação dos cursos superiores de graduação no país. Segundo a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, impõem a necessidade de se assegurar ao menos 10% da carga horária total das graduações às atividades de extensão (BRASIL, 2018, on-line). Segundo o disposto:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais. (BRASIL, 2018, on-line).

Logo, assegurar o desenvolvimento de práticas de extensão é não somente pôr em prática os dispostos na legislação sobre a Educação Superior no Brasil como também assegurar a inserção da IES na realidade socioeconômica ao seu redor, promovendo, dessa maneira meios de se fomentar o desenvolvimento econômico, humano e social conforme as pesquisas e o ensino elaborados dentro de seus programas superiores. Ao mesmo tempo, significa para as instituições a abertura a novas oportunidades de pesquisa a partir da tomada de consciência da realidade local e regional.

4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO NOROESTE FLUMINENSE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

Como já relatado nos capítulos anteriores, a Educação Superior traz em si uma potencialidade quanto ao desenvolvimento econômico, humano e social. Dessa forma, neste capítulo iremos expor as características econômicas e sociais da região Noroeste Fluminense e o desenvolvimento da Educação Superior a partir da investigação das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão realizada pelas IES no Noroeste Fluminense.

O capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, busca-se apresentar um levantamento das características socioeconômicas do Noroeste Fluminense, caracterizando-a no cenário geral do Estado do Rio de Janeiro. Neste momento, a pesquisa utilizará, além de literatura específica encontrada em artigos, livros, Dissertações, Teses, dentre outras fontes, as informações coletadas na base de dados RAIS/CAGED e IBGE Cidades, como forma de se conhecer a realidade social, econômica e produtiva dos municípios do Noroeste Fluminense;

Já na segunda seção, busca-se apresentar um histórico do surgimento, da expansão e da atuação das Instituições de Ensino Superior no Noroeste Fluminense. Para isso, optou-se por dividi-la em nove subseções onde procurou-se apresentar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão em cada uma das nove IES presentes no Noroeste Fluminense.

Na terceira e última seção, são apresentados os resultados da pesquisa a partir da análise da relação entre Educação Superior como fator de desenvolvimento no

Noroeste Fluminense, tanto na dimensão econômica, quanto na humana e social, além do papel destas instituições na promoção do desenvolvimento de outros territórios, sobretudo em municípios do Sul Capixaba e do leste de Minas Gerais.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO NOROESTE FLUMINENSE

O Noroeste Fluminense é uma mesorregião do Estado do Rio de Janeiro composta por treze municípios. Estes, encontram-se agrupados em duas microrregiões ao redor de dois municípios polos: a microrregião de Itaperuna, que engloba, além de si, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai; e a microrregião de Santo Antônio de Pádua, que engloba, além de si, Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019).

Segundo Andrade (2019), o surgimento político-territorial dos municípios do Noroeste Fluminense está relacionado ao desmembramento do bloco territorial de Campos dos Goytacazes: “Ao bloco territorial de Campos dos Goytacazes corresponde à maioria dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense. O processo de ocupação dessa área está ligado à difusão da cana e do engenho de açúcar.” (ANDRADE, 2019, p. 25).

Segundo Andrade (2019), três momentos emancipatórios podem ser identificados no processo de divisão territorial do Bloco de Campos dos Goytacazes. A análise dos microdados do Perfil Municipal (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019) dos municípios do Noroeste Fluminense permite a identificação exata destes três momentos: o primeiro no século XIX, com a emancipação dos municípios de Santo Antônio de Pádua (1883), Cambuci (1893), Itaperuna (1889) e Itaocara (1890); o segundo nas décadas de 1930, 1940 e 1960, com a emancipação de Miracema (1936), Bom Jesus do Itabapoana (1939), Natividade (1947), Porciúncula (1947) e Laje do Muriaé (1963); e por fim o terceiro na década de 1980 e 1990, com a emancipação de Varre-Sai (1993), Aperibé (1993) e São José de Ubá (1997).

Historicamente, conforme Marinho (2017, p. 80), “(...) a Região Noroeste Fluminense é uma unidade de relações socioespaciais, inclusive, temporais”. Nesse sentido, Marinho (2017) aponta três eixos de análise sobre a formação socioeconômica

da região: o primeiro eixo, com base em Malheiros (2008 apud MARINHO, 2017), constituindo-se ao longo do século XVIII enquanto frente de expansão colonial advindas da baixada campista e da Zona da Mata Mineira sobre os territórios de ocupação indígenas Puri, Coroadó e Coropó, bem como de frentes de missionários religiosos e de forças militares com o intuito de combater o garimpo ilegal, o tráfico aurífero e assegurar, deste modo, o controle das terras ocupadas pelos indígenas. Neste período, verificam-se constantes intercâmbios sociais entre a população localizada no território que viria a se tornar o Noroeste Fluminense e as populações de Minas Gerais e Espírito Santo (MARINHO, 2017).

Nesse sentido, Pereira Júnior (2015, p. 21) afirma que, no contexto da colonização do Noroeste Fluminense, desenvolvem-se

Fortes relações indenitárias com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atribuída à proximidade geográfica com estes estados, ao mesmo tempo pela distância geográfica da capital do Rio de Janeiro e às relações interfamiliares construídas ao longo da sua história e dos municípios limítrofes. (...) A vinculação com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo ainda é clara, e se contrapõe à pouca identificação com o estado do Rio de Janeiro, moldando até mesmo a expansão urbana, (...) Com vetores de crescimento direcionados para Minas Gerais e Espírito Santo e contrários em relação ao Rio de Janeiro. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 21).

Assim, dados processos histórico-políticos particulares, ocorre no Estado a “inexistência de coesão e de laços de solidariedade territorial” (DAVIDOVICH, 2001, p. 02 apud PIRACICABA; LEMOS, 2017, p. 152), de modo que a relação entre a capital e o interior expressa a existência de “(...) duas vidas, se não autônomas, pelo menos paralelas e relativamente independentes” (GALVÃO, 2009, p. 89 apud PIRACICABA; LEMOS, 2017, p. 152).

De modo mais claro, a proximidade geográfica e social entre o Noroeste Fluminense com seu entorno próximo apresenta-se de modo mais exemplar na conurbação dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana com o capixaba Bom Jesus do Norte (ES), localizado à margem Norte do Rio Itabapoana, sendo este o limite geográfico entre os dois Estados. Em seu trabalho, Silveira (2019, p. 75) considera sobre o processo de formação socioespacial entre os dois municípios:

Esse processo contribuiu para que houvesse a conurbação com a cidade vizinha de Bom Jesus do Norte-ES, pois, mesmo tendo rio Itabapoana como limite natural entre os estados, as cidades estão intimamente ligadas, como aponta Seuffitelli (2014): As duas cidades têm seu histórico de urbanização pautada em uma relação de vizinhança íntima, tanto na organização como no convívio. Como BJI possui “serviços” mais abrangentes, basicamente a economia de BJI está atrelada a cidade adjacente. (...) A população residente em BJI - em sua maioria - nasceu no hospital de BJI, sendo considerados assim, fluminenses e não capixabas. (SILVEIRA, 2019, p. 75).

No segundo eixo de análise da formação socioeconômica da região, Marinho (2017) aponta o desenvolvimento da lavoura cafeeira como fator responsável pela dinamização econômica do Noroeste Fluminense nos séculos XIX e início do XX. Segundo Marinho (2017), tal atividade entra em declínio no século XX em função do esgotamento do solo, do crescimento da cafeicultura no Estado de São Paulo e da crise internacional de 1929. Outra atividade economicamente importante nesse período para o Noroeste Fluminense é a pecuária, tendo a região, conforme Marinho (2017), se consolidado ao longo da década de 1970 como a maior bacia leiteira do Estado.

Segundo Siqueira (2015), no século XX, por certo tempo, Itaperuna chegou a figurar como o maior produtor nacional de café, embora a qualidade de seus grãos fosse inferior à obtida no Estado de São Paulo, destinando, assim, os grãos paulistas à exportação e os fluminenses ao mercado interno.

No terceiro eixo de análise da formação socioeconômica da região, Marinho (2017) aponta o fortalecimento da agricultura, sobretudo da agricultura familiar, e da fruticultura como um meio adotado por sucessivos governos como estratégia de superação da pobreza e das desigualdades regionais. O desenvolvimento de tais arranjos socioeconômico-produtivos e dos auxílios governamentais de financiamento não se deu-se, segundo Heliodora (2009 apud MARINHO, 2017) e de Kato (2006 apud MARINHO, 2017), da organização espontânea dos produtores locais, mas em face da articulação de agentes políticos regionais e da elite patronal local. Desse modo, observa-se que “(...) a agricultura familiar continua a ser um referencial de negociação de verbas para o setor, entre os protagonistas políticos do Noroeste Fluminense e do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Governo Federal” (MARINHO, 2017, p. 89-90).

Além disso, cabe dizer que, segundo Baptista (2019), a participação do Noroeste Fluminense no PIB estadual é de apenas 1%. Conforme o SEBRAE/RJ (2016), o

Noroeste Fluminense apresenta a menor densidade demográfica do Rio de Janeiro, aproximadamente de 60 hab./km²; e Maia e Lemos (2019) apontam para o esvaziamento demográfico regional em virtude dos graves problemas socioeconômico: “O Noroeste exibe os piores indicadores socioeconômicos, com menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita, maior percentual de pobres e menor renda domiciliar per capita” (SEBRAE/RJ, 2016, p. 8). Segundo Macedo e Porto (2018), tanto a microrregião de Itaperuna quanto a de Santo Antônio de Pádua, são classificadas como regiões de estagnação econômica. Segundo Souza, Pohlmann e Guimarães (2020, p. 10),

O ritmo de crescimento da região Noroeste é bem baixo: encontra-se em torno de 0,6% ao ano, tendo apresentando seu maior crescimento – de 1,1% ano – no período 1980-1991, dentre os aqui considerados. Os municípios que mais crescem são Aperibé (1,6% ao ano) e Varre-Sai (1,7%), ambos com população entre 11 e 12 mil habitantes (cidades rurais). Itaperuna, o maior município da região apresenta taxa de crescimento em torno de 0,8% ao ano, havendo municípios com taxas próximas a zero e mesmo negativas de crescimento.

Piracicaba e Lemos (2017), ao compararem diferentes dados socioeconômicos do Noroeste Fluminense, afirmam ser a referida mesorregião fluminense “uma região-problema” (PIRACICABA; LEMOS, 2017, p. 154), com base nas seguintes constatações: apresenta as menores taxas de densidade demográfica, de crescimento populacional de urbanização do Estado; estagnação populacional, crescimento lento e perda de população; problemas econômicos estruturais, baixo dinamismo, inabsorção da força de trabalho; esvaziamento econômico, menor participação no PIB do Estado; crise ambiental com reflexos na produção agrícola, vulnerabilidade ambiental, desmatamento, pressão antrópica, crise hídrica, erosão e assoreamento; dependência da administração pública para a geração de empregos formais (funcionalismo público); municípios com os menores IDHM do Estado; periferização em termos de políticas regionais; e baixa “(...) capacidade da escala local de promover processos duradouros de transformação socioespacial” (PIRACICABA; LEMOS, 2017, p. 156), o que demandaria ações supraescalares de intervenção.

4.1.1 Indicadores socioeconômicos do Noroeste Fluminense

A fim de que se possa ter parâmetros quantitativos que deem suporte à compreensão das características sociais e regionais do Noroeste Fluminense, foram coletados indicadores dos municípios em pauta nas seguintes bases de dados: IBGE, Painel Municipal da Fundação CEPERJ, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (RAIS/CAGED).

Sobre os dados do IBGE, convém ressaltar que as informações coletadas no IBGE são resultado do último Censo Demográfico Nacional realizado em 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), ambas retiradas do IBGE Cidades (IBGE, 2022) e do SIDRA IBGE (IBGE, 2022). Um problema atual dos indicadores coletados nesta base de dados é a defasagem do último censo. Nova pesquisa de abrangência nacional era prevista para 2020, porém, teve de ser adiada em decorrência da Pandemia de Covid-19.

Outra base de dados utilizada foi o Painel Municipal da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação CEPERJ), departamento governamental responsável, dentre outras atribuições, por compilar e produzir informações relativas às dinâmicas sócio-econômico-territoriais próprias do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios. Para isso, utiliza-se, além de indicadores próprios, de outros microdados provenientes, por exemplo, do próprio Censo Demográfico, PNAD Contínua, DATASUS, Censo Escolar, TSE, dentre outros. Nesse sentido, algumas informações disponíveis pela Fundação CEPERJ carecem da atualização de um novo censo.

Quanto ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios do país com base nos indicadores da Saúde, Educação e Emprego & Renda. Estes mesmos indicadores são os utilizados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme as diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Todavia, tanto o IDH quanto o IDHM utilizam, para tanto, os dados censitários, enquanto que o IFDM utiliza-se de fluxos

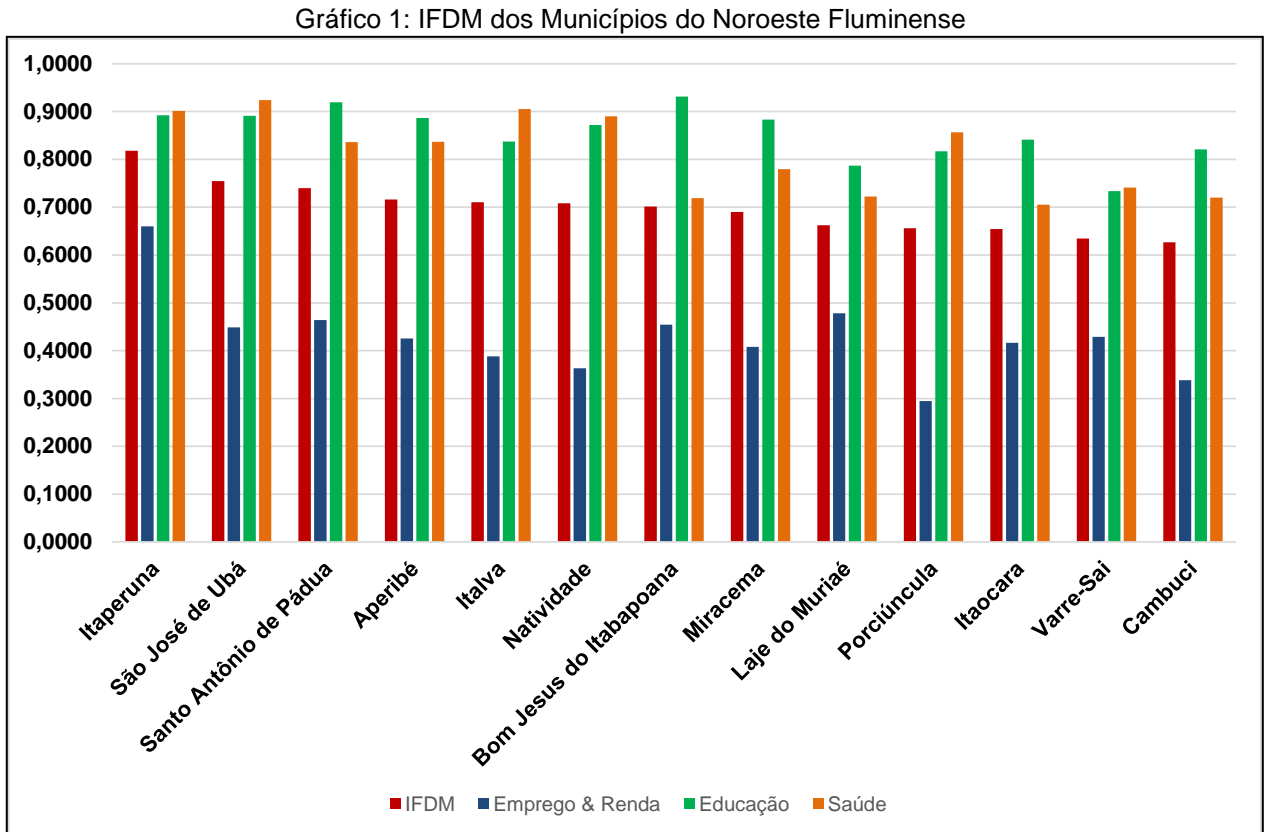
contínuos dos microdados administrativos oficiais municipais a partir do Ministério da Saúde, da Educação e do Trabalho. Desse modo, dadas as dificuldades de execução de um novo Censo, o IFDM mostra-se mais atualizado e dinâmico que o IDH e o IDHM.

A quarta base de dados utilizada foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que coleta informações relativas ao trabalho formal no país diretamente das empresas e órgãos empregatícios, permitindo a elaboração de estatísticas e séries históricas da ocupação, setores, distribuição, qualificação, espacialização, dentre outras variantes envolvidas no mercado de trabalho nacional. Os dados coletados não pretendem esgotar as possibilidades de coleta, investigação, cruzamento de informações e análise das múltiplas variáveis socioeconômicas do Noroeste Fluminense, mas visa fornecer alguns indicadores sobre a mesorregião de modo a permitir a reflexão sobre algumas áreas de investigação, pesquisa e atuação que podem ser objeto de estudo das Instituições de Ensino Superior presentes na região.

Conforme os microdados do Painel Municipal da Fundação CEPERJ (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019), dentre a população residente no Noroeste Fluminense, há em geral equilíbrio entre o número de homens (51,01%) e mulheres (48,99%), sendo estas superiores em números à população masculina apenas em Laje do Muriaé e Varre-Sai; a população é predominantemente urbana (82,63%) e apenas São José de Ubá apresenta população rural superior à urbana (55,76% rural). Com exceção de Laje do Muriaé e de São José de Ubá, a população autodeclarada branca é maioria em todos os municípios da região (DATAPEDIA, 2022). A religião Católica (74,84%) é a predominante em todos os municípios (24,43% de evangélicos e 0,73% de espíritas) (IBGE, 2022).

Considerando-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal IFDM (2018), excetuando-se Itaperuna, que obteve classificação de “Alto Desenvolvimento”, todos os demais municípios do Noroeste Fluminense apresentaram classificação de “Desenvolvimento Moderado”. Cabe ressaltar o peso dos indicadores Educação e Saúde na composição total da média do IFDM para os municípios em pauta, bem como a classificação “Regular” e “Baixo” para o desenvolvimento no indicador Emprego e Renda. De acordo com a metodologia adotada pelo IFDM, o desenvolvimento é classificado como baixo quando obtém nota de 0 a 0,4; regular, entre 0,4 e 0,6; moderado, de 0,6 a 0,8; e alto, quando obtém nota de 0,8 a 1,0. Conforme o Gráfico 1, todos os municípios do

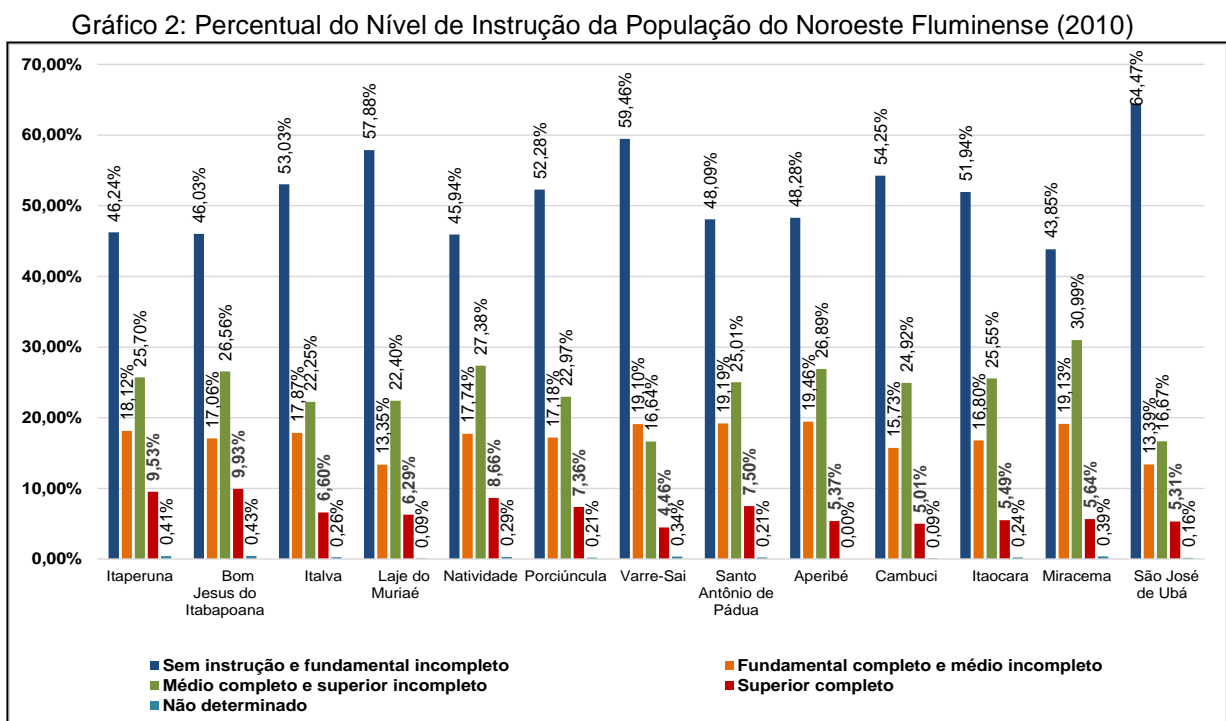
Noroeste Fluminense foram classificados como sendo ou Regular ou Desenvolvido, e Itaperuna obteve o IFDM mais elevado do Estado, enquanto que Cambuci e Varre-Sai estão entre os dez mais baixos. Cabe ressaltar, ainda a importância do indicador Educação e Saúde para na média geral do IFDM dos municípios em pauta, bem como da inserção do indicador Emprego & Renda na composição das médias:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no IFDM (2018).

Em comparação às médias estaduais, foram verificadas para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes dados do IFDM (2018): IFDM médio dos municípios, 0,6859; Emprego e Renda médios dos municípios, 0,4672; Educação média dos municípios, 0,8028; Saúde média dos municípios, 0,8028; IFDM máximo dos municípios, 0,8180; Emprego e Renda máximos dos municípios, 0,7294; Educação máximo dos municípios, 0,9316; Saúde máximo dos municípios, 0,9744; IFDM mínimo dos municípios, 0,5816; Emprego e Renda máximos dos municípios, 0,2947; Educação máximo dos municípios, 0,6093; Saúde máximo dos municípios, 0,6059.

Embora o acesso e a permanência de estudantes na Educação Básica seja um dos importantes fatores contidos na análise do IFDM (bem como no IDH, que se baseia no Censo Demográfico), tais indicadores são resultados de coletas e amostragens do ano de 2016, não significando, portanto, que toda a população residente possua boas médias de escolarização. Desse modo, conforme o observado nos microdados do Painel Municipal da Fundação CEPERJ (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019), apresentados no Gráfico 2, o nível de instrução da população é acentuadamente baixo: população sem instrução ou apenas com o Ensino Fundamental incompleto sempre acima de 40%, com destaque para São José de Ubá, com 64,74%; com Ensino Médio completo ou Superior incompleto, nunca atingindo 28%; com Fundamental Completo e Médio Incompleto, entre 13% e 19% aproximadamente em todos os municípios; e, por fim, com Superior Completo sempre abaixo de 10% em todos os municípios, sendo, aproximadamente, 4% em Varre-Sai, 5% em Miracema, São José, Itaocara, Aperibé, Cambuci, 6% em Laje do Muriaé e Italva, 7% em Porciúncula e Santo Antônio de Pádua, e 9% em Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana.

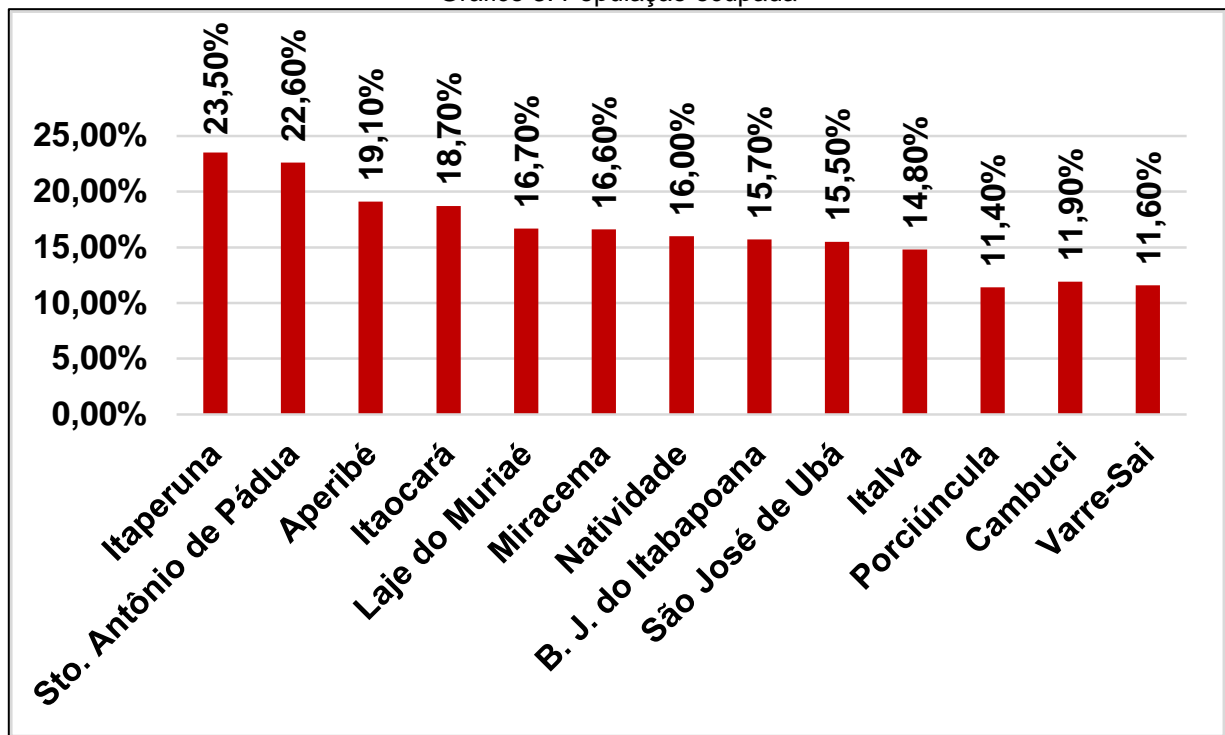


Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site IBGE (2022).

Em comparação às médias estaduais, foram verificadas para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes dados percentuais de escolarização da população (IBGE, 2022): sem instrução e fundamental incompleto, 36,12%; fundamental completo e médio incompleto, 16,49%; médio completo e superior incompleto, 24,44%; superior completo, 9,48%; não determinado, 0,45%.

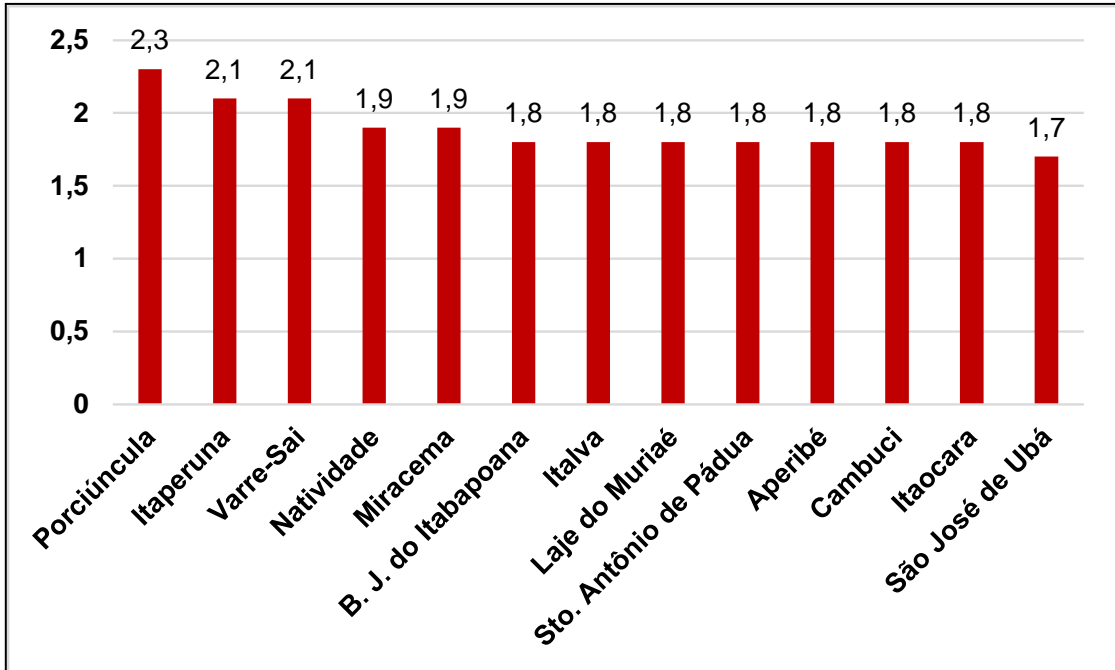
A situação econômica da região mostra-se sensivelmente grave quando constatados os seguintes indicadores sociais: baixa taxa de ocupação formal (Gráfico 3); baixo valor salarial mínimo médio (sempre abaixo de 2,3%) dos municípios (Gráfico 4); elevada porcentagem de pessoas vivendo com até meio salário mínimo (Gráfico 5); e elevada dependência de receitas externas (Gráfico 6) dos municípios da região.

Gráfico 3: População ocupada



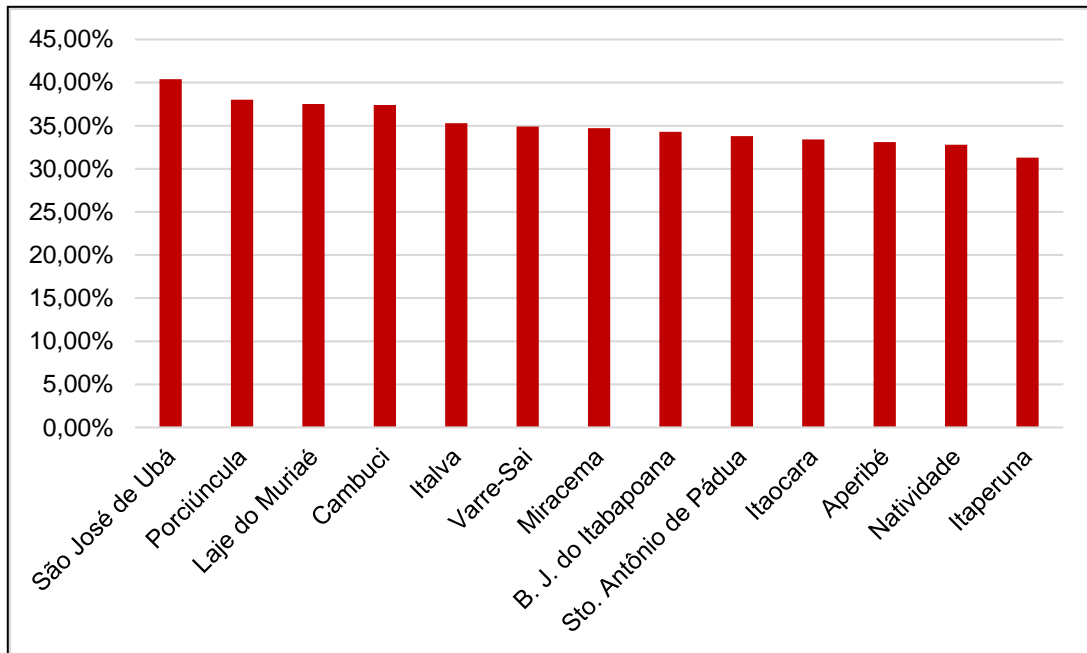
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site IBGE (2022).

Gráfico 4: Salários Mínimos Médio



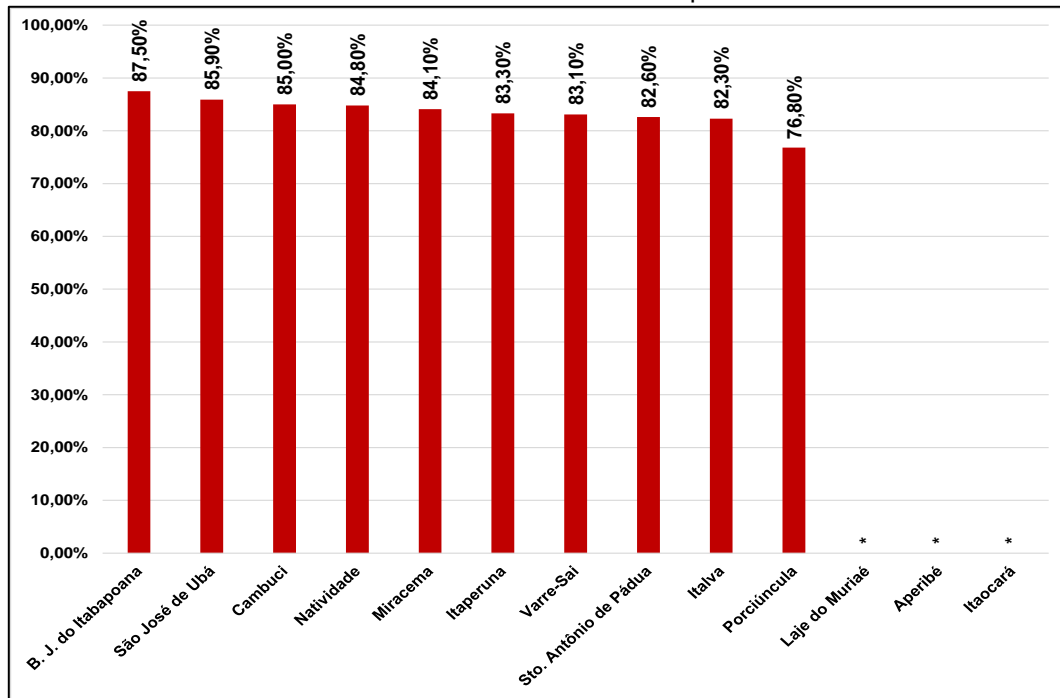
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site IBGE (2022).

Gráfico 5: População com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site IBGE (2022).

Gráfico 6: Percentual de Receitas Externas nos Municípios do Noroeste Fluminense



* Dados Indisponíveis.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site IBGE (2022).

Em comparação às médias estaduais, foram verificados para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes dados econômicos da população (IBGE, 2022): R\$ 1.724,00 reais de rendimento médio; e 67,1 % da população com 16 anos ou mais ocupando trabalho formal, rendimento habitual.

Não foram encontrados dados estaduais exatos sobre o percentual de população vivendo com até meio salários mínimos. Igualmente, não foram encontrados dados exatos sobre o percentual de dependência de repasses externos de todos os municípios estaduais.

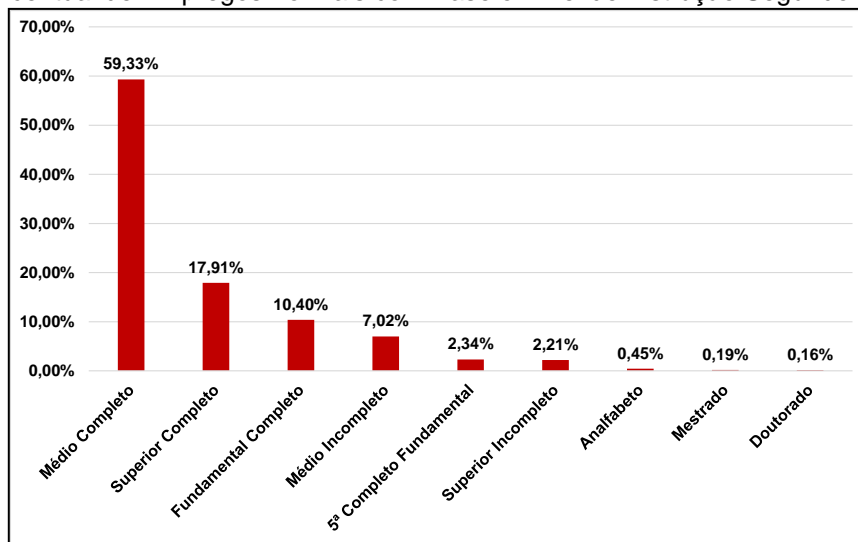
Conforme os dados extraídos no RAIS/CAGED (2022), a distribuição dos empregos formais em 2020 no Noroeste Fluminense concentra-se predominantemente na oferta dos serviços públicos e no comércio varejista: Administração Pública, 24,08%; Comércio Varejista, 21,89%. Outros subsetores também apresentam percentual de ocupação significativo, mas sempre abaixo dos 10%: Médicos e Odontólogos, 6,62%; Alojamento e Alimentação, 6,07%; Adm. Técnica Profissional, 5,44%; Alimentos e Bebidas, 4,84%; Ensino, 4,66%; Transporte e..., 4,33%; Construção Civil, 3,90%;

Agricultura, 3,49%; Indústria Têxtil, 3,34%; Papel e Gráfica, 2,18%; Comércio Atacadista, 2,18%; Instituição Financeira, 1,34%; Prod. Mineral Não-Metálicos, 1,28%; Indústria Metalúrgica, 1,26%. Os demais subsetores (Indústria Química, Extrativa Mineral, Material de Transporte, Madeira e Mobiliário, Serviço de Utilidade Pública, Indústria Mecânica, Borracha, Fumo, Couros, Elétrico e Comunic., e Indústria Calçados) apresentam percentual de empregos formais sempre abaixo de 1%, sendo.

Considerando os baixos rendimentos mensais médios da população e a dependência de receitas externas, é possível dizer que mesmo os demais setores sejam dependentes em alguma medida do setor público, ainda que não classificados como “Administração Pública”, tais como “Ensino”, “Médicos e Odontológico”, “Serviços de Utilidade Pública”, que dependem, em grande parte do repasse de verbas para o atendimento da população. Mesmo o comércio varejista e a Agricultura, por exemplo, podem depender em alguma medida dos rendimentos provenientes da burocracia pública, seja por meio do poder de compra dos servidores, seja por meio de programas de compra de insumos da merenda escolar advindos de programas governamentais de incentivo à agricultura familiar (Lei Nº 11.947/2009), por exemplo.

Ainda com relação à geração de empregos formais, observa-se a qualificação exigida em sua maioria, conforme demonstrado no Gráfico 7:

Gráfico 7: Percentual de Empregos Formais com Base o Nível de Instrução Segundo Base no RAIS

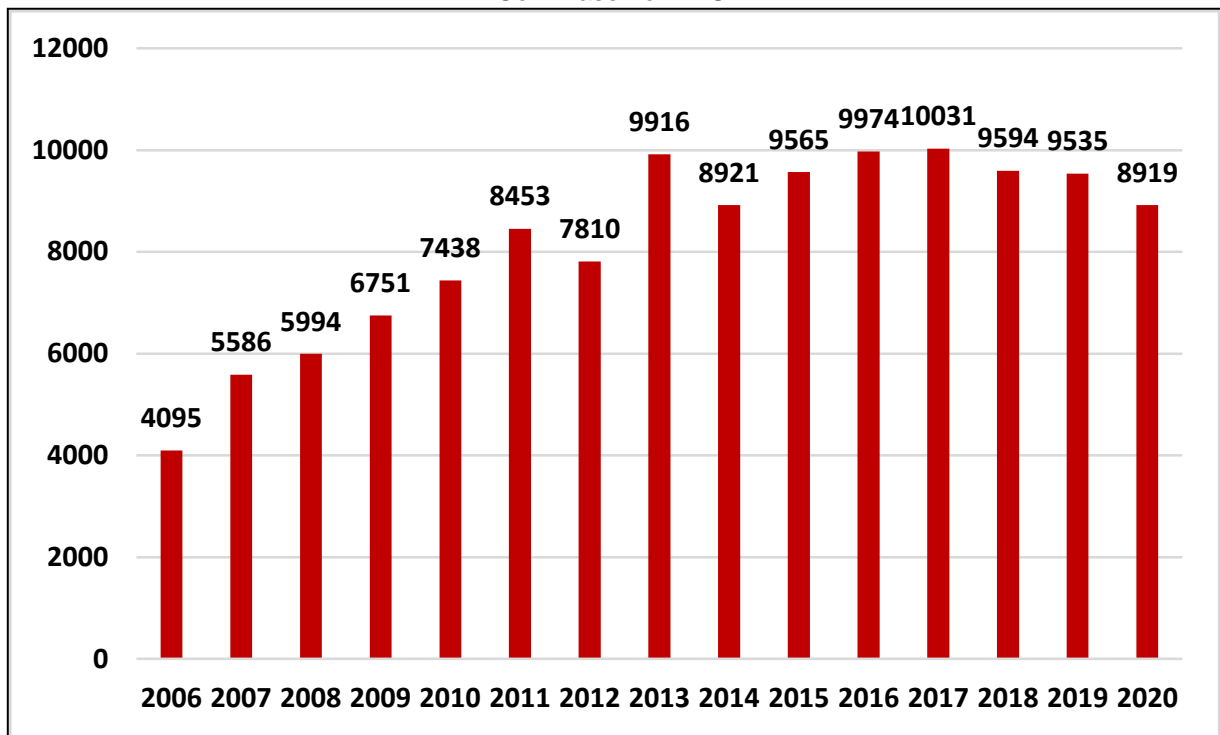


Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no RAIS/CAGED (2020).

Em comparação às médias estaduais, foram verificados para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes dados referentes ao percentual de empregos formais por nível de instrução (RAIS/CAGED, 2020): analfabeto, 0,29%; 5ª Completo Fundamental, 2,16%; Fundamental Completo, 9,55%; Médio Incompleto, 5,99%; Médio Completo, 53,25%; Superior Incompleto, 4,71%; Superior Completo, 24,56%, Mestrado, 1,23%; Doutorado, 0,42%.

Ainda assim, pode-se observar no Noroeste Fluminense o crescimento da geração de empregos formais cuja qualificação mínima exigida é a Graduação, conforme demonstrado abaixo no Gráfico 8 (Série Histórica de Empregos Formais de Nível Superior Com Base no RAIS).

Gráfico 8: Série Histórica de Empregos Formais de Nível Superior Com Base no RAIS



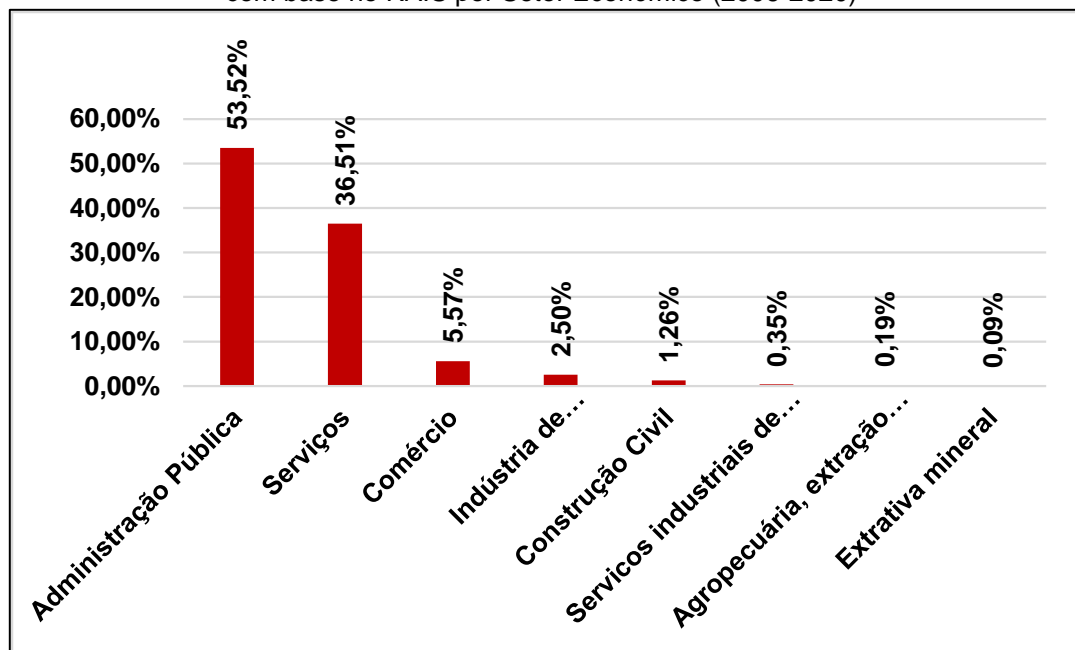
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no RAIS/CAGED (2020).

Em comparação às médias estaduais, foram verificados para o Estado do Rio de Janeiro a seguinte série histórica de empregos formais de nível superior (RAIS/CAGED, 2020): 2006, 4,19%; 2007, 4,41%; 2008, 5,03%; 2009, 5,39%; 2010, 6,00%; 2011, 6,46%;

2012, 7,26%; 2013, 7,80%; 2014, 8,15%; 2015, 7,87%; 2016, 7,77%; 2017, 7,45%; 2018, 7,63%; 2019, 7,41%; 2020, 7,18%.

Tal crescimento nos cargos se deve, sobretudo, à abertura de vagas na administração pública, no ensino, no alojamento e comunicação e nos serviços médicos, odontológicos e veterinários (RAIS/CAGED, 2022). Conforme o Gráfico 9 (Série Histórica de Empregos Formais de Nível Superior Com Base no RAIS por Setor), observa-se soma total de empregos em nível superior no Noroeste Fluminense, considerando o acumulado no histórico 2006-2020, confirma-se a dependência da região para com a geração de empregos formais oriundos da administração pública:

Gráfico 9: Série Histórica de Empregos Formais de Nível Superior com base no RAIS por Setor Econômico (2006-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no RAIS/CAGED (2020).

Todos os subsetores mencionados acima, no Gráfico 9, não obtiveram percentual de participação na geração bruta de empregos ao longo da série histórica analisada inferior a 1%.

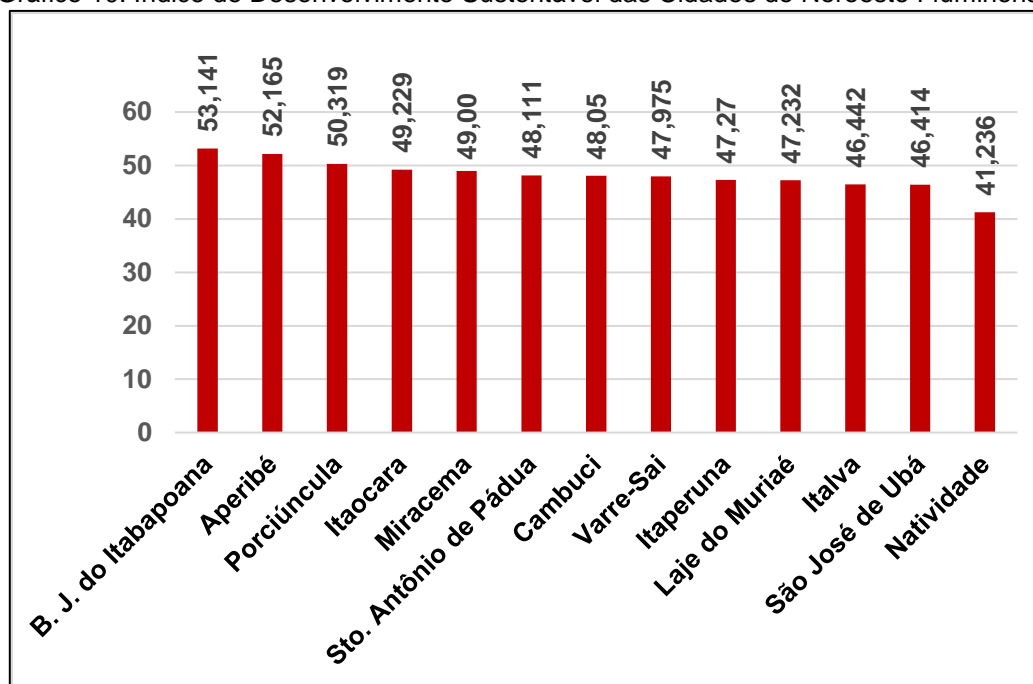
Em comparação, foram verificados para o Estado do Rio de Janeiro a seguinte série histórica (2006-2020) de empregos formais de nível superior (RAIS/CAGED, 2020): Serviços, 48,21%; Administração Pública, 36,33%; Comércio, 5,68%; extrativa mineral,

1,68%; Serviços industriais de utilidade pública, 1,16%; Construção Civil, 1,13%; Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, 0,06% (RAIS/CAGED, 2022).

Outras análises poderiam ser realizadas com vistas a se compreender a realidade socioeconômica do Noroeste Fluminense. Todavia, o atraso na execução de um novo censo mostra-se limitante quanto à exatidão das informações obtidas, em virtude da obsolescência de muitos dos dados. De modo geral, pode-se dizer, com base nos dados levantados, que o Noroeste Fluminense se apresenta como uma região com problemas econômicos graves, sobretudo na geração de empregos e na elevação do poder de compra das famílias. Nesse sentido, a empregabilidade requer políticas de desenvolvimento urgentes em virtude da gravidade social e econômica decorrente de tal cenário.

A educação básica, utilizada na composição dos indicadores de desenvolvimento, bem como a saúde, apresentam números elevados demonstrando, assim, a existência de uma rede de acesso e assistência minimamente satisfatórios a estes serviços. Tais indicadores podem ser, indiretamente, correlacionados às informações contidas no Gráfico 6 (Percentual de Receitas Externas nos Municípios do Noroeste Fluminense), visto que as verbas da Educação e da Saúde são oriundas, em sua maioria, de repassar do Governo Federal e/ou Estadual. Logo, os indicadores positivos referentes à educação e à saúde estariam diretamente relacionados às escalas estadual e nacional, e não às escalas local e mesorregional.

Gráfico 10: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Noroeste Fluminense



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no IDSC (2022).

A título de comparação: as dez cidades mais sustentáveis do estado do RJ: Niterói, 60,47; Petrópolis, 58,77; Resende, 58,19; Rio de Janeiro, 56,42; Nova Friburgo, 55,87; Quissamã, 55,26; Armação dos Búzios, 54,91; Porto Real, 54,73; Saquarema, 53,82; Silva Jardim, 53,38. A título de comparação: as dez cidades menos sustentáveis do estado do RJ: Queimados, 44,85; Guapimirim, 44,69; Itaboraí, 44,30; Japeri, 44,28; Tanguá, 44,25; Cachoeiras de Macacu, 43,62; Conceição de Macabu, 43,04; São João de Meriti, 42,96; Magé, 41,45; São Francisco de Itabapoana, 39,52 (IDSC, 2022).

4.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO NOROESTE FLUMINENSE

Três municípios do Noroeste Fluminense possuem Instituições de Ensino Superior presenciais: Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana.

Em Itaperuna, encontram-se presentes o *campus V* da Universidade Iguaçu (Unig), o Centro Universitário Redentor (UniRedentor), o Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), o Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e o Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Destas, as três primeiras caracterizam-se por instituições privadas e as três últimas, instituições públicas.

Unig, UniRedentor e UNIFSJ configuram-se enquanto instituições privadas localizadas em Itaperuna inseridas com destaque no contexto educativo/formativo social do Noroeste Fluminense, em virtude da centralidade de Itaperuna na dinâmica interna da região. As outras três Instituições de Ensino Superior presentes no município, a saber, o ISEMI, a FAETERJ e o IFFluminense, configuram-se enquanto instituições públicas, cada qual com determinadas especificidades, conforme se verá adiante.

Em Bom Jesus do Itabapoana, além dos cursos superiores presenciais oferecidos nos campi existentes da FAETEC e do IFFluminense na cidade, a Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) também exerce papel relevante na formação em nível superior.

Em Santo Antônio de Pádua, além, igualmente, da presença de um campus da FAETEC e do IFFluminense, há a existência de outras duas IES com oferta de cursos superiores: o Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES (vinculado à UFF) e a Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP).

4.2.1 Universidade Iguaçu Campus V (UNIG – Itaperuna)

A Universidade Iguaçu, segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica classificada como Universidade, de natureza privada e sem fins lucrativos, não confessional, não comunitária, credenciada para a oferta de cursos presenciais e à distância, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é a Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu. Foi criada na cidade de Nova Iguaçu na década de 1970 e expandiu-se para outros municípios, tais como em Itaperuna na década de 1990, como parte de acordos entre a Instituição e as Prefeituras (UNIG, 2022a, on-line): “(...) com oferta de Cursos de Graduação trouxe para o âmbito estadual a força geradora de progressos na comunidade, antes restrita ao Município de Nova Iguaçu”. Segundo a própria Instituição, disponíveis em seu site:

Ao longo de toda a sua existência, além de promover mudanças significativas na região circunvizinha, a UNIG vem transformando a si própria, num processo contínuo de aprimoramento administrativo, pedagógico e tecnológico. (...) Como se observa, provocar o desenvolvimento no Estado, observando demandas em sua área de competência, inovando em função dos progressos decorrente deste, é o foco das suas ações. Por isso, desde a criação da UNIG, no decorrer de todos esses anos, os diversos cursos oferecidos pela IES têm recebido demanda dos municípios do entorno, além de alunos de outras Unidades da Federação Brasileira, demonstrando o compromisso com a sociedade em que está inserida. Assim, ao longo de toda sua existência, além de promover mudanças significativas na região da Baixada e do Noroeste Fluminense, a UNIG vem transformando a si própria, num processo contínuo de aprimoramento administrativo, pedagógico e tecnológico. (...) Como instituição de ensino superior, valendo-se dos recursos e meios de que dispõe, a Universidade Iguaçu está compromissada com a formação de profissionais e a geração de progresso científico e tecnológico, servindo diretamente a comunidade. (UNIG, 2022a, online).

Assim, a Universidade procura demonstrar em seu perfil institucional preocupação com a sociedade e o desenvolvimento local e regional de onde está inserida.

Conforme pode-se averiguar em consulta ao website da Instituição, a UNIG oferece 11 cursos de graduação, sendo 10 Bacharelados (Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia) e 1 Licenciatura (Educação Física), conforme informações mais detalhadas no Apêndice 1.

Embora possua graduação na área das Ciências Sociais aplicadas, observa-se uma concentração de cursos na área da Saúde. Tal perfil institucional se confirma quando observados os cursos de pós-graduação Lato Sensu oferecidos: dos 16 disponíveis, 14 são da área da saúde (Apêndice 2).

Além dos cursos de graduação e pós-graduação (Apêndices 1 e 2), a UNIG possui uma Coordenação de Pesquisa (COPE – UNIG) e um Núcleo de Estudo em Saúde Coletiva (NESC), vinculado à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (UNIG, 2022b). Segundo a própria instituição, a COPE

A Coordenação de Pesquisa da UNIG (COPE – UNIG) foi criada em fevereiro de 2015, é uma unidade acadêmico administrativa que tem como desafio expandir-se, crescendo em qualidade, adaptar-se às características da sociedade na qual a UNIG está inserida. A COPE – UNIG tem o compromisso de promover a formação e interação de grupos e redes de pesquisa, inclusive com instituições nacionais e internacionais, através de editais de fomento e apoio aos professores e alunos de graduação e pós-graduação. A política de inovação da universidade

é baseada na promoção da interação e aprendizado entre entes das esferas institucionais acadêmica, empresarial e governamental. Concedemos bolsas e auxílios para atividades de pesquisa através do programa de iniciação científica, estímulo à criação de empreendimentos inovadores, o estímulo à política institucional de propriedade intelectual e publicações de produções científicas da UNIG. (UNIG, 2022b, on-line).

Sobre o Núcleo de Estudo em Saúde Coletiva (NESC), a instituição diz que:

O NESC foi criado em junho de 1997 e tem como finalidades produzir e difundir conhecimentos científicos sobre as questões da saúde; promover a Extensão Universitária, a Formação/Educação Continuada e Permanente em Saúde Coletiva; acompanhar o desenvolvimento das ações e políticas de saúde no Brasil e no Estado do rio de Janeiro, com ênfase nas regiões onde a Universidade Iguazu estiver presente. O NESC/UNIG é composto por docentes das disciplinas de saúde coletiva, saúde pública, epidemiologia, metodologia da pesquisa, bioestatística, informática, saúde ambiental e saúde do trabalhador dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como de discentes interessados nessas áreas temáticas e a participação dos diversos serviços de saúde utilizadas como campos de prática e de estágio e a comunidade assistidas por esses serviços. (UNIG, 2022c, on-line).

Além disso, a UNIG possui Projetos de Iniciação Científica (PIC) em andamento (Apêndice 3), cujos objetivos são, segundo a instituição (UNIG, 2022d, on-line), estimular nos estudantes a necessidade da pesquisa, desenvolver a mentalidade científica, tratar de temas relativos à qualidade de vida da população, ser úteis à melhoria de serviços privados e públicos. Tais projetos PIC estão distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento: 21 projetos em Medicina, 3 projetos em Medicina Veterinária, 01 projeto em Odontologia, 02 projetos em Farmácia e 03 em Direito (Apêndice 3).

Como forma de divulgação de sua produção científica, a UNIG Campus V de Itaperuna possui 07 periódicos abertos ao recebimento de artigos científicos, distribuídos em diversas áreas do conhecimento (Apêndice 4).

Sobre a atuação da extensão universitária na UNIG, foram encontrados no site os seguintes projetos: Grupo de Apoio Psicopedagógico (GAPP), que visa, como objetivo principal, “oferecer suportes físico, afetivo-emocional e social ao graduando, no sentido de minimizar possíveis barreiras na assimilação ativa dos saberes próprios a sua formação acadêmica” (UNIG, 2022e, on-line); e o Programa de Monitoria “criado para formar e capacitar grupos de alunos para colaborar com o corpo docente junto aos

discentes” e o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, voltado aos graduandos da Medicina.

4.2.2 Centro Universitário Redentor (UniRedentor – Itaperuna)

Já o Centro Universitário Redentor (UniRedentor), segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Centro Universitário, de natureza privada com fins lucrativos, não confessional, não comunitária, credenciada para a oferta de cursos presenciais e à distância, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é a Sociedade Universitária Redentor S.A. Foi criada em 1999 “a fim de que suas conquistas pudessem somar às conquistas da localidade e região, oferecendo, sempre, cursos diferenciados com padrão de excelência.” (UNIREDENTOR, 2022a, on-line).

Em 2019, a UniRedentor foi incorporada ao grupo Afya:

Em 2019, a UniRedentor foi integrada à Afya, maior grupo de faculdades de Medicina do Brasil em número de vagas autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC). A empresa, que nasceu neste mesmo ano da incorporação de outras marcas do segmento de educação médica, teve, como sua segunda aquisição, a UniRedentor/Afya, numa movimentação financeira de R\$ 225 milhões. (UNIREDENTOR, 2022a, on-line).

Assim, a UniRedentor tem, atualmente, se firmado institucionalmente enquanto uma IES voltada para a formação médica.

Conforme pode-se averiguar em consulta ao website da Instituição, a UniRedentor oferece 11 cursos de graduação, todos Bacharelados: Arquitetura e Urbanismo, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Psicologia (Apêndice 5). Destes, 6 estão vinculados à área da Saúde, apontando, assim como na Unig, um perfil institucional para tal área. Além disso, a aquisição recente da instituição pelo grupo Afya, conforme relatado anteriormente, reforça tal perspectiva.

Também em seus cursos de pós-graduação Lato Sensu a UniRedentor enfatiza seu perfil voltado à área da saúde: dos 04 cursos disponíveis, apenas um está vinculado à área da engenharia e ou outros 03 à saúde e bem-estar (Apêndice 6).

Além dos cursos de graduação e pós-graduação listados acima, a UniRedentor incentiva Programas de Iniciação Científica conforme pesquisas “estabelecidas pelos colegiados de cursos, bem como pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pela Comissão de Pesquisa e Iniciação Científica com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização” (UNIREDENTOR, 2022b, on-line).

Conforme a pesquisa realizada no site da instituição (UNIREDENTOR, 2022b, on-line), obteve-se as seguintes linhas de pesquisa por área de conhecimento (Apêndice 7): Biomédicas, 25 linhas; Biomecânica, 13 linhas; Exatas, 23 linhas; e Humanas, 14 linhas.

Embora tais linhas existam, e mesmo constando no site da instituição três editais abertos no ano de 2022, com vistas a à Pesquisa e Extensão, vinculados às linhas de pesquisa existentes (UNIREDENTOR, 2022c, on-line), não foram encontrados no site da instituição projetos passados e/ou em andamento de pesquisas já realizadas.

Como forma de divulgação de sua produção científica, a UniRedentor de Itaperuna, em parceria com o grupo Afya, possui 01 periódico Interdisciplinar abertos (Apêndice 8) ao recebimento de artigos científicos, que, dentre outros, preocupa-se em “socializar a produção de estudos e pesquisas científicas, de caráter teórico ou empírico, em todas as áreas da educação superior” (UNIREDENTOR, 2022d, on-line). Conforme a listagem abaixo:

Sobre a atuação da extensão universitária na UniRedentor, foram encontrados no site da instituição os seguintes projetos: Núcleo De Prática Jurídica (NPJ); Núcleo de Empregabilidade; Inovação e Empreendedorismo; Internacionalização e Mobilidade Estudantil. Segundo a própria Instituição, o NPJ

É o espaço onde os alunos vivenciam a prática jurídica em suas mais variadas formas, incluindo-se a prática jurídica simulada e a prática real. Na prática simulada, o aluno tem a oportunidade de estudar casos concretos e apresentar uma solução, elaborar peças processuais sobre os mais variados temas, reforçando-se o conteúdo teórico das disciplinas do curso, por meio de uma aplicação prática simulada. Os atendimentos reais, na área jurídica, são destinados à população hipossuficiente (...) o aluno presta assistência jurídica à população carente, atuando desde o primeiro atendimento até às fases recursais,

comparecendo às audiências, participando de todo o processo judicial, aprendendo na prática como materializar todo o conhecimento sobre direito material e processual adquirido no decorrer do curso de Direito. (UNIREDEDENTOR, 2022e, on-line).

Sobre o Núcleo de Empregabilidade,

Atua no desenvolvimento de carreira, auxiliando alunos e ex-alunos a reconhecer e potencializar habilidades profissionais, por meio de atendimentos e serviços personalizados. (...) Oferece assessoria de carreira, currículo, entrevista, oficinas, mentorias, desenvolvimento comportamental e feiras de empregabilidade. (UNIREDEDENTOR, 2022e, on-line).

Já a extensão em Inovação e Empreendedorismo, a partir da iniciativa do Grupo Afya,

Constitui-se a partir da atividade social e institucional da construção de relacionamentos entre os seus atores. As empresas e os atores empresariais são os principais elementos das redes de inovação. A rede é considerada um conjunto de recursos e conhecimentos que são ativados por meio das atividades de inovação, por empresas que visam à criação de valor. (UNIREDEDENTOR, 2022f, on-line).

Por fim, as atividades de extensão em Internacionalização e Mobilidade Estudantil da UniRedentor/Afya

Têm como objetivo principal transpor as barreiras geográficas e proporcionar aos universitários o aprimoramento da formação humana e acadêmica, por meio de experiências em instituições estrangeiras, de forma remota “at home” ou com mobilidade “abroad”. (...) A atual “Política de Internacionalização” da AFYA direciona ações, parcerias e acordos internacionais para fortalecer as experiências acadêmicas e de desenvolvimento humano dos acadêmicos, professores e colaboradores da Instituição e é de responsabilidade do Núcleo de Internacionalização da Instituição. (UNIREDEDENTOR, 2022g, on-line)

4.2.3 Centro Universitário São José (UNIFSJ – Itaperuna)

O Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Centro Universitário, de natureza privada sem fins lucrativos, não confessional, não comunitária, credenciada para a oferta de cursos

presencias, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é a Fundação Educacional E Cultural São José. Sua criação deu-se a partir do esforço de seu fundador, padre Humberto Lindelauf, que “(...) preocupado com a situação da educação no município, sobretudo no que dizia respeito à mão de obra especializada” (UNIFSJ, 2022a, on-line), visava “(...) instalar e manter estabelecimentos de ensino de todos os níveis admitidos pela atuação na área da educação promovendo assistência educacional inclusive gratuitamente” (UNIFSJ, 2022a, on-line). Em 1967, foi criada a Faculdade de Filosofia de Itaperuna, atual Centro Universitário São José de Itaperuna.

É parte de sua missão institucional

Ser um Centro Universitário cuja excelência do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural e da formação profissional contribua para a promoção de ações sociais que promovam a melhoria dos padrões de vida em sociedade, de modo a garantir a aplicação dos valores democráticos e de cidadania como práxis universitárias. Ser um Centro Universitário cuja produção de conhecimento acompanhe criticamente as transformações da sociedade e que auxilie na construção de uma sociedade mais justa e solidária, a partir do conhecimento nele produzido, garantindo a existência dos valores democráticos da cidadania como práxis universitária. (UNIFSJ, 2022b, on-line).

Desse modo, o UNIFSJ insere-se há décadas no contexto regional do Noroeste Fluminense enquanto uma IES com forte inclinação humanística, sobretudo, mas não exclusivamente, voltada à formação de professores.

Conforme pesquisa realizada no site da instituição, foram encontrados (Apêndice 9) 12 cursos de graduação ofertados pelo UNIFSJ, sendo: 9 Bacharelados (Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Enfermagem, Farmácia, Teologia e Psicologia) e 05 Licenciaturas (História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Língua Portuguesa e Ciências/Matemática).

A oferta de cursos de Licenciatura corrobora o perfil inicial da Instituição, conforme descrito anteriormente, em constituir-se enquanto agente social voltado às questões educacionais. Dos 16 cursos de pós-graduação Lato Sensu ofertados (Apêndice 10), 06 estão voltados à área da Educação, 06 à área da saúde e bem-estar e 04 à área de Negócios, Administração e Direito.

Já sobre as atividades de pesquisa e extensão realizada pelo UNIFSJ (Apêndice 11), há a existência do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE), do Núcleo de Apoio Psicopedagógico E Educacional (NAPE) e da Clínica Escola São José.

Sobre o CENICE, sua implementação em 2022 visa “(...) atender à tripla função de nossa Instituição de Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão. (...) Desta forma, o saber produzido dentro do Centro Universitário São José de Itaperuna passa a ser levado à comunidade local e regional” (UNIFSJ, 2022c, on-line). Já o NAPE, “(...) se propõe a disponibilizar atendimento psicopedagógico, socioafetivo e cognitivo aos discentes dos diversos cursos oferecidos pelo UNIFSJ” (UNIFSJ, 2017, p. 1).

Sobre a Clínica Escola São José, conforme a Instituição (UNIFSJ, 2022d, on-line)

A Clínica conta com vários serviços prestados à comunidade, como avaliação psicológica, psicoterapia de criança, adulto e adolescente, psicoterapia de grupo, orientação vocacional e profissional. A Clínica Escola São José tem autorização do CRP – Conselho Regional de Psicologia e, desde 2011, está conveniada com o SUS visando ao atendimento aos usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, com excelência, ética e seriedade. O agendamento da sua consulta pode ser feito na própria clínica à Rua Major Porphírio Henriques, 41, Centro, em Itaperuna, em tempos regulares.

Além destas atividades, o UNIFSJ possui 1 grupo de estudos (Apêndice 11), vinculado à psicologia, e 05 grupos de pesquisa cujos trabalhos abordam questões de psicologia, religiosidade, cultura e memória social (Apêndice 11). A produção de conhecimento realizada no UNIFSJ ocorre por meio de sua Revista Transformar, com enfoque em na Interdisciplinaridade e no Ensino (Apêndice 12).

4.2.4 Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI – Itaperuna)

Sobre o Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI), segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Faculdade, de natureza pública e juridicamente erigida enquanto Fundação Municipal, credenciada para a oferta de cursos presenciais, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é a Fundação Universitária de Itaperuna (FUNITA). Foi criada em 1991 e visa, enquanto Instituição de

natureza municipal, inserir-se no contexto formativo local: “A Fundação Universitária de Itaperuna (FUNITA) é uma instituição fundada em dezembro de 1991, pelo Município de Itaperuna (...) Nossa instituição busca o aprimoramento e o aperfeiçoamento da comunidade itaperunense” (ISEMI, 2022, on-line).

O ISEMI, que também se identifica por sua mantenedora, FUNITA, possui apenas dois cursos de graduação (Apêndice 13): Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física. Seus cursos de pós-graduação Lato Sensu (Apêndice 14), são todos voltados para a área da educação: Arte, Movimento e Cultura; Gestão Escolar; e Mediação Escolar com Ênfase em Educação Inclusiva (ISEMI, 2022, on-line).

Não foram encontradas no site do ISEMI/FUNITA atividades de pesquisa científica, publicações de Revistas/Periódicos ou extensão acadêmica.

4.2.5 Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ – Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua)

A Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Faculdade, de natureza pública e juridicamente erigida enquanto Fundação Estadual, credenciada para a oferta de cursos presenciais, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Em Itaperuna, a FAETEC está instalada desde o ano de 2001 (E-MEC, 2022). Sobre a FAETERJ,

Responsável pela implementação da política de Educação Profissional e Tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, deu seus primeiros passos em 10 de junho de 1997. Atualmente, a Rede atende cerca de 50 mil alunos por ano em 122 unidades de ensino, que somam a oferta no Ensino Técnico de Nível Médio, na Formação Inicial e Continuada / Qualificação Profissional e na Educação Superior. Criada pela Lei nº 2.735/97 e alterada pela Lei nº 3.808/02, é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de Direito Público (...) As inovações tecnológicas em consonância com a realidade dos setores produtivos são as marcas da formação oferecida pela Faetec (...) Reafirmando o compromisso do Governo do Estado em ampliar as oportunidades de qualificação à população bem como elevar os

índices de empregabilidade, a Fundação contribui para o desenvolvimento econômico e social dos municípios fluminenses. A aposta em projetos de inclusão social, as parcerias com instituições nacionais e internacionais e um olhar atento ao bem-estar de servidores e funcionários são alguns dos fatores que contribuem para que a Faetec seja uma instituição com ensino de referência que agrega humanização, cidadania e tecnologia. Área de Atuação Com ampla oferta de Educação Profissional e Tecnológica pública e gratuita de qualidade, a Faetec está em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, apostando no potencial econômico dos municípios fluminenses. Ao todo, 59 municípios contam com a presença da Fundação através de oportunidades em diversos segmentos de ensino. Algumas das unidades são: Escolas Técnicas Estaduais (etes), Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Ceteps), Centros Vocacionais Tecnológicos (cvts), Escolas de Artes Técnicas (eats), Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (Faeterjs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação (Iserj e Isepam). O ensino na Rede é desenvolvido com base nos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. (FAETEC, 2022, on-line).

Conforme o exposto, a FAETERJ pode ser compreendida como uma Instituição que, além da dimensão formativa em diversos níveis, deve ser compreendida enquanto uma política pública estadual de promoção do desenvolvimento socioeconômico e de municípios e mesorregiões fluminenses. Além de Itaperuna, também Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua possuem, cada um, um campus da FAETERJ, ambos instalados em 2001 (E-MEC, 2022).

Conforme a pesquisa realizada no site da Instituição e no e-MEC, os cursos ofertados pela FAETERJ em Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua são apenas dois, em ambos os municípios: Normal Superior e Licenciatura em Pedagogia (Apêndice 15). Não foram encontrados, nem no site da FAETERJ, nem no banco de dados do E-MEC, cursos de Pós-Graduação oferecidos pela instituição nos municípios citados.

Não foram encontradas no site FAETEC/FAETERJ atividades de pesquisa científica ou extensão acadêmica. Quanto às publicações científicas, foram encontradas as seguintes Revistas/Periódicos: “Democratizar” e “Edu. Tec.” (Apêndice 16). Convém ressaltar que as publicações listadas acima não são oriundas, exclusivamente, dos campi da FAETEC/FAETERJ em nenhum dos três municípios do Noroeste Fluminense, mas sim de abrangência geral à toda Instituição com publicações advindas de diversos campus.

4.2.6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense – Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua)

Segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem-se enquanto organizações acadêmicas com estruturação própria, de natureza pública e juridicamente erigida enquanto Autarquia Federal, credenciada para a oferta de cursos presenciais e à distância. Com mais de um século de existência, o IFFluminense inaugurou seu campus em Itaperuna no ano de 2009 (IFFLUMINENSE, 2022). Assim,

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem um novo modelo de instituição, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Oferecer educação profissional técnica de nível médio; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; ministrar, em nível de educação superior, cursos de tecnologia, licenciaturas e engenharias, e cursos de pós-graduação são objetivos centrais dos Institutos Federais (IFES) desde sua criação, aliando, através da tríade ensino-pesquisa-extensão, suas atividades, à articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (...) Como fruto do Plano de Expansão da Rede Federal, a partir de sua inauguração, em 23 de março de 2009, o Campus Itaperuna, dialogando com os objetivos institucionais, visa agir na ressignificação da história de luta pela educação profissional e tecnológica pública de qualidade, através do fortalecimento da gestão participativa e democrática, garantindo seu papel ativo no desenvolvimento e na sustentabilidade da região. (...) Para dar suporte às ações institucionais, o campus tem cerca de 70 professores e 50 técnicos-administrativos em Educação. (IFFLUMINENSE, 2021a, p. 3-4).

Assim como a FAETERJ, a expansão do IFFluminense deve também ser compreendido enquanto política pública não só de formação e qualificação profissional em diversos níveis, mas também enquanto política de desenvolvimento local e regional.

Além de Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua também possuem, cada um, um campus do IFFluminense. Todavia, apenas em Itaperuna e em Bom Jesus são oferecidos cursos de graduação em nível superior. Já em Santo Antônio de Pádua, há a oferta de uma pós-graduação Lato Sensu. Em Bom Jesus do Itabapoana, a criação de um campus do IFFluminense ocorreu em 2007, após a incorporação do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (ligado à UFF) ao corpo administrativo e institucional do Instituto Federal Fluminense (IFFLUMINENSE, 2020a):

Atualmente o Campus conta com os cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Agropecuária, Alimentos, Informática, Meio Ambiente e Química, concomitantes em Agropecuária e Meio Ambiente e superiores em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Engenharia da Computação, atendendo a uma comunidade diversa no município de Bom Jesus do Itabapoana e municípios vizinhos e próximos a ele na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro, no sudeste de Minas Gerais e no sul do Espírito Santo. (IFFLUMINENSE, 2020a, on-line).

Assim, o IFFluminense e, em particular, o campus Bom Jesus do Itabapoana, confirmam a proximidade social, histórica e geográfica da região Noroeste Fluminense com os estados vizinhos.

Conforme as pesquisas realizadas, os campi do IFFluminense no Noroeste Fluminense possuem 04 cursos de graduação (Apêndice 17), sendo: 03 Bacharelados [Sistemas de Informação (Itaperuna), Ciência e Tecnologia de Alimentos (Bom Jesus do Itabapoana) e Engenharia de Computação Alimentos (Bom Jesus do Itabapoana)] e 01 curso de Licenciatura [Química (Itaperuna)]. Foram encontrados 02 cursos de pós-graduação Lato Sensu, ambos na área da Educação e Humanidades (Apêndice 18).

As atividades de Pesquisa e Extensão realizadas pelo IFFluminense estão normatizadas, respectivamente, segundo a Resolução N^o 025 de 26 de fevereiro de 2016 e a Deliberação N.º 15 de 21 de outubro de 2014. Assim, sobre a Pesquisa nos campi do IFFluminense

Art. 1^o. A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, compreende as ações que visem ao desenvolvimento cultural, social, científico, tecnológico e à inovação, a partir da geração e ampliação de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos. Art. 2^o. As atividades de pesquisa poderão ser desenvolvidas por servidores e estudantes do Instituto Federal Fluminense – IFFluminense. (IFFLUMINENSE, 2016, on-line).

A Extensão, por sua vez

A Ação Extensionista do IFFluminense alinha-se com as Diretrizes apresentadas no documento “Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede em 2012. São Diretrizes para a Extensão Tecnológica: a) contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino; b) buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações

integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil; c) integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular; d) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos; e) participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões; f) articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão. (IFFLUMINENSE, 2014, p. 3).

Conforme o disposto acima sobre as atividades de pesquisa e extensão realizadas no IFFluminense, fica evidente a preocupação da Instituição com o desenvolvimento tanto econômico, quanto humano e social, em múltiplas escalas territoriais.

Sobre a dimensão da Pesquisa no IFFluminense, foram obtidos os seguintes resultados (Apêndice 19): campus Itaperuna (dados indisponíveis); campus Bom Jesus do Itabapoana, 16 projetos de pesquisa; campus Santo Antônio de Pádua, 15 projetos de pesquisa. Cabe ressaltar que todos os projetos desenvolvidos no campus Bom Jesus do Itabapoana são recentes (2019-2020), enquanto os de Santo Antônio de Pádua datam de 2015 (Apêndice 19).

Sobre a dimensão da Extensão no IFFluminense, foram obtidos os seguintes resultados (Apêndice 20): campus Itaperuna (dados indisponíveis); campus Bom Jesus do Itabapoana, 56 projetos de extensão; campus Santo Antônio de Pádua, 04 projetos de extensão. Cabe ressaltar que, assim como os projetos de pesquisa, praticamente todos os projetos desenvolvidos no campus Bom Jesus do Itabapoana (excetuando-se 01) são recentes (2019-2022), enquanto os de Santo Antônio de Pádua, 03 datam de 2015 e 01 de 2019 (Apêndice 20).

A publicação e divulgação no IFFluminense da produção de conhecimento científicos e culturais, nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, em diversas áreas do saber, ocorre pela Essentia Editora (IFFLUMINENSE, 2022c, on-line). Embora a editora esteja aberta à divulgação de trabalhos nacionais e internacionais, procura-se dar enfoque especial naqueles presentes nas regiões na qual está inserida: as do Norte, noroeste e Baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro” (IFFLUMINENSE, 2022c, on-line). Desse modo, não há editoriais próprios de cada campus do IFFluminense, mas

obras gerais abertas à toda comunidade discente, docente e técnico-administrativo da instituição, bem como aberto a demais pesquisadores.

Foram encontradas 04 Revistas/Periódicos com edições regulares publicados pela Essentia: Vértices, Boletim Do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego (BOAARL), Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense, e Bolsista de Valor (Apêndice 21).

Além destes, a editora também tem publicado diversos livros com conteúdo técnico, científico e cultural, além de Anais de eventos e Congressos realizados pela Instituição, conforme disponibilizado na página da Essentia Editora (IFFLUMINENSE, 2022c, on-line).

4.2.7 Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC – Bom Jesus do Itabapoana)

A presença da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) em Bom Jesus do Itabapoana deu-se no ano de 2010 (E-MEC, 2022). Segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Faculdade, de natureza privada com fins lucrativos, credenciada para a oferta de cursos presenciais e à distância, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora Sociedade Metropolitana de Educação, Cultura E Tecnologia São Carlos S/S LTDA - ME.

São parte de sua missão, objetivos e metas, conforme a própria Instituição

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), como instituição educacional, destina-se a promover a educação superior, a ciência e a cultura geral. Assim, seu planejamento passa pelo entendimento da necessidade de preparar profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação, e desta forma, contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, da Região Noroeste Fluminense e do município de Bom Jesus do Itabapoana. Nesse sentido, assume como sua missão Formar profissionais de nível superior, garantindo a qualidade, a solidez, a segurança e a modernidade, visando o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida. (...) Os principais objetivos dos cursos são fornecer base teórica para reflexão sobre a responsabilidade dos profissionais de mercado; preparar profissionalmente os educandos para o desempenho de suas atividades; propiciar atualização

continua sobre as novas tecnologias presentes no universo globalizado. (FAMESC, 2022a, on-line).

Desse modo, a FAMESC assume como um dos seus princípios institucionais a responsabilidade com o desenvolvimento local, regional e estadual, tanto por meio da qualificação para o mercado de trabalho quanto para a “ciência e a cultura geral” (FAMESC, 2022, on-line).

Conforme a pesquisa realizada no site da Instituição e no e-MEC, são 07 os cursos superiores de graduação ofertados pela FAMESC (Apêndice 22), sendo: 05 Bacharelados (Administração, Direito, Medicina, Enfermagem e Engenharia Biomédica), 01 Licenciatura (Ciências Biológicas) e 01 Tecnológico (Gestão Hospitalar). Já os cursos de pós-graduação Lato Sensu (Apêndice 23) são 03, sendo dois na área de Educação e outro em Saúde e Bem-Estar.

Não foram encontradas atividades, projetos ou núcleos de pesquisa realizados ou em andamento na FAMESC.

Todavia, obteve-se como resultado a existência de diversas publicações de natureza científica produzidas pela instituição (Apêndice 24), sobretudo na área do Direito.

Sobre as atividades de Extensão na FAMESC, a Instituição diz que

A Extensão na FAMESC se faz ver através das atividades e dos processos entre a Academia e a Comunidade em que se encontra inserida (...) com a garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social. (...) §2º. Por meio da extensão universitária, há socialização do saber acadêmico com o atendimento das demandas da comunidade interna e externa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do desenvolvimento local e regional, fortalecendo a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. (...) Art. 6º. A Extensão Universitária da FAMESC tem os seguintes objetivos: I. Evidenciar a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão nas ações realizadas; II. Fomentar o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico a outros saberes; III. Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação da FAMESC junto à sociedade; IV. Contribuir positivamente para o desenvolvimento da consciência social e política dos acadêmicos; V. Participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento local e regional, econômico, educativo, científico, tecnológico, social, esportivo, cultural e artístico; (...) VI. Enriquecer os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação com ações educativas significativas e transformadoras; VII. Sistematizar os conhecimentos produzidos; VIII. Vivenciar a responsabilidade social no cotidiano; IX. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação

do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país. (FAMESC, 2018, p. 4-6).

Embora a instituição afirme a importância da extensão desenvolvida em suas atividades superiores, ressaltando os aspectos da inserção local e regional, não foram encontrados projetos de extensão no site da instituição além de alguns cursos pagos, tais como Assistência à Enfermagem e Técnica de Aplicações de Injetáveis.

Contudo, ao analisar a página específica do curso de Bacharelado em Direito da Instituição, foi encontrada a referência ao “Núcleo de Cidadania” onde é informado, dentre outras questões, instituições/organizações com convênio firmado com a FAMESC para a atuação de seus estudantes de Direito (Apêndice 25). No total, 11 são as instituições e/ou órgãos governamentais mencionados como conveniadas, inclusive do Estado do Espírito Santo. Dentre as outras, conforme mencionado no Apêndice 25, citam-se: PROCON/RJ; Ministério Público/RJ; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ; Tribunal de Justiça/ES; Prefeitura Municipal de Guaçuí (ES); Sindicato dos Servidores Municipais de Divino de São Lourenço e Ibitirama (ES), por exemplo. (FAMESC, 2022c, on-line).

Também foram encontradas 06 instituições de saúde conveniadas ao curso de Enfermagem da FAMESC (Apêndice 26), tais como: Hospital Estadual São José do Calçado - São José Do Calçado (ES); Hospital Ferreira Machado (Campos dos Goytacazes/RJ); Hospital São Vicente de Paulo (Bom Jesus do Itabapoana/RJ), por exemplo. (FAMESC, 2022d, on-line).

Embora a instituição não deixe claro de que os convênios listados acima sejam parte das atividades de Extensão da faculdade, os lugares de atuação são externos a ela, indicando, assim, a atuação e serviços prestados pela comunidade acadêmica à sociedade por meio das instituições conveniadas.

4.2.8 Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP – Santo Antônio de Pádua)

A Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP), segundo informações disponíveis no site e-MEC (E-MEC, 2022), trata-se de uma IES de organização acadêmica credenciada atualmente como Faculdade, de natureza privada com fins lucrativos,

credenciada para a oferta de cursos presenciais, em nível de graduação e pós-graduação, cuja mantenedora é a Sociedade Educacional Desembargador Plínio Pinto Coelho LTDA. Foi credenciada em 2004 (E-MEC, 2022) e, segundo o disposto em seu site, a Instituição segue “(...) cumprindo seu compromisso de oferecer uma Educação de alto nível colaborando ativamente para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Noroeste Fluminense” (FASAP, 2022a, on-line).

Conforme a pesquisa realizada, foram encontrados 07 cursos superiores de graduação FASAP (Apêndice 27), sendo: 06 Bacharelados (Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil e Psicologia) e 01 Licenciatura (Educação Física). Já no que diz respeito à pós-graduação Lato Sensu, foram encontrados dois cursos (Apêndice 28), sendo: Psicologia em Emergências e Desastres e Gestão de Riscos, e Terapia Cognitivo Comportamental.

Não foram encontradas atividades, projetos ou núcleos de pesquisa realizados ou em andamento na FASAP. Todavia, obteve-se como resultado a existência de 06 volumes de Anais de Congresso natureza científica publicados pela instituição (Apêndice 29). Da mesma forma, não foram encontradas no site da instituição atividades de extensão promovidas pela FASAP, senão as atividades externas exigidas aos graduandos em função dos estágios curriculares obrigatórios de cada cursos.

4.2.9 Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES – Santo Antônio de Pádua)

Também em Santo Antônio de Pádua há a presença de outra Instituição de Ensino Superior: o Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), constituindo-se enquanto parte da Universidade Federal Fluminense (UFF):

A Universidade Federal Fluminense (UFF) se insere em Santo Antônio de Pádua no ano de 1985, com a oferta inicial de apenas um curso (Licenciatura em Matemática). Durante 26 anos, o polo da UFF em Santo Antônio de Pádua desenvolveu suas atividades no Colégio de Pádua e no CIEP Anaíde Panaro Caldas, com poucos professores. Na primeira década do século XXI, docentes, servidores e estudantes dedicaram-se ao projeto de construir em Santo Antônio de Pádua uma unidade de formação de professores, projeto que passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFF, o que foi

concretizado após a formulação de uma política federal de ampliação do ensino superior (REUNI), na qual a UFF ofereceu atenção especial à interiorização. Originalmente o Instituto foi criado sob o nome de Unidade de Formação de Professores pela Resolução 091/2008 do Conselho Universitário (CUV), de 12 de março de 2008. Posteriormente seu nome foi alterado para Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES) pela Resolução 75/2009 do CUV, de 27 de maio de 2009. Desde 2012, o INFES expandiu consideravelmente seus quadros, passando de um total de 14 (quatorze) docentes para 73 (setenta e três), de 6 (seis) técnico-administrativos para 23 (vinte e três) e contando, ainda, com 3 (três) bibliotecárias. (INFES, 2022a, on-line).

A UFF, segundo informações disponíveis no site E-MEC (E-MEC, 2022), é uma Instituição de Ensino Superior organizada como Universidade, de natureza pública juridicamente erigida enquanto Autarquia Federal, credenciada para a oferta de cursos presenciais e à distância. A presença da UFF em Santo Antônio de Pádua, por meio do INFES, visa atingir os três eixos universitários:

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na instituição têm transformado a realidade do município de Santo Antônio de Pádua e região. O avanço da cultura universitária tem afetado diversos setores, delineando um perfil profissional fundado na criticidade, nos princípios éticos, na responsabilidade e justiça social. A entrada da universidade na escola básica, por meio de diversos projetos, tem contribuído para a ressignificação da prática, e a participação efetiva dos estudantes universitários em diversas instâncias sociais tem alterado qualitativamente as relações com a população local. Junto a isso, os estudantes têm usufruído de oportunidades às quais muito dificilmente teriam acesso, tais como intercâmbios no exterior, participação de eventos científicos e em projetos de pesquisa, extensão e iniciação à docência. Em se tratando de uma região situada no interior do estado, as possibilidades advindas com a implantação do INFES podem ser avaliadas como bastante positivas. (INFES, 2022a, on-line).

Deste modo, insere-se enquanto instituição preocupada, dentre outras, com o desenvolvimento local e regional, cuja visão centra-se em

Tornar nosso instituto uma referência de ensino superior na região, além de viabilizar a realização de pesquisa de qualidade e a realização de extensão universitária, na qual todas as suas atividades são voltadas ao desenvolvimento e à melhoria da região no entorno de Santo Antônio de Pádua. (...) Consolidar a projeção do INFES, aumentando sua visibilidade em Santo Antônio de Pádua e na região, de modo a torná-lo uma referência em Ensino Superior. Expandir as atividades acadêmicas e a infraestrutura do INFES, permitindo atrair mais alunos de graduação e pós-graduação para o Instituto, e de modo a fortalecer ainda mais sua consolidação na região. (INFES, 2022b, on-line).

Conforme a pesquisa realizada, são 07 os cursos superiores de graduação oferecidos no INFES (Apêndice 30), sendo: 05 Licenciaturas (Matemática, Ciências Naturais, Educação do Campo, Computação, Física e Pedagogia) e 02 Bacharelados (Matemática e Computação).

Não foram encontrados cursos de pós-graduação Lato Sensu. Já os cursos de pós-graduação Stricto Sensu a nível de Mestrado são dois (Apêndice 31): Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia; e Ensino.

Enquanto Universidade, o INFES deve desenvolver obrigatoriamente atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sobre a atuação da Pesquisa universitária no INFES/UFF, foram encontrados no site da instituição 18 Grupos de Pesquisa (Apêndice 32); 53 Projetos de Pesquisa (Apêndice 33); e 17 Projetos de Extensão (Apêndice 34); todos estes focados sobretudo na área da Educação e das Humanidades

4.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO NO NOROESTE FLUMINENSE: RESULTADOS DA PESQUISA

Antes de apresentar os resultados obtidos nessa pesquisa, no entanto, convém antes relatar a experiência de coleta de dados. Observou-se que, em alguns casos, as IES investigadas não dispõem de um ambiente virtual de fácil localização de dados. As instituições privadas com fins lucrativos, sobretudo, possuem um website onde a experiência de navegação remete à divulgação dos cursos, mas cujas informações institucionais, estruturais das IES em si e dos próprios cursos divulgados, por exemplo, encontram-se incompletas ou de difícil localização. Chamou a atenção, por exemplo, a inexistência de informações referentes a laboratórios, hospitais/escolas de aplicação, dentre outros serviços relacionados à área da saúde.

A este respeito, foram observadas poucas menções a ambiente/sala/espço ou números de telefones relacionados às atividades prestadas à população e a comunidade. Dessa maneira, fecha-se um importante canal de comunicação entre a IES e a sociedade. Observou-se, em alguns casos, a falta de algumas informações importantes; ou apenas a existência a meras menções, por exemplo, à importância do ensino, da pesquisa e da extensão, mas sem informativos concretos quanto à quais pesquisas ou quais projetos

desenvolvidos, as investigações já realizadas ou sobre a comunicação dos resultados já alcançados.

Nesse sentido, as instituições onde melhores se obtiveram dados sobre atividades realizadas e/ou em execução nas dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão foram o INFES, IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana e Santo Antônio de Pádua, UNIG, UNIFSJ. Quando as outras, as informações foram mais limitadas e, em algumas, obteve-se apenas a dimensão do Ensino mediante a informação dos cursos existentes.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, convém analisar as Instituições de Ensino Superior presentes no Noroeste Fluminense a partir de três perspectivas: enquanto equipamento ou bem-dotado de uma dimensão física e outra humana, enquanto instituição geradora de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e enquanto lócus de inovação a partir da pesquisa e da extensão.

Enquanto equipamento físico e humano, as instituições demandam toda uma série de prestação de serviços básicos de infraestrutura, construção e manutenção necessários ao bom funcionamento de todas as atividades nelas desenvolvidas. Nesse sentido, as IES tornam-se geradoras de emprego de maior ou menor grau especialização (por exemplo, professores, administradores, técnicos em informática, de comunicação e informação, e equipes de apoio à limpeza predial, jardineiros, dentre outras) em diversas áreas, demandando por serviços tanto públicos quanto privados (por exemplo, água, eletricidade, transporte público, pavimentação, internet, telefonia, papelaria, dentre outras).

Nesse sentido, as IES são capazes de desencadear efeitos econômicos dinamizando a economia local, regional e, em alguns casos, nacional (por exemplo, artigos de papelaria e insumos médico-laboratoriais necessários às aulas de medicina, dentre outros não produzidos no Noroeste Fluminense). Tais efeitos podem ser percebidos, portanto, tanto em função da demanda de insumos, quanto a partir da geração de empregos.

Além disso, enquanto equipamento físico e humano produzido e, ao mesmo tempo, receptor, de políticas públicas da Educação, as IES promovem o desenvolvimento econômico no Noroeste Fluminense a partir do efeito multiplicador do PIB e da renda familiar, conforme analisado por Abrahão, Mostafa e Herculano (2011). Logo,

considerando que das nove IES presentes no Noroeste Fluminense somam um total de treze campis (sendo 03 do IFFluminense e 03 da FAETERJ), e que destes treze campis, oito são públicos, pode-se inferir o efeito positivo da multiplicação de 1,8% (ABRAHÃO; MOSTAFA; HERCULANO, 2011) sobre o Produto Interno Bruto tanto dos municípios-sede quanto do Noroeste Fluminense em conjunto; bem como, também, do efeito multiplicador da renda familiar 1,67% (ABRAHÃO; MOSTAFA; HERCULANO, 2011). Nesse sentido, a própria existência das instituições mostra-se como fator positivo de crescimento econômico. Ademais, considerando-se que todas as instituições privadas contam com financiamento do FIES (concedido por meio de renúncia fiscal) e possuem bolsas do PROUNI (concedido às IES via pagamento de bolsas pelo Governo Federal), o efeito multiplicador de PIB e de renda familiar no Noroeste Fluminense pode ser ainda maior. Logo, a ausência dessas instituições poderia significar dificuldades econômicas ainda mais significativas que as demonstradas nos Gráficos 4 (Salários Mínimos Médio) e 5 (População com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo).

Enquanto instituição geradora de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, as IES cumprem no Noroeste Fluminense o papel de formar Capital Humano em nível superior, cuja qualificação, em si, possibilita novas oportunidades de emprego cujo valor salarial é maior, conforme dito (LANGONI, 1973 apud POSTERNAK, 2014; SAVIANI, 2010a apud FAVARO; TUMOLO, 2016; DUARTE; SCHNEIDER, 2019), promovendo, desta maneira, o desenvolvimento econômico do próprio trabalhador, de seus familiares e dependentes. Além disso, salários mais elevados permitem a elevação do poder de consumo, o que pode, potencialmente, melhorar o comércio e a prestação de serviços locais.

Diante disso, e considerando o Gráfico 7 (Percentual de Empregos Formais com Base no Nível de Instrução Segundo Base no RAIS), o total de 17,91% de empregos formais de nível superior observados em toda a região poderia ser negativamente impactado pela ausência das IES, pondo em risco a oferta de serviços básicos especializados, como os da engenharia, saúde, direito, educação, dentre outros. Tal realidade se confirma quando se observa no Gráfico 8 (Série Histórica de Empregos Formais de Nível Superior Com Base no RAIS), a demanda por profissionais graduados foi crescente no Noroeste Fluminense entre os anos de 2006-2020.

Como ficou demonstrado no Gráfico 6 (Percentual de Receitas Externas nos Municípios do Noroeste Fluminense), o Noroeste Fluminense apresenta elevada dependência de receitas externas e, conforme os Gráficos 4 (Salários Mínimos Médio) e Gráfico 5 (População com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo), baixa renda média salarial. Conforme ainda o Gráfico 9, ficou demonstrada a participação de 53,84% da administração na geração de empregos locais na série histórica observada. Conforme os dados levantados, as IES no Noroeste Fluminense ofertam, ao todo, 67 cursos de graduação (distribuídos entre as nove IES), entre licenciaturas, bacharelados e tecnológicos. Diante do cenário econômico, parece correto afirmar que diversos dos cursos de graduação ofertados apresentam forte endogeneidade com a burocracia pública, seja direta ou indiretamente.

Diretamente relacionados ao setor público, os cursos de Licenciatura ganham destaques como cargos de nível superior altamente vinculados à burocracia municipal, estadual e federal. Tal perspectiva parece-nos correta ao considerar, conforme os microdados do Perfil Municipal (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019), que dos 370 estabelecimentos de ensino existentes no Noroeste Fluminense, apenas 87 são da iniciativa privada. Além disso, no que se refere à educação básica, cabe dizer que: as matrículas totais na Educação Infantil são de 14.484 alunos, sendo 4.031 em escolas privada; as matrículas totais no Ensino Fundamental são de 38.513 alunos, sendo 8.498 em escolas privada; as matrículas totais no Ensino Médio são de 12.166 alunos, sendo 1.196 em escolas privada (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019). Isto significa que mais de 86% das escolas são públicas e apenas 23,51% privadas, e que das 65.163 mil matrículas realizadas na Educação Básica, apenas 20,25% são em instituições privadas de ensino.

Ainda que haja mais de 23% do mercado voltados para a educação privada, há que se considerar que mesmo estas, em sua dimensão institucional, vinculam-se ao público, em virtude da necessidade de adequação à diretrizes e exigências legais do Ministério da Educação. A isto nos parece correto afirmar a existência de alguns cargos e profissões que, ainda que privados, vinculam-se indiretamente ao público. Outros exemplos a ser caracterizados nessa dimensão são os profissionais do Direito e das Ciências Contábeis (em virtude da necessidade de efetuar o pagamento de impostos de pessoas físicas e jurídicas, abertura de CNPJ, MEI, dentre outras atribuições). Mesmo

uma parcela dos profissionais da saúde são absorvidos pelo setor público, em hospitais, postos de saúde, dentre outros.

Diante disto, torna-se positiva a presença das referidas IES enquanto meio de assegurar a formação exigida às demandas da região, sobretudo em áreas de grande demanda social. Assim, com exceção da UniRedentor que só oferta Bacharelados, todas as outras IES do Noroeste Fluminense, contribuem para a formação deste mercado de trabalho, visto que todas possuem cursos de Licenciatura. Todavia, não foram encontrados cursos em todas as disciplinas adotadas no na Educação Básica. Por exemplo, nenhuma das instituições oferece (presencialmente) Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia, Filosofia e Geografia.

Enquanto instituições que desenvolvem pesquisa e extensão, foram encontrados diversos projetos que contemplam a realidade econômica do Noroeste Fluminense, por exemplo: 04 projetos de pesquisa na área da veterinária e manejo animal (Apêndice 03, nº 01, nº 02 e nº 03; Apêndice 19, nº 01); 01 projeto de extensão na área veterinária e de manejo animal (Apêndice 20, nº 07); 02 projetos de pesquisa voltados à produção, controle, utilização e/ou venda de laticínios (Apêndice 19, nº 10, nº 11); 02 projetos de pesquisa voltados à produção, controle, utilização e/ou venda de laticínios (Apêndice 20, nº 06, nº 39); 01 projetos de extensão voltados à cafeicultura (Apêndice 20, nº 08); 01 projetos de pesquisa voltados à produção de embutidos (Apêndice 19, nº 16); 02 projetos de pesquisa voltados à produção fruticultura (Apêndice 19, nº 05 e nº 09); 01 projeto de pesquisa voltado à agricultura familiar, à produção rural e prática agrícola (Apêndice 19, nº 08); 03 projetos de extensão voltados à agricultura familiar, à produção rural e prática agrícola (Apêndice 20, nº 43, nº45 nº 50); 02 projetos de pesquisa e extensão voltados à agricultura e ecologia (Apêndice 19, nº 06; Apêndice 20, nº 40); 01 projetos de pesquisa em análise microbiológica em alimentos (Apêndice 19, nº 04); 01 projetos de extensão em análise microbiológica em alimentos (Apêndice 20, nº 38); 01 projeto de pesquisa na área mineral (Apêndice 19, nº 20).

Além destes, também foi encontrado como atividade extensionista (Apêndice 20) desenvolvida no IFFluminense por três anos (2019, 2021 e 2022) o “Apoio a ALQUALIS JR. – Empresa Junior do curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Bom Jesus do Itabapoana – IFFluminense”, empresa júnior ligada à área de produção de

alimentos. Segundo o site da empresa, a AlQualis Jr. oferece serviços de consultoria em alimentos, englobando toda a cadeia produtiva: embalagens, layout, rotulagem, análise e aceitação de mercado consumidor, novos produtos, boas práticas e vida útil do produto (ALQUALIS JR., 2022). Tal prática extensionista colabora com o empreendedorismo, a criação de empregos e o desenvolvimento econômico dos municípios e da região.

Cabe ressaltar a endogeneidade das pesquisas que apresentam relação com os setores econômicos na região, sobretudo o IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana e, em menor escala, a UNIG. Todavia, considerando ser o Noroeste Fluminense uma região com perfil agropecuário, chama atenção a inexistência de um curso de Bacharelado em Agronomia (todavia, o IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana possui o curso Técnico em Agropecuária).

Para além da dimensão econômica, as Instituições de Ensino Superior no Noroeste Fluminense colaboram também para o desenvolvimento humano e social da região.

A existência de profissionais egressos dos cursos superiores nas instituições pesquisadas permite a existência de mão de obra qualificada capaz de suprir demandas e necessidades individuais e coletivas existentes entre a população local. Engenheiros, advogados, administradores, cientistas de alimentos, dentre outros, dispõem de capital cultural necessário à garantia de jurídico-políticas, organizacionais e alimentares, por exemplo, necessários ao crescimento da qualidade de vida dos habitantes da região.

Uma correlação importante que se pode fazer na pesquisa é aquela entre as IES e alguns indicadores sociais. A presença das IES no Noroeste Fluminense ajuda a explicar os índices positivos referentes à educação e à saúde obtidos nos municípios da região, conforme se observou no Gráfico 1.

No que concerne à educação, a oferta regular de cursos de Licenciatura tem permitido a formação de professores e pedagogos, ou seja, capital humano institucionalizado (BOURDIEU, 2001 apud BONAMINO *et al.*, 2010), necessário à promoção e democratização da Educação Infantil e a Educação Básica, isto é, o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio. Conforme o Gráfico 7, percebe-se que, apesar da existência de qualificação de profissionais da área de educação, sua presença não foi suficiente para assegurar a universalização da Educação Básica. A este respeito, pode-

se cogitar que a baixa empregabilidade formal da população adulta (Gráfico 3) e o elevado percentual de população sobrevivendo com menos de um salário mínimo (Gráfico 5) sejam os fatores socioeconômicos responsáveis pela evasão escolar, levando a adolescentes e jovens adultos a não completarem sua formação mínima (Educação Básica) em função da necessidade de complementação da renda doméstica em atividades informais. Quanto a isto, observa-se a necessidade de políticas de desenvolvimento econômico voltadas à região como forma de se assegurar não somente o crescimento da renda, mas, também, a garantia de capital humano, social e cultural suficiente à elevação da cultura, da convivência e do exercício da cidadania no Noroeste Fluminense.

No âmbito das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES no Noroeste Fluminense na área da Educação, em múltiplas dimensões, desde de estudos sobre o cotidiano escolar, formação docente, educação e mudança social, gestão, e políticas públicas, um total de 32 projetos, sendo: 20 projetos de pesquisa (Apêndice 19, nº 20; Apêndice 33, nº de 01 a 07, nº 09, nº 12, nº 13, nº 15, nº 17, nº 18, nº 30, nº 32, nº 37, nº 44 e nº 45); 08 grupos de pesquisa (Apêndice 32, nº de 01 a 06, nº 13 e nº 14); e 04 projetos de extensão (Apêndice 20, nº 14, nº 18, nº 31 e nº 51). Destacam-se, nesse contexto, o INFES e o IFFluminense campus Bom Jesus do Itabapoana.

Semelhantemente à presença de Licenciaturas, a oferta de diversos cursos superiores na área da Saúde torna-se variável fundamental na avaliação positiva dos indicadores de saúde oriundos do Noroeste Fluminense (Gráfico 1). O acesso à serviços especializados de atendimento médico, farmacêutico, odontológico, fisioterapêutico, nutricional, acompanhamento físico-esportivo e análises biológica contribuem significativamente para a melhoria das condições básicas de saúde, para o atendimento de emergências e para o bom acompanhamento e tratamentos médicos. Todavia, não se pode afirmar imediatamente, assim como nos indicadores de educação, que a existência de profissionais qualificados nesta área assegure a universalização do acesso a consultas, e terapias especializadas, à exames e a avaliações físico-clínicas à toda população do Noroeste Fluminense. A baixa renda média de grande parte da população (Gráfico 5) torna-se fator limitante, restritivo e excludente de bons meios de prevenção, identificação e tratamento de saúde que, muitas vezes, são de alto valor. Ainda assim, a

existência de tais profissionais permite que, ao menos no Sistema Único de Saúde, parcela significativa da população em cada um dos municípios possa ter um mínimo de atendimento/acompanhamento médico. Do contrário, possivelmente os indicadores referentes à saúde e longevidade apontariam números inferiores aos atuais.

No âmbito das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES no Noroeste Fluminense na área da saúde, destacam-se: 24 projetos de pesquisa desenvolvidos em saúde física e/ou psicológica (Apêndice 03); 02 projetos de pesquisa na área da saúde psicológica e comportamental (Apêndice 11, nº 01 e 04); 01 projeto de segurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 (Apêndice 20, nº34). Neste âmbito, UNIG e UNIFSJ se destacam em suas iniciativas de pesquisa e extensão na área da saúde. Convém, também, destacar a endogeneidade das pesquisas.

Logo, a existência tanto de cursos de Licenciatura em diversas áreas do conhecimento, quanto de bacharelados em Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Farmácia, Educação Física, Biologia, Biomedicina, Nutrição, Odontologia, bem como de diversas especializações Lato Sensu nessas áreas ou em afins, oferecidos pelas IES do Noroeste Fluminense, tornam-se fatores de promoção do desenvolvimento humano e social, cujos benefícios, para além da tão necessária integridade física, emocional, humana, familiar, repercute por extensão em um desenvolvimento econômico estável em virtude da possibilidade de assistência médico-odontológico-farmacêutico-cirúrgico à parcela empregada da população.

Já em uma perspectiva social imaterial, isto é, relativas às dimensões culturais, simbólica, políticas, cidadãs, necessárias à promoção do desenvolvimento humano encontram nas IES espaço de debate e troca de ideias. Nesse sentido, além do espaço físico das salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, a existência de diversos Periódicos (Apêndice 4, 8, 12, 16, 21, 24 e 29), Grupos de Pesquisa (Apêndice 11 e 32) e Projetos de Pesquisa (Apêndice 3, 11, 19 e 33) asseguram meios de comunicação e intercâmbio cultural cientificamente coordenados em várias direções das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A existência, no Noroeste Fluminense, de Instituições que promovam entre seus docentes, discente e técnico-administrativo espaços de reflexão acerca da condição humana, das relações interpessoais, das obrigações institucionais, dos direitos universais

inalienáveis, dos diversos e múltiplos papéis sociais conquistados pelas mulheres na sociedade contemporânea, da inclusão e da tolerância à diversidade em suas mais diferentes expressões, da liberdade à manifestação religiosa e à liberdade de culto, da superação de preconceitos e do combate a estruturas engessadas de estratificação social, asseguram, ao menos enquanto possibilidade, o desenvolvimento de novas trocas sociais e valoração pessoal imaterialmente importantes, ainda que dentro de uma estrutura produtiva econômica com graves problemas de estagnação.

Cursos como Direito, História, Teologia, Psicologia, tornam-se não somente “lugares” de promoção de saberes aplicáveis ao bom desempenho de atividades laborais exigidas pelo mercado de trabalho, mas também espaços de abertura às possibilidades, expandindo liberdades individuais instrumentais necessárias, segundo Sen (2010), à construção de um projeto de liberdade individual e conjunta, que podem, conforme Putnam (2006), dar origem a uma comunidade socialmente pautada na confiança, na reciprocidade e em valores comuns promotores do desenvolvimento, inclusive, em sua dimensão econômica.

Enquanto instituições que promovam a reflexão sobre as artes e as manifestações culturais, memória e sociedade, sobre o patrimônio histórico material e imaterial, sobre os direitos individuais e coletivos, sobre a liberdade de expressão, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade e de minorias no Noroeste Fluminense, destacam-se as seguintes iniciativas: 08 grupos de pesquisa (Apêndice, nº 02, nº 06, nº de 09 a nº 11, nº de 15 a nº 17); 24 projetos de pesquisa (Apêndice 3, nº 02 e nº 03; Apêndice 11, nº 02, nº 03 e nº 05; Apêndice 19, nº 14 e nº 18, Apêndice 33, nº de 05 a 08, nº 19, nº de 24 a 27, nº 31, nº 33, nº de 39 a 43; nº 46); 25 projetos de extensão (Apêndice 20, nº de 01 a nº 03, nº 17, nº de 21 a 23, nº 27, nº 30, nº 32, nº 35, nº 44, nº 47, nº 48, nº 58, nº 59, nº 61; Apêndice 34, nº 01, nº 04, nº 08, nº 11, nº 15 e nº 17). As IES com maior relevância neste sentido são o INFES, o IFFluminense e a UNIFSJ.

Por fim, deve-se analisar a relevância das referidas Instituições de Ensino Superior para além da região Noroeste Fluminense.

Com relação ao Estado do Espírito Santo, foram encontrados: 02 Projetos de Pesquisa na área da Educação desenvolvidos no INFES/UFF contemplavam territórios capixabas (os Projetos nº 12 e nº 20, conforme descrito no Apêndice 33); 01 Projeto de

Extensão na área de Ecologia e Sustentabilidade desenvolvido IFFluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana por três anos seguidos os municípios de Bom Jesus do Norte(ES), Apicá(ES) e São José do Calçado(ES) (conforme se observa no Apêndice 20, projetos nº 15, nº 28 e nº 56); 05 convênios na área do Direito foram firmados entre o Núcleo de Cidadania da FAMESC e instituições e/ou órgãos públicos do Espírito Santo (conforme os Convênios nº 06, nº 07, nº 08, nº 10 e nº 11 listados no Apêndice 25); bem como 03 convênios entre o curso de Enfermagem da FAMESC e instituições e/ou órgãos públicos do Espírito Santo (conforme os Convênios nº 03 e nº 06 listados no Apêndice 26).

Com relação à Minas Gerais, não foram encontrados explicitamente projetos de pesquisa e/ou extensão desenvolvidos em seu território por nenhuma IES do Noroeste Fluminense. Todavia, o IFFluminense *campus* Santo Antônio de Pádua desenvolveu em 2015 a pesquisa “Estudos sobre a qualidade da água de nascentes e do rio Pomba na cidade de Pádua e entornos” (Apêndice 19). Considerando que Santo Antônio de Pádua faz fronteira aos municípios mineiros de Recreio e de Palma, e que ambos pertencem à bacia hidrográfica do rio Pomba, pode-se pensar que ao menos dois territórios mineiros poderiam ser objetos potenciais da pesquisa supracitada.

Quanto a influência das Instituições de Ensino Superior em pauta em outros municípios fluminenses, foram encontradas: 02 convênios firmados com hospitais de Campos dos Goytacazes (Apêndice 26, nº 02 e nº 04); 01 projeto de pesquisa sobre Educação Especial em Maricá/RJ (Apêndice 33, nº 17); e 01 projeto de pesquisa referente à moradia social popular no Rio de Janeiro/RJ (Apêndice 33, nº 36).

Quanto a outros estados e/ou regiões não fronteiriços ao Noroeste Fluminense, foram encontrados: 01 projeto de pesquisa referente à Amazônia e clima global (Apêndice 33, nº 10); 01 projeto de pesquisa contemplando a dimensão psicossocial na cidade de São Luiz do Paraitinga/SP (Apêndice 33, nº 28); e 01 projeto extensão envolvendo mulheres do quilombo Mandira, estado de São Paulo (Apêndice 34, nº 17).

Diante da pesquisa realizada, constata-se a relevância das Instituições de Ensino Superior no Noroeste Fluminense como importantes fatores de desenvolvimento econômico, humano e social da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se compreender o papel das Instituições de Ensino Superior enquanto fatores de desenvolvimento no Noroeste Fluminense, mesorregião do Estado que apresenta graves problemas socioeconômicos.

Desde os primeiros clássicos da economia a educação já é vista como fator de desenvolvimento econômico e social. A teoria do Capital Humano passou a conceber os indivíduos enquanto meios de produção capazes de maximizar a capacidade produtiva a partir não somente da força de trabalho física, mas também intelectual, cognitiva e social. Diante disto, os incentivos à escolarização passaram a ser vistos como investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, entendido enquanto crescimento econômico.

A partir de meados do século XX, o desenvolvimento passou a englobar outras dimensões para além da economia, considerando a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento de suas potencialidades e o alargamento dos direitos sociais. Assim, a educação também se torna meio de transformação social, de desenvolvimento humano, em múltiplas perspectivas.

As Instituições de Ensino Superior se inserem nos processos econômicos, humanos e sociais, seja enquanto fatores de promoção de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, seja enquanto fatores de reflexão e debate sobre a condição dos indivíduos e da organização da estrutura social.

No Noroeste Fluminense, conforme se verificou nas pesquisas, as IES possuem importante papel na formação de mão de obra qualificada e promovem pesquisas

voltadas para a melhoria da produção e do empreendedorismo, colaborando assim para a melhoria das condições econômicas regionais. Como procurou-se discutir, a própria presença das IES já promove melhores resultados econômicos para os lugares a partir do efeito multiplicador sobre o PIB e a renda das famílias.

Na sociedade, em razão da presença das IES, tem-se a participação de profissionais qualificados necessários ao suprimento das necessidades sociais básicas, como saúde e educação, colaborando para melhoria nestes indicadores sociais. Sem as IES, a mão de obra necessária a estas demandas talvez fosse menor, comprometendo, assim, a qualidade de vida de seus habitantes.

Na esfera da cultura, as IES tornam-se lugares de promoção do debate, do livre-pensar e da crítica social. Promovem o resgate histórico, memorial e patrimonial da região, e colaboram para a superação de preconceitos.

Como ficou também demonstrado, as pesquisas desenvolvidas pelas IES no Noroeste Fluminense também se ocupam de escalas geográficas, e seus efeitos na formação de profissionais qualificados se espalha para outras regiões, sobretudo Espírito Santo e Minas Gerais. Nesse sentido, as IES conferem-se certa centralidade na formação de arranjos espaciais, espalhando seus efeitos para além dos limites do território fluminense.

Dentro dos limites da pesquisa, não foi possível realizar levantamentos quantitativos e estatísticos envolvendo macro e micro dados econômicos em uma longa série histórica, capaz de demonstrar os efeitos das IES no Noroeste Fluminense desde suas fundações até os dias atuais, a fim de se comprovar numericamente o desenvolvimento por elas promovido. Também não foi possível a realização de pesquisas de campo e entrevistas, que muito contribuiriam para uma investigação mais subjetiva e com maior participação, sobretudo dos agentes por detrás das IES: reitores, diretores, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo de apoio, moradores do entorno das faculdades, comerciantes locais, dentre outros. Tais abordagens ajudaram em muito a enriquecer o trabalho e a compreensão das IES no Noroeste Fluminense, e talvez sejam, no futuro, utilizadas em novos trabalhos desde mesmo autor ou de outros, igualmente interessados na relação entre a educação e o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Jorge; MOSTAFA, Joana; HERCULANO, Pedro. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicados do IPEA**, Brasília, n. 75, 3 fev. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.
- ALQUALIS JR. Nossos Serviços. **AlQualis Jr.**, 2022. Disponível em: <https://www.alqualisjunior.com.br/serviços>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- ANDRADE, Artur Leonardo. A formação territorial fluminense: das capitanias hereditárias aos dias atuais. *In*: RIBEIRO, Miguel Angelo; NUNES, Nathan da Silva. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/022020/6a6bfdba31d1653c8e1cb37b757a531a.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- BAPTISTA, Thiago Jeremias. O processo de industrialização fluminense. *In*: RIBEIRO, Miguel Angelo; NUNES, Nathan da Silva. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/022020/6a6bfdba31d1653c8e1cb37b757a531a.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BARRETO, Pedro. **Perfil John Maynard Keynes**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios052_completa.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BATISTA, João Marcos. A Evolução da Economia: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores. **SIPE – Revista Eletrônica de Educação da UniAraguaia**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/68/58>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

BONAMINO, Alicia *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/07.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BORGES, Pedro Pereira. Uma pequena reflexão sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Local. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 1-4, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – CF de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Oito objetivos com 18 metas a serem cumpridas até 2015**. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/bibliografia>. Acesso em: 12 set. 2022.

CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabiana Luciene. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**, João Pessoa: IFPB, 2016, n. 32. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575#:~:text=A%20Teoria%20do%20Capital%20Humano%2C%20em%20suas%20concep%C3%A7%C3%B5es%20gerais%2C%20favorece,interfere%20na%20pol%C3%ADtica%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Nossa História**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022a. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Missão Institucional**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022b. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/missao-institucional/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Centro de Iniciação Científica e Extensão - CENICE**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022c. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/cenice/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Núcleo de Apoio Psicopedagógico Educacional – NAPE**. Itaperuna: UNIFSJ, 2017. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/wp-content/uploads/2014/11/Regulamento-NAPE.pdf> . Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Clínica**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022d. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/clinica/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Núcleo de Estudos em Psicologia e Mindfulness (NEPSIM)**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022e. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/psicologia/nucleo-de-estudos/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ (UNIFSJ). **Resultado da Renovação e Inscrição de Projetos de IC e Extensão/Edital 2.2021**. Itaperuna: UNIFSJ, 2022f. Disponível em: <http://fsj.edu.br/unifsj/wp-content/uploads/2021/05/Resultado-IC.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Institucional**. Itaperuna: UniRedentor, 2022a. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/institucional>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Pesquisa**. Itaperuna: UniRedentor, 2022b. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/pesquisa>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Pesquisa Editais e Manuais**. Itaperuna: UniRedentor, 2022c. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/pesquisa/editais-manuais>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **REINPEC**. Itaperuna: UniRedentor, 2022d. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/pesquisa/reinpec>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Extensão NPJ**. Itaperuna: UniRedentor, 2022e. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/extensao/npj>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Extensão Núcleo de Empregabilidade**. Itaperuna: UniRedentor, 2022f. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/extensao/nucleodeempregabilidade>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (UNIREDENTOR). **Extensão Internacionalização e Mobilidade Estudantil**. Itaperuna: UniRedentor, 2022g. Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/extensao/internacionalizacaomobilidadeestudantil>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. Brasil: Cidades Sustentáveis, [2022?]. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br>. Acesso em: 20 set. 2022.

COUTINHO, Marcio; BITENCOURT, Mayra; FIGUEIREDO-NETO, Leonardo; FIGUEIREDO, Adriano. A contribuição das atividades de base agropecuária na geração de emprego nos municípios de Mato Grosso do Sul (Brasil). **EURE**, Santiago, v. 45, n. 135, p. 223-244, 2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0250-71612019000200223&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2022.

CRUZ, Carlos H. de Brito. A Universidade, a Empresa e a Pesquisa que o país precisa. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 5-30, 2000. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/101/94. Acesso em: 13 maio 2022.

DATAPEDIA. **Datapedia Público**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://datapedia.info/mapa>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *In*: SOUSA, Cidoval Moraes de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano Albino. (Eds.). **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 305-327.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 305-327, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KtKJTDHPd99JqYSGpQfD5pj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2022.

DUARTE, Vilmar Nogueira; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Territorial: Algumas Considerações Preliminares. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]** Natal: ENANPUR, 2019. Disponível em:

<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1158>. Acesso em: 2 fev. 2022.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília: e-MEC, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

FACULDADE EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (FASAP). **Histórico**. Santo Antônio de Pádua: FASAP, 2022a. Disponível em: <https://www.fasap.edu.br/a-fasap>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (FASAP). **Anais do Simpósio**. Santo Antônio de Pádua: FASAP, 2022b. Disponível em: <https://www.fasap.edu.br/anaisdosimposio>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS (FAMESC). **Regimento de Extensão**. Bom Jesus do Itabapoana: FAMESC, 2018. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/arquivos/regimento-extensao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS (FAMESC). **Missão, Objetivos e Metas**. Bom Jesus do Itabapoana: FAMESC, 2022b. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/cep#>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS (FAMESC). **Regimento de Extensão**. Bom Jesus do Itabapoana: FAMESC, 2019. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/arquivos/regimento-extensao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS (FAMESC). **Núcleo de Cidadania**. Bom Jesus do Itabapoana: FAMESC, 2022c. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/cep>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS (FAMESC). **Convênios de Enfermagem**. Bom Jesus do Itabapoana: FAMESC, 2022d. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/cep>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FAVARO, Neide de Almeida; TUMOLO, Galvão Paulo Sergio. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 557-571, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9y7GPHb7r7B6HQ6JRXg3nabr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **IFDM 2018 Índice FIRJAN Desenvolvimento Municipal Ano-Base 2016**. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Ranking IFDM 2018 - Consulta dinâmica por estado (Planilha)**. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

FERRARO, Alceu R. Malthus: população, pobreza e educação. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 8, p. 1-15, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/issue/view/424>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FULLER, Grayson. **Metodologia**. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Brasil: Cidades Sustentáveis, [2022?]. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/static/Metodologia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

FUNDAÇÃO CEPERJ. **Série Perfis Perfil Municipal**. Rio de Janeiro: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.ceperj.rj.gov.br/?page_id=245. Acesso em: 2 jun. 2022.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA (FAETEC). **Apresentação FAETEC**. Rio de Janeiro: FAETEC, 2022. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/institucional/apresentacao-faetec>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/580/611>. Acesso em: 2 maio 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas uma análise crítica. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 7, n. 1, p. 73-90, maio 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951699006.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC). **IDSC**, 2022. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA**. Tabela 3460. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3460>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (INFES). **Histórico**. Santo Antônio de Pádua: INFES, 2022a. Disponível em: <http://infes.uff.br/historico/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (INFES). **Visão**. Santo Antônio de Pádua: INFES, 2022b. Disponível em: <http://infes.uff.br/visao/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (INFES). **Grupos de Pesquisa**. Santo Antônio de Pádua: INFES, 2022c. Disponível em: <http://infes.uff.br/grupos-de-pesquisa/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (INFES). **Projetos de Pesquisa**. Santo Antônio de Pádua: INFES, 2022d. Disponível em: <http://infes.uff.br/projetos-de-pesquisa/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (INFES). **Projetos de Extensão**. Santo Antônio de Pádua: INFES, 2022e. Disponível em: <http://infes.uff.br/projetos-de-extensao/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Currículo Institucional do Instituto Federal Fluminense campus Itaperuna**. Itaperuna: IFFluminense, 2021. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao/curriculo_institucional_iff2021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Bom Jesus do Itabapoana Histórico**. Bom Jesus do Itabapoana: IFFluminense, 2020a. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/apresentacao>. Acesso em: 7 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Bom Jesus do Itabapoana Projetos de Extensão, Cultura e Diversidade**. Bom Jesus do Itabapoana: IFFluminense, 2022b. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/extensao-e-cultura/projetos-de-extensao-e-cultura>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Bom Jesus do Itabapoana Projetos de Pesquisa**. Bom Jesus do Itabapoana: IFFluminense, 2020b. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/pesquisa-e-inovacao/projetos-de-pesquisa>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Itaperuna Extensão e Cultura**. Itaperuna: IFFluminense, 2021c. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/extensao-e-cultura>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Itaperuna Histórico**. Itaperuna: IFFluminense, 2022a. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Itaperuna Pesquisa e Inovação**. Itaperuna: IFFluminense, 2021b. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/pesquisa-e-inovacao>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Santo Antônio de Pádua Extensão**. Santo Antônio de Pádua: IFFluminense, 2019. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/santo-antonio-de-padua/extensao-e-cultura>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Campus Santo Antônio de Pádua Pesquisa**. Santo Antônio de Pádua: IFFluminense, 2020c. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/santo-antonio-de-padua/pesquisa-e-inovacao>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Currículo Institucional do Instituto Federal Fluminense campus Itaperuna**. Itaperuna: IFFluminense, 2021a. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao/curriculo_institucional_iff2021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Deliberação N.º 15 de 21 de outubro de 2014**: Aprova as diretrizes da ação extensionista no IFFluminense. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, 2014. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/deliberacoes/cenpei/2014/deliberacao-cenpe-no-15-de-21-de-outubro-de-2014>. Acesso em: 8 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Essentia Editora**. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, 2022c. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Resolução Nº 025 de 26 de fevereiro de 2016: Regulamente as Atividades de Pesquisa do Instituto Federal Fluminense**. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, 2016. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-no-025-de-26-e-fevereiro-de-2016>. Acesso em: 8 jul. 2022.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE Itaperuna (ISEMI). **Institucional**. Itaperuna: ISEMI, 2022. Disponível em: <https://www.funita.edu.br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de. A economia de John Maynard Keynes: uma pequena introdução. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 118-137, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n1p118>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LEIS, Luciana Pereira; CAVALCANTI, Carolina Miranda. Capital Social e Suas Divergências Conceituais. **Estudo & Debate em Gestão Planejamento**, Lajeado, v. 26, n. 1, p. 56-73, 2019. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1879>. Acesso em: 7 maio 2022.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro; MOROSINI, Manlia Costa. Universidade, ensino-aprendizagem e utopia. **Revista Fórum Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 23-30, 1988. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181229/000022904.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 maio 2022.

LE MOS, Cristina. Inovação na Era do Conhecimento. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 5-30, 2000. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/101/94. Acesso em: 13 maio 2022.

LEONÍDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (1987-2012)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25316/1/TESE%20Luciano%20FI%c3%a1vio%20da%20Silva%20Leon%c3%addio.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. O ensino de graduação na universidade: a aula universitária. *In: SEMANA DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO INTEGRADO*, 12., 2003, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia: UCG, 2003. p. 1-13. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/UCG%20-%20ENSINO%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O%20Novo.doc>. Acesso em: 2 maio 2022.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE - Revista De Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XII, n. 21, p. 5-19, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LIMA, Jandir Ferrera de; PITAGUIRI, Sinival Osorio. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. **INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, mar. 2005. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/511>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LUCHT FILHO, Horst Lucht. **Desenvolvimento x Crescimento Econômico: uma análise histórica das teorias**. Curitiba: PET-Economia/UFPR, 2004. Disponível em: http://www.pet-economia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00020_TRABALHaO.PDF. Acesso em: 20 fev. 2022.

LYNN, Bernadette E. **Intellectual capital: unearthing hidden value by managing intellectual assets**. Toronto: Ivey Business Journal, 2000. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(lz5mqp453edsnp55rrgjct55\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1851886](https://www.scirp.org/(S(lz5mqp453edsnp55rrgjct55))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1851886). Acesso em: 2 fev. 2022.

MACEDO, Fernando Cezar de; PORTO, Leonardo Rodrigues. **Proposta de Atualização das Tipologias da PNDP: Nota Metodológica e Mapas de Referência**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8703/1/td_2414.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 53-84, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/w3H7SWw6FJFzHMbVdc7N7Nx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MAIA, Eber Martins; LEMOS, Maria Helena Oliveira. **CEJA: Centro de educação de jovens e adultos: Geografia**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/032020/109c055bf106b1b074dda5815df41ca9.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

MARAFON, Gláucio José. Transformações no espaço rural fluminense o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. *In*: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 105-121, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3zhhw/pdf/marafon-9788575114575.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

MARINHO, Isis. Processo de Regionalização do Noroeste Fluminense. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, ano 13, n. 2, p. 78-93, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30212>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/extensao-popular/extensao-popular.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

MENDES, Constantino Cronemberger; MATTEO, Miguel. Formação e evolução do planejamento regional no Brasil. *In*: CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR, Waldery (Orgs.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurban aa.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **IGC**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/igc>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Inep divulga indicadores que avaliam cursos e instituições**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/83581-inep-divulga-indicadores-que-avaliam-cursos-e-instituicoes>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. *In*: CRUZ, Bruno de Oliveira *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p. 43-77. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurban aa.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

MORAIS, Ingrid Agrassar. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea? *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: PUC-Paraná, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7598_5556.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 1-9, 1994. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1379>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOUTINHO, José da Assunção; RABECHINI JUNIOR, Roque. Centro de pesquisa universitária: caracterização do ambiente de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1-14, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/jS8Lhw4Sy9swFKQgBnDsQ3k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2022.

MÜLLER, Juliana Costa; MARTINS, Karine Joulie. Reprodução social e desenvolvimento humano: mídia-educação enquanto possibilidade de transformação social. *In: CONGRESSO LITERACIA, MEDIA E CIDADANIA*, 4., 2017, Braga (Portugal). **Anais [...]** Braga: CECS, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229420228.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-Estar Social – Origens e Desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 89-103, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5738/5260>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Diego Maciel de Oliveira; BARDEN, Júlia Elisabete. O que é Desenvolvimento? **Revista de Ciências da Administração – RCA**, Santa Catarina, v. 19, n. 29, p. 8-16, 2015. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/2980>. Acesso em: 14 dez. 2021.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio**. Nova York: ONU, 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ORTEGA, Antonio César; MATOS, Vitor Alberto. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 35-60, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n24p35/25585>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “Capital Humano”. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 185-191, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GZvy7G9DGMHJndk9NBTRGQK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PAVON, Paula Regina. **Alfred Marshall e a institucionalização da escola de economia**. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: pavon<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13348/1/HCS%20-%20Paula%20Regina%20Pavon.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PIRACICABA, Bruna; LEMOS, Linovaldo. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro: reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. *In*: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Revisitando o território fluminense**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 151-166, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3zhhw/pdf/marafon-9788575114575-09.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

PEREIRA, Luciene Maria Piries; MENEZES, Sezinando Luiz. Sobre idéias e instituições: A Riqueza Das Nações ou A Riqueza Da Nação? As idéias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 87-95, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324802008>. Acesso em: 8 jan. 2022.

PEREIRA JÚNIOR, Arthur Rodrigues. **Itaperuna (RJ) no contexto regional no Noroeste Fluminense**: um movimento entre a centralidade e a descentralidade. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/Artur-Rodrigues-Pereira-Junior.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferreira de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro (org.). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/PGDRA/EconomiaeDesenvolvimentoRegional.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PIQUET, Rosélia. **Território e Indústria no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Brasília: Plataforma Supcupira, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.xhtml?areaAvaliacao=0&cdRegiao=3&sgUf=RJ&ies=338583>. Acesso em: 7 jun. 2022.

POSTERNAK, Léo. A Teoria do Capital Humano no Brasil: o pioneirismo de Carlos Langoni. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Anpuh-Rio: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400198356_ARQUIVO_artigoANPUH2014.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

RAMOS, Carlos Alberto. **Introdução à Economia da Educação**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)/ CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). **Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. *In*: CARDOSO JR, Jose Celso (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3182/1/A%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

REZENDE, Maria José de. O desenvolvimento humano em contextos específicos: as propostas dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os desafios postos pelos estudos sobre a América Latina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 3, p. 487-514, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/JHCgHJ7z5pw5V6vJ9MPDJYp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RIBEIRO, Kennya de Lima; DICK, Jelson Luiz. A Influência do Nível de Escolaridade na Distribuição de Renda no Brasil. *In*: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 5., 2016, Montes Claros. **Anais** [...] Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2016. Disponível em: http://congressods.com.br/quinto/anais/gt_11/A%20INFLUENCIA%20DO%20NIVEL%20DE%20ESCOLARIDADE%20NA%20DISTRIBUICAO.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

RIBEIRO, Silvana Coutinho de Andrade. **Impactos socioeconômicos dos projetos de extensão do Instituto Federal Fluminense – IFF, Bom Jesus do Itabapoana/RJ**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2021. Disponível em: https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2022/01/Silvana_Coutinho.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

RODRIGUES, Cryslaine Flavia da Silva. A teoria da base de exportação de Douglass North: uma contraposição entre os casos do Brasil e estados unidos a partir do conceito de região. **Economia & Região**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 165-178, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/32554>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, dez. 2010.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SOUZA SANTOS, Reginaldo; BRAGA, Alexandra Maria da SILVA. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862004004.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 12, p. 230-273, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHOLZE, Simone; Chamas, CLAUDIA. Instituições públicas de pesquisa e o setor empresarial: o papel da inovação e da propriedade intelectual. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 5-30, 2000. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/107/100. Acesso em: 13 maio 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa universitária e inovação no Brasil. *In*: SCHWARTZMAN, Simon *et al.* (org.). **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação**: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: http://docs.politicascsti.net/documents/Brasil/CGEE_BR_2008.pdf#page=20. Acesso em: 12 maio 2022.

SCOVILLE, Eduardo H. Martins; OLIVEIRA, L. Gilson Batista de. As contribuições e o pensamento de John Stuart Mill no campo da economia. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 80-95, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/7/7>. Acesso em: 13 maio 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, Maurício Aguiar. O Sistema de Governança das Universidades. *In*: ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar (Orgs.). **Universidade e Desenvolvimento Regional: O Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

SERRÃO, Mônica; ALMEIDA, Aline; CARESTIATO, Andréa. **Sustentabilidade: uma questão de todos nós**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.

SILVEIRA, Alcimar Abreu. **Apropriação territorial: um estudo sobre as representações das transformações físicas do espaço de morar no Conjunto Habitacional Asa Branca em Bom Jesus do Itabapoana-RJ**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2019.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. **Noroeste Fluminense: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/F%C3%A1bio-Gustavo-Viana-Siqueira.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SOUZA, Joseane; POHLMANN, Mariana de Oliveira; GUIMARÃES, Natália Lobo. Mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense: Metropolitanas? *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 7., 2020, Brasília. **Anais [...]** Brasília: EBAP, 2020. Disponível em: <https://ebap.online/ebap/index.php/VII/viiebab/paper/viewFile/1018/412>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Notas sobre a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo: uma análise crítica. **Controversa**, São Paulo, v. 27, p. 27-38, 2004.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 12., 13., 2017, Niterói. **Anais [...]** Niterói: ABPHE, 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/8%20Algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Malthus%20ao%20Pensamento%20Econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TONON, Ivan Luis. O papel da educação no desenvolvimento econômico e no surgimento do empreendedorismo. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE EL ESPIRITU EMPRESARIAL, 14., 2008, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Nuevas empresas em un mundo nuevo, 2008. Disponível em: https://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/1890/1/13.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Estudo Socioeconômico Itaperuna**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2004. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 5 maio 2022.

VAIZEY, John. **Economia da Educação**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural – IBRASA, 1968.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **A Instituição**. Itaperuna: UNIG, 2022a. Disponível em: <https://unig.br/a-instituicao/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **Coordenação de Pesquisa (COPE)**. Itaperuna: UNIG, 2022b. Disponível em: <https://unignet.com.br/cope/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **Núcleo de Estudo em Saúde Coletiva – NESC**. Itaperuna: UNIG, 2022c. Disponível em: <https://unig.br/facbs/nesc/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **Programa de Iniciação Científica (PIC)**. Itaperuna: UNIG, 2022d. Disponível em: <https://unignet.com.br/pic/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **GAPP Grupo de Apoio Psicopedagógico**. Itaperuna: UNIG, 2022e. Disponível em: <https://unig.br/proac/gapp/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG). **Edital “RESULTADOS DOS PROJETOS APROVADOS - EDITAL 2022 CAMPUS V – ITAPERUNA”**. Itaperuna: UNIG, 2022f. Disponível em: https://unignet.com.br/wp-content/uploads/RESULTADOS-_PROJETOS_PIC_-APROVADOS_2022_CAMPUS-V-2.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

APÊNDICES

**APÊNDICE 1 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA
UNIG EM ITAPERUNA**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
Bacharelado	Administração	04/02/1997
Bacharelado	Direito	04/02/1997
Licenciatura	Educação Física	11/08/2003
Bacharelado	Enfermagem	03/08/1998
Bacharelado	Engenharia De Produção	13/02/2006
Bacharelado	Farmácia	01/08/2002
Bacharelado	Fisioterapia	04/08/1997
Bacharelado	Medicina	04/02/1997
Bacharelado	Medicina Veterinária	05/02/2007
Bacharelado	Nutrição	15/02/2019
Bacharelado	Odontologia	07/02/2000

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 2 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DA UNIG EM ITAPERUNA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Análises Clínicas	Saúde e bem-estar	16/04/2005	Eventual
Dermatoterapia Para Enfermeiros	Saúde e bem-estar	02/01/2018	Eventual
Endodontia	Saúde e bem-estar	01/01/2021	Eventual
Enfermagem do Trabalho	Saúde e bem-estar Saúde e bem-estar	10/03/2012	Eventual
Enfermagem em Alta Complexidade: Terapia Intensiva	Saúde e bem-estar	18/04/2009	Eventual
Enfermagem em Alta Complexidade: Urgência e Emergência	Saúde e bem-estar	04/08/2018	Eventual
Engenharia de Segurança do Trabalho	Engenharia, produção e construção	13/08/2016	Eventual
Farmácia Clínica Com Ênfase em Prescrição Farmacêutica	Saúde e bem-estar	15/12/2013	Eventual
Fisioterapia Cardiovascular, Respiratória e Terapia Intensiva	Saúde e bem-estar	07/07/2018	Eventual
Fisioterapia Em Traumatologia, Ortopedia Funcional e Terapia Manual Aplicada	Saúde e bem-estar	28/03/2009	Eventual
Fonoaudiologia Hospitalar	Saúde e bem-estar	19/05/2018	Eventual
Harmonização Orofacial	Saúde e bem-estar	09/05/2019	
Neurociências	Saúde e bem-estar	19/05/2018	Eventual
Neuropsicologia	Saúde e bem-estar	14/04/2018	Eventual
QSMS – Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde	Engenharia, produção e construção	28/03/2015	Eventual
Saúde Estética e Cosmetologia	Saúde e bem-estar	15/12/2013	Eventual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 3 – LISTA DE PROJETOS PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
APROVADOS NA UNIG DE ITAPERUNA DISTRIBUÍDOS POR ÁREAS DO SABER**

MEDICINA
1. Perfil descritivo de quedas em idosos e sua associação com fatores de risco em uma UBS de Itaperuna/RJ.
2. Depressão e envelhecimento: uma análise dos pacientes de uma instituição de longa permanência para idosos em Itaperuna/RJ.
3. Desenvolvimento de sepse em pacientes admitidos em unidade de terapia intensiva neurológica: características clínicas, diagnósticas e microbiológicas
4. Avaliação de rações padronizadas para roedores de laboratório com diferentes status genético.
5. Cigarro eletrônico: implicações do uso contínuo à função pulmonar.
6. Desnudando a sexualidade na terceira idade sob a perspectiva da AIDS.
7. O impacto da pandemia de covid-19 no desenvolvimento de obesidade infantil.
8. Estudo de prevalência da obesidade associada aos padrões alimentares em adolescentes escolares no município de Itaperuna/RJ.
9. Manifestações otorrinolaringológicas no pós-covid, em profissionais da saúde das UBS de Itaperuna/RJ.
10. "Scalp Block e drenagens de hematomas subdurais crônicos sob anestesia locorregional: uma análise multifatorial".
11. Pacientes internados por acidente vascular cerebral no estado do rio de janeiro: epidemiologia acerca dos últimos 10 anos.
12. Avaliação acerca da adesão dos homens no contexto da Atenção básica à saúde no município de Itaperuna/RJ e suas repercussões.
13. Doença aterosclerótica com manifestação carotídea e coronariana, um estudo de seguimento de 4 anos: o que os desfechos podem nos contar?
14. Análise interdisciplinar da inseminação caseira: desafios bioético-jurídicos e riscos à saúde da mulher e da criança.
15. O suicídio como morte mistanásica no brasil.
16. Análise da saúde mental dos estudantes do ciclo básico do curso de medicina em fase de pandemia covid-19.
17. A importância da capacitação dos cuidadores de idosos.
18. Estudo comparativo entre tomografia computadorizada e Raio-X à beira-leito nos setores de terapia intensiva do hospital são josé do Avaí.
19. Tratamento endovascular de síndromes compressivas de veia cava superior.
20. Avaliação da qualidade de vida dos adultos e idosos submetidos à hemodiálise do hospital são josé do Avaí – Itaperuna/RJ.
21. A importância do reconhecimento precoce do acidente vascular cerebral. Tumores cerebrais: tipo histológico mais prevalente no município de Itaperuna-RJ.
MEDICINA VETERINÁRIA
1. Avaliação de vacas de leite no período de transição submetidas ou não a uma dieta aniônica buscando avaliar incidência de distúrbios metabólicos e produção de leite.
2. Levantamento de doenças genéticas em matilha de cães na região de Itaperuna.
3. Acompanhamento de um rebanho de vacas em lactação no pós-parto para dimensão dos efeitos do balanço energético negativo (bem) na produção e reprodução no município de Itaperuna/RJ.
ODONTOLOGIA
1. Formulação de dentifrício fluoretado para campanhas de saúde bucal em comunidades carentes.

FARMÁCIA	
1.	Estudo da estabilidade físico-química de protetores solares produzidos pela farmácia universitária da Universidade Iguazu – campus V Itaperuna/RJ
2.	Ocorrência de aloimunização eritrocitária em receptores de transfusão sanguínea.
DIREITO	
1.	Refugiados na pandemia: o pragmatismo da suprema corte na proteção de direitos.
2.	Universitários em ação: a democratização do acesso cidadão à justiça eletrônica.
3.	A política de atendimento ao adolescente infrator na comarca de Itaperuna/RJ: estudo sobre a aplicação das medidas socioeducativas à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.
4.	Meio ambiente e sustentabilidade: a atuação do STF na agenda ambiental nos anos de 2010 a 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Edital “RESULTADOS DOS PROJETOS APROVADOS - EDITAL 2022 CAMPUS V – ITAPERUNA”. Disponível em: https://unignet.com.br/wp-content/uploads/RESULTADOS-_PROJETOS_PIC_-APROVADOS_2022_CAMPUS-V-2.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

APÊNDICE 4 – LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELA UNIG DE ITAPERUNA

REVISTA/ PERIÓDICO CIENTÍFICO	INDEXA- ÇÃO	AValiação QUALIS CAPES	ÁREA	VOLUMES JÁ PUBLICADOS	PERIODICI- DADE
Revista Eletrônica Saberes Múltiplos	Latindex	B5	Educação E Ciências Ambientais	12	Semestral
Revista De Engenharia, Meio Ambiente E Inovação	-	-	Engenharia	8	Semestral
Revista De Ciência & Tecnologia	Google Scholar	B5	Saúde Coletiva	17	Quadrimestral
Ciências Biológicas E Da Saúde	-	-	Saúde Pública	4	Quadrimestral
Revista De Ciências Jurídicas E Sociais Aplicadas	-	-	Multidisciplinar	4	Semestral
Revista De Ciências Jurídicas E Sociais Aplicadas	LatinRev e Red Latinoamericana	-	Direito	4	Semestral
Revista Cadernos De Pesquisa	-	-	Multidisciplinar	1	Semestral

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas do site da Instituição (2022).

**APÊNDICE 5 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA
UNIREDENTOR EM ITAPERUNA**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
Bacharelado	Arquitetura E Urbanismo	09/02/2009
Bacharelado	Direito	25/07/2011
Bacharelado	Enfermagem	23/03/2009
Bacharelado	Engenharia Civil	29/07/2002
Bacharelado	Engenharia Elétrica	03/02/2014
Bacharelado	Engenharia Mecânica	29/07/2002
Bacharelado	Fisioterapia	24/07/2006
Bacharelado	Fonoaudiologia	29/07/2002
Bacharelado	Medicina	03/08/2015
Bacharelado	Nutrição	29/07/2002
Bacharelado	Psicologia	18/07/2016

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 6 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DA UNIRENTOR EM ITAPERUNA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Engenharia de Segurança do Trabalho	Engenharia, Produção e Construção	14/03/2008	Eventual
Fisioterapia em UTI	Saúde	25/08/2012	Eventual
Fisioterapia Hospitalar	Saúde e Bem-Estar	20/07/2012	Eventual
Harmonização Estética e Funcional Orofacial	Saúde e Bem-Estar	28/08/2017	Eventual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 7 – LISTA DE LINHAS DE PESQUISA EXISTENTES NA
UNIREDENTOR/AFYA DE ITAPERUNA DISTRIBUÍDAS POR ÁREAS DE
CONHECIMENTO**

BIOMÉDICAS	
1.	Políticas e práticas e estratégias em saúde pública;
2.	Cuidados em saúde: Atenção Básica;
3.	Gestão em saúde e organização do trabalho;
4.	Cuidado em saúde da mulher, criança, adolescente, idoso, homem, família;
5.	Tecnologias do cuidado em saúde;
6.	Promoção, educação e vigilância em saúde;
7.	Sustentabilidade socioambiental;
8.	Sistemática e filogenia;
9.	Ecologia de populações e comunidades;
10.	Conservação e manejo de biodiversidade;
11.	Biologia celular e molecular;
12.	Farmacologia e imunologia;
13.	Epidemiologia;
14.	Etnologia;
15.	Microbiologia;
16.	Zoologia;
17.	Botânica;
18.	Genética e evolução;
19.	Nutrição, alimentação e saúde pública;
20.	Qualidade e inovação em alimentos;
21.	Diagnóstico e intervenção em nutrição e saúde;
22.	Intervenção nutricional;
23.	Bases experimentais e clínicas da nutrição;
24.	Análise de alimentos e segurança alimentar;
25.	Epidemiologia dos agravos alimentares.
BIOMECÂNICA	
1.	Processos básicos, desenvolvimento e recuperação funcional do sistema nervoso;
2.	Fisioterapia Cardiovascular, Respiratória, Fisiologia do Exercício e Desempenho Funcional;
3.	Recursos fisioterapêuticos na dor, reparo tecidual e desempenho funcional;
4.	Avaliação e Intervenção do Sistema Musculoesquelético;
5.	Avaliação e reabilitação das disfunções cardiopulmonares;
6.	Interações de recursos fisioterapêuticos em sistemas biológicos;
7.	Fisiopatologia Experimental;
8.	Saúde Funcional em motricidade orofacial e disfagia;
9.	Saúde Funcional em voz e desempenho comunicativo;
10.	Saúde Funcional em linguagem, audição e equilíbrio;
11.	Avaliação, intervenção e reabilitação na saúde auditiva;
12.	Procedimentos e implicações psicossociais dos distúrbios da audição;
13.	Educação inclusiva.
EXATAS	
1.	Transportes;
2.	Estruturas;
3.	Construção civil;
4.	Novos Materiais;
5.	Robótica, controle e automação;
6.	Processamento de sinais;
7.	Energia e sistemas elétricos;
8.	Telecomunicações e tecnologia das informações;

9.	Engenharia de segurança do trabalho;
10.	Corrosão;
11.	Materiais avançados;
12.	Sistemas e processos térmicos;
13.	Caracterização de materiais;
14.	Dinâmica dos fluidos;
15.	Métodos matemáticos e computacionais aplicados à ciência;
16.	Inovação e novas tecnologias;
17.	Dimensionamento;
18.	Análise estrutural e dinâmica de máquinas;
19.	Gestão de pessoas e do conhecimento da inovação e do empreendedorismo;
20.	Economia;
21.	Gestão e modelagem de sistemas;
22.	Gestão de projetos, produtos e serviços;
23.	Pesquisa operacional aplicada
HUMANAS	
1.	Ciências humanas, sociedade e saúde;
2.	Estudos da Linguagem e Cultura;
3.	Educação, política, história, cultura e sociedade;
4.	Políticas sociais;
5.	Filosofia, Pensamento Crítico e Cultura;
6.	Direitos humanos, cidadania e política;
7.	Sociedades indígenas, afrodescendentes e tradicionais;
8.	Urbanização, saúde e cultura;
9.	Gênero, corpo e saúde;
10.	Educação;
11.	Metodologias de ensino;
12.	Cognição e linguagem;
13.	Tecnologias educacionais;
14.	Gestão de permanência;

Nota: Embora existam tais linhas, não foram encontrados projetos de pesquisa realizados e/ou em execução no site da UniRedentor.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas no do site da Instituição (2022)

Disponível em: <https://www.uniredentor.edu.br/sites/pesquisa/apresentação>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**APÊNDICE 8 – LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELA
UNIRENTON/AFYA DE ITAPERUNA**

REVISTA/ PERIÓDICO CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AVALIAÇÃO QUALIS/CAPE S	ÁREA	VOLUMES JÁ PUBLICADO S	PERIODICIDAD E
Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico (REINPEC)	Google Scholar	-	Interdisciplinar	7	Semestral

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas no do site da Instituição (2022).

**APÊNDICE 9 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA
UNIFJS E ITAPERUNA**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Bacharelado	Administração	08/02/2010	8 semestres
Bacharelado	Biomedicina	04/02/2015	8 semestres
Bacharelado	Ciências Contábeis	07/04/1987	8 semestres
Bacharelado	Enfermagem	08/02/2010	8 semestres
Bacharelado	Farmácia	08/02/2010	10 semestres
Licenciatura	História	02/09/2002	4 anos
Licenciatura	Letras - Espanhol	06/02/2006	8 semestres
Licenciatura	Letras - Inglês	20/05/1968	8 semestres
Licenciatura	Letras - Língua Portuguesa	20/05/1968	8 semestres
Licenciatura	Matemática	06/03/1978	8 semestres
Bacharelado	Psicologia	24/06/2006	10 semestres
Bacharelado	Teologia	17/10/2017	8 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 10 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DA UNIFSJ EM ITAPERUNA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Educação Física Escolar	Educação	09/03/2014	Eventual
Enfermagem do Trabalho	Saúde e bem-estar	19/09/2012	Eventual
Esporte de Quadra	Saúde e bem-estar	19/05/2012	Eventual
Estudos de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira	Educação	19/05/2012	Eventual
Fisiologia do Exercício e Nutrição Esportiva	Saúde e bem-estar	05/04/2014	Eventual
Gestão de Departamento de Pessoal e Rotinas Trabalhistas	Negócios, administração e direito	03/03/2018	Eventual
Gestão Estratégica do Capital Humano	Negócios, administração e direito	03/03/2018	Regular
História do Brasil	Educação	17/05/2014	Eventual
Letras com ênfase em Língua Espanhola	Educação	05/06/2014	Eventual
Letras com ênfase em Língua Inglesa	Educação	05/06/2014	Eventual
Letras com ênfase em Português/Literatura	Educação	05/06/2014	Eventual
MBA em Controladoria e Finanças	Negócios, administração e direito	05/06/2014	Eventual
MBA em Gestão de Pessoas e Liderança Coach	Negócios, administração e direito	07/06/2014	Eventual
Musculação e Personal Training	Saúde e bem-estar	19/01/2013	Eventual
Psicomotricidade	Saúde e bem-estar	12/05/2012	Eventual
Psicopedagogia Clínica e Institucional	Saúde e bem-estar	17/05/2012	Eventual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do E-MEC (2022).

APÊNDICE 11 – LISTA DE NÚCLEOS DE PESQUISA E GRUPOS DE PESQUISA NA UNIFSJ

Núcleo de Estudo	
1.	Núcleo de Estudos em Psicologia e Mindfulness (NEPSIM).
Grupos de Pesquisa	
1.	Núcleo de Estudos em Psicologia e Mindfulness (NEPSIM).
2.	Ateísmo universitário e religiosidade no Noroeste Fluminense.
3.	Maria Alice Barroso: memória e identidade cultural numa escrita politizada a partir do interior fluminense.
4.	Psicologia e Mindfulness.
5.	Cidade de "Encantos Sem Par": Itaperuna e sua História.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (UNIFSJ, 2022e; 2022f).

**APÊNDICE 12 – LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELA
UNIFSJ DE ITAPERUNA**

REVISTA/PERIÓDICO CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AVALIAÇÃO QUALIS/CAPE	ÁREA	NÚMERO DE VOLUMES JÁ PUBLICADOS	PERIODICIDADE
Revista Transformar	Iadorim, Capes Periódicos, Latindex e Google Scholar	-	Interdisciplinar/ Ensino	15	Semestral

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas no site da Instituição (2022).

APÊNDICE 13 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO ISEMI EM ITAPERUNA

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Licenciatura	Ed. Física	06/03/2000	8 semestres
Bacharelado	Ed. Física	06/02/2017	8 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 14 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DO ISEMI EM ITAPERUNA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Arte, Movimento E Cultura	Educação	02/05/2021	Eventual
Gestão Escolar	Educação	15/03/2019	Eventual
Mediação Escolar Com Ênfase Em Educação Inclusiva	Educação	01/07/2022	Eventual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

APÊNDICE 15 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA FAETERJ EM ITAPERUNA, BOM JESUS DO ITABAPOANA E SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO PRESENCIAIS DA FAETERJ EM ITAPERUNA			
GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Licenciatura	Normal Superior	03/07/2001	6 semestres
Licenciatura	Pedagogia	02/02/2009	7 semestres
CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO PRESENCIAIS DA FAETERJ EM BOM JESUS DO ITABAPOANA			
Licenciatura	Normal Superior	07/01/2002	6 anos
Licenciatura	Pedagogia	09/02/2009	7 semestres
CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO PRESENCIAIS DA FAETERJ EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA			
Licenciatura	Normal Superior	28/05/2001	6 semestres
Licenciatura	Pedagogia	01/02/2009	7 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 16 – LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELA
FAETEC/FAETERJ**

REVISTA/PERIÓDICO CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AVALIAÇÃO QUALIS/CAPEIS	ÁREA	NÚMERO DE VOLUMES JÁ PUBLICADOS	PERIODICIDADE
Democratizar	-	-	-	13 (Última edição disponível data de 2013)	Semestral
Edu. Tec.	-	-	-	2 (Duas únicas edições em abril/2018)	-

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas no site da Instituição (2022).

**APÊNDICE 17 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO
IFFLUMINENSE EM ITAPERUNA E DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**

CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO IFFLUMINENSE EM ITAPERUNA			
GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Licenciatura	Química	16/05/2022	8 semestres
Bacharelado	Sistemas de Informação	13/05/2013	8 semestres
CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO IFFLUMINENSE EM BOM JESUS DO ITABAPOANA			
Bacharelado	Ciência e Tecnologia de Alimentos	02/08/2010	4.5 anos
Bacharelado	Engenharia de Computação	29/05/2020	5 anos

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 18 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DO IFFLUMINENSE EM ITAPERUNA E SANTO ANTÔNIO DE
PÁDUA**

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU PRESENCIAIS DO IFFLUMINENSE EM ITAPERUNA (E-MEC)			
DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Docência no Século XXI: Educação e Tecnologias Digitais no século XXI	Educação	21/05/2019	Regular
CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO PRESENCIAIS DO IFFLUMINENSE EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (E-MEC) *			
Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no Território do Campus Santo Antônio de Pádua	Ciências sociais, comunicação e informação	07/10/2017	Eventual

* Nota: O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no Território do Campus Santo Antônio de Pádua” consta no site do E-MEC, mas não está no site da Instituição, demonstrando, assim, divergência e/ou incompletude de informações.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC.

**APÊNDICE 19 – LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA REALIZADOS NO
IFFLUMINENSE NOS CAMPIS ITAPERUNA, BOM JESUS DO ITABAPOANA E
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**

CAMPUS ITAPERUNA*
Dados não disponíveis: “Página em atualização”.
CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA**
1. Avaliação de variedades de cana-de-açúcar para a suplementação de bovinos no município de Bom Jesus do Itabapoana, RJ. (2020)
2. Construção de um aplicativo para audiodescrição da Tabela Periódica. (2020)
3. Descoberta de Conhecimento a partir do Roteiro de Visita na região do CRN4 com mineração de dados. (2020)
4. Isolamento e atividade antimicrobiana de bactérias ácido lácticas autóctones da região Noroeste Fluminense. (2020)
5. Inovações Tecnológicas na Produção e Qualidade dos Frutos de Maracujá Amarelo no Estado do Rio de Janeiro. (2019)
6. Sistemas Wetlands para tratamento de águas residuárias com baixo custo para produtores rurais, e reuso na agricultura. (2019)
7. Arborização urbana: Relevância e benefícios no planejamento de cidades. (2019)
8. Inferência dos Impactos Políticos, Socioeconômicos e Ambientais de Projetos Educativos e Extensionistas Direcionados aos Pequenos Agricultores Familiares. (2019)
9. Avaliação pós colheita de frutos do maracujá BRS Perola do Cerrado (<i>Passiflora setacea</i>). (2019)
10. Obtenção da massa para requeijão por coagulação ácida e por coagulação enzimática: Principais variações sensoriais e tecnológicas. (2019)
11. Viabilidade técnica da adição de soro de queijo e farinha de resíduo agroindustrial em biscoito de polvilho. (2019)
12. Controle e monitoramento de estufas de culturas vegetais de baixo custo. (2019)
13. Isolamento e atividade antimicrobiana de bactérias ácido lácticas autóctones da região Noroeste Fluminense. (2019)
14. Cineclube Debates. (2019)
15. Biometria de variedades RB de cana-de-açúcar, em Bom Jesus do Itabapoana, RJ. (2019)
16. Elaboração de linguiça do tipo frescal a partir de carne ovina de descarte no município de Bom Jesus do Itabapoana. (2019)
CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA***
17. Estudos sobre a qualidade da água de nascentes e do rio Pomba na cidade de Pádua e entornos. (2015)
18. Memória das águas. (2015)
19. Solo paduano e ervas medicinais típicas: um estudo etnobotânico na prática pedagógica. (2015)
20. As adversidades da língua inglesa: um estudo juntamente às escolas públicas da cidade de Pádua. (2015)
21. Estudo e utilização das argilas para a produção de materiais cerâmicos no município de Pádua. (2015)

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (IFFLUMINENSE, 2020b; 2020c; 2021b, on-line).

**APÊNDICE 20 – LISTA DE PROJETOS DE EXTENSÃO REALIZADOS NO
IFFLUMINENSE NOS CAMPIS ITAPERUNA, BOM JESUS DO ITABAPOANA E
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**

CAMPUS ITAPERUNA*	
- Dados não disponíveis.	
CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA**	
1.	Cineclube Debates. (2015)
2.	Sarau do IFF: Poesia, música e arte. (2022)
3.	Memórias Fluminense sob o olhar do Etnodocumentário: Itinerário de Manoel Basílio Furtado. (2022)
4.	Herborização da vegetação arbórea da mata ciliar no IFF Campus Bom Jesus do Itabapoana e do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira, Rosal, em Bom Jesus do Itabapoana, RJ. (2022)
5.	Instalação de uma Unidade de Referência Tecnológica em Integração Lavoura-Pecuária-Floresta como estratégia para a difusão de sistemas integrados de produção. (2022)
6.	Pró-Leite: Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pecuária Leiteira do Noroeste Fluminense. (2022)
7.	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Bovinocultura. (2022)
8.	Desenvolvimento de Cafeicultura por meio de ações de Extensão a produtores em busca da excelência e da produção de cafés especiais - da lavoura ao consumo de cafés de qualidade. (2022)
9.	Rede Sabores & Saúde: Ampliação e disseminação de tecnologias em Agroecologia para ampliação/desenvolvimento de conhecimentos com respeito ao meio ambiente e a vida. (2022)
10.	Instalação de uma Unidade demonstrativa com plantas de pequi (Caryocar brasiliense Camb) e avaliação do potencial da espécie para exploração e povoamento de áreas antropizadas no Noroeste Fluminense. (2022)
11.	Fábrica de Software do IFFluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana: Desenvolvimento Ágil de Software. (2022)
12.	Fábrica de Software do IFFluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana: Gerenciamento Ágil de Projetos de Software. (2022)
13.	Apoio a ALQUALIS JR. – Empresa Junior do curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Bom Jesus do Itabapoana – IFFluminense. (2022)
14.	MentoBótica: Mentoria em Computação e Robótica para Estudantes da Educação Básica. (2022)
15.	Recuperação das áreas de recarga e da mata ciliar no entorno das principais nascentes do rio Itabapoana nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Bom Jesus do Norte, Apicá, São José do Calçado-ES. (2022)
16.	Popularização da Ciência: Desvendando a Microbiologia. (2022)
17.	ThaumaCast: o podcast do Cineclube Debates. (2022)
18.	Campo agrostológico como ferramenta pedagógica e instrumento para difusão de tecnologias. (2022)
19.	Lab_arte: Laboratório de Investigação de Poéticas Digitais. (2022)
20.	Gênero, Diversidades e Sexualidades na (pós-)pandemia: qual será o "novo normal"? (2021)
21.	Centro de Memória do Instituto Federal Fluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana: Memória Institucional e a preservação do acervo. (2021)
22.	NEABI Bom Jesus: educação, resistência e multiculturalismo para fortalecimento das relações sociais. (2021)
23.	Sarau do IFF: poesia, música e arte. (2021)
24.	Herborização da vegetação arbórea da mata ciliar no IFF-Campus Bom Jesus do Itabapoana e do Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira, Rosal, em Bom Jesus do Itabapoana, RJ. (2021)
25.	Rede Sabores & Saúde: Agroecologia para desenvolvimento de saberes, construção e acesso a comercialização justa e direta e respeito ao meio ambiente. (2021)
26.	Apoio a ALQUALIS JR. – Empresa Junior do curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Bom Jesus do Itabapoana – IFFluminense. (2021)

27.	Quartas Musicais. (2021)
28.	Recuperação das áreas de recarga e da mata ciliar no entorno das principais nascentes do rio Itabapoana nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Bom Jesus do Norte, Apicá, São José do Calçado-ES. (2021)
29.	Desvendando a Microbiologia. (2021)
30.	ThaumaCast: o podcast do Cineclube Debates. (2021)
31.	Campo agrostológico como ferramenta pedagógica e instrumento para difusão de tecnologia. (2021)
32.	Atividades lúdicas e a importância da conexão familiar mediante ao distanciamento social. (2020)
33.	Produção e distribuição de itens de higienização e material de proteção individual, visando a redução de riscos de transmissão do novo coronavírus (COVID-19), no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ e entornos. (2020)
34.	Programa de Investigação em Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (NUTRIFF) – sub-projeto I: Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19. (2020)
35.	Café com Letras. (2019)
36.	Preparatório Olimpíada Brasileira de Informática (OBI) em Bom Jesus do Itabapoana. (2019)
37.	Meninas na computação - uma chamada de meninas de Bom Jesus do Itabapoana para a carreira de programação. (2019)
38.	Análise das condições higiênicas e sociais que envolvem a comercialização de alimentos na feira de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. (2019)
39.	Proposição de ações para a melhoria das atividades desenvolvidas por produtores de leite do município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. (2019)
40.	Sistemas wetlands para tratamento de águas residuárias com baixo custo para produtores rurais e reuso na agricultura. (2019)
41.	Inferência dos impactos políticos, socioeconômicos e ambientais de projetos educativos e extensionistas direcionados aos pequenos agricultores familiares. (2019)
42.	Produção e Distribuição de Cestas Agroecológicas: Rede Sabor e Saúde. (2019)
43.	Implantação de sistema de mudas pré-brotadas de cana e assistência técnica a produtores rurais de Bom Jesus do Itabapoana. (2019)
44.	Vivenciando e incluindo valores por meio da agropecuária. (2019)
45.	Projeto de Extensão Rural entre o IFF Campus Bom Jesus e a comunidade filantrópica de Bethânia. (2019)
46.	Apoio a AIQualis Jr. - Empresa Júnior do Curso Superior em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Bom Jesus do Itabapoana - IFFluminense. (2019)
47.	Rolezinho cultural. (2019)
48.	Risque e Rabisque. (2019)
49.	Promover a educação ambiental nas escolas rurais através da produção e distribuição de mudas nativas e exóticas pelos alunos do Campus Bom Jesus. (2019)
50.	Produção de mudas de café qualidade para pequenos agricultores. (2019)
51.	A percepção do adolescente acerca da educação em saúde pelo lúdico e pela arte: um estudo fenomenológico. (2019)
52.	Alimentação saudável: desmistificando os questionamentos sobre o consumo de carnes. (2019)
53.	Aedes aegypti: disseminar o conhecimento, não o mosquito. (2019)
54.	Controle e monitoramento de estufas de culturas vegetais de baixo custo. (2019)
55.	Herborização da vegetação arbórea da mata ciliar no IFF-Campus Bom Jesus do Itabapoana, em Bom Jesus do Itabapoana, RJ. (2019)
56.	Recuperação da mata ciliar no entorno das principais nascentes e das áreas de recarga, do rio Itabapoana nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana - RJ, Bom Jesus do Norte, Apicá e São José do Calçado - ES. (2019)
57. CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA***	
58.	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no IFFluminense campus Pádua. (2015)
59.	Centro de Memória do campus Santo Antônio de Pádua: Território, Memória e Cultura. (2015)

60. Construção de experimentos de Mecânica Clássica no processo de ensino e aprendizagem. (2015)
--

61. Jovens Talentos para a Ciência Jornal IFFolha. (2019)

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (IFFLUMINENSE, 2019; 2021c; 2022b, on-line).

**APÊNDICE 21 – LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELO
IFFLUMINENSE**

REVISTA/PERIÓDICO CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AValiação QUALIS/CAPES	ÁREA	NÚMERO DE VOLLUMES.JA	PERIODICIDADE
Vértices	-	-	Multidisciplinar	24	Quadrimestral
Boletim Do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego (BOAARL)	Base - Bielefeld Academic Search Engine Crossref Metadata Search DOAJ – Directory Of Open Access Journals MIAR - Information Matrix For The Analysis Of Journals Sumários.Org - Sumários De Revistas Brasileiras	-	Meio Ambiente	19	Semestral
Cadernos De Extensão Do Instituto Federal Fluminense	-	-	Comunicação; Cultura; Direitos Humanos E Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia E Produção; Trabalho.	5	Anual
Bolsista De Valor	-	-	Sustentabilidade	4	

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas no site da Instituição (2022).

**APÊNDICE 22 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA FAMESC
EM BOM JESUS DO ITABAPOANA**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Bacharelado	Administração	05/08/2013	8 semestres
Licenciatura	Ciências Biológicas	01/08/2010	8 semestres
Tecnológico	Gestão Hospitalar	14/03/2019	6 semestres
Bacharelado	Direito	01/08/2011	10 semestres
Bacharelado	Medicina	21/08/2017	12 semestres
Bacharelado	Enfermagem	22/03/2010	8 semestres
Bacharelado	Engenharia Biomédica	Não iniciado	10 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 23 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DA FAMESC EM BOM JESUS DO ITABAPOANA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Educação Especial uma abordagem inclusiva	Educação	07/08/2019	Eventual
Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas	Educação	19/09/2017	Eventual
Urgência, emergência e UTI	Saúde e bem-estar	01/06/2017	Eventual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

APÊNDICE 24 – LISTA DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS EDITADAS PELA FAMESC

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AValiação QUALIS/CAPES	ÁREA	NÚMERO DE VOLUMES JÁ PUBLICADOS	PERIODICIDADE
Seminário Ensino, Pesquisa E Cidadania	-	-	Ensino/Interdisciplinar	28	Periodicidade Definida.
Anais Do I Colóquio De Iniciação Científica	-	-	Interdisciplinar	1	Periodicidade Definida.
Escritos Científicos Em Atenção Primária À Saúde	-	-	Saúde	1	Periodicidade Definida.
Escritos Científicos Sobre Anatomia Humana	-	-	Saúde	1	Periodicidade Definida.
Projeto Qualifica	-	-	Direito/Administração	24	Periodicidade Definida.
Teoria E Prática Em Convergência Na Administração	-	-	Administração	5	Periodicidade Definida.
Compendium Iuris	-	-	Direito	2	Periodicidade Definida.
Caderno De Resumos De Tcc	-	-	Interdisciplinar	2	Periodicidade Definida.
Ensino, Pesquisa E Cidadania Em Convergência	-	-	Ensino/Interdisciplinar	6	Periodicidade Definida.
Faces E Interfaces Do Direito	-	-	Direito	1	Periodicidade Definida.
Bioética, Biodireito E Dimensões Contemporâneas Do Direito	-	-	Direito	1	Periodicidade Definida.
Diálogo, Ensino E Direito	-	-	Direito	2	Periodicidade Definida.
Direito, Meio Ambiente E Sustentabilidade	-	-	Direito	1	Periodicidade Definida.
Direito, Sexualidade E Sociedade	-	-	Direito	2	Periodicidade Definida.
Direitos Sociais Em Tempo De Crise	-	-	Direito	2	Periodicidade Definida.
Projeto Ensino, Pesquisa E Cidadania - Produção Científica	-	-	Ensino/Interdisciplinar	5	Periodicidade Definida.

Projeto Qualifica-Metec Do Curso De Direito	-	-	Ensino/Interdisciplinar	1	Periodicidade Definida.
Projeto Qualifica-Metec Do Curso De Medicina	-	-	Saúde	1	Periodicidade Definida.
I Coloquio Interdisciplinar - Caderno De Resumos	-	-	Ensino/Interdisciplinar	1	Periodicidade Definida.
Anais Do I Colóquio Interdisciplinar Em Atenção Primária Em Saúde	-	-	Saúde	1	Periodicidade Definida.
Simpósio Integrado De Pesquisa Do Curso De Direito 2017	-	-	Direito	4	Periodicidade Definida.
Simpósio Integrado De Pesquisa	-	-	-	1	Periodicidade Definida.
Exposição Universitária Do Noroeste Fluminense	-	-	-	3	Periodicidade Definida.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (FAMESC, 2022b).

APÊNDICE 25 – LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVENIADAS AO NÚCLEO DE CIDADANIA DA FAMESC

Instituições Conveniadas ao Núcleo da Cidadania	
1.	Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON/RJ.
2.	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
3.	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.
4.	Rotary Club de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.
5.	17ª Subseção OAB Bom Jesus do Itabapoana/RJ.
6.	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (ES).
7.	Prefeitura Municipal de Guaçuí (ES).
8.	Sindicato dos Servidores Municipais de Divino de São Lourenço e Ibitirama (ES).
9.	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
10.	Ministério Público do Estado do Espírito Santo (ES).
11.	Prefeitura Municipal de São José do Calçado (ES).

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (FAMESC, 2022c).

**APÊNDICE 26 – LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVENIADAS AO CURSO DE
ENFERMAGEM DA FAMESC**

Instituições Conveniadas ao Curso de Enfermagem	
1.	Clínica Da Família - Bom Jesus Do Itabapoana.
2.	Hospital Dr. Beda – Campos.
3.	Hospital Estadual São José Do Calçado - São José Do Calçado (ES).
4.	Hospital Ferreira Machado – Campos.
5.	Hospital São Vicente De Paulo - Bom Jesus Do Itabapoana.
6.	USF - Unidade De Saúde Da Família - Bom Jesus Do Norte (ES).

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (FAMESC, 2022d).

**APÊNDICE 27 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DA FASAP
EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Bacharelado	Administração	01/06/2004	8 semestres
Bacharelado	Ciências Contábeis	Não iniciado	8 semestres
Bacharelado	Direito	17/12/2004	10 semestres
Licenciatura	Educação Física	02/05/2007	8 semestres
Bacharelado	Enfermagem	31/05/2009	8 semestres
Bacharelado	Engenharia Civil	29/07/2013	10 semestres
Bacharelado	Psicologia	01/02/2016	10 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 28 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PRESENCIAIS DA FASAP EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**

DENOMINAÇÃO	ÁREA	DATA DE INÍCIO DA OFERTA	PERIODICIDADE DE OFERTA
Psicologia Em Emergências e Desastres e Gestão De Riscos	Ciências sociais, comunicação e informação	13/08/2021	Regular
Terapia Cognitivo Comportamental	Ciências sociais, comunicação e informação	21/08/2020	Regular

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

APÊNDICE 29 – LISTA DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS EDITADAS PELA FASAP

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICO	INDEXAÇÃO	AVALIAÇÃO QUALIS/CAPES	ÁREA	NÚMERO DE VOLUMES JÁ PUBLICADOS	PERIODICIDADE
Anais do Simpósio Interdisciplinar da FASAP	-	-	Interdisciplinar	6	Anual

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (FASAP, 2022b).

**APÊNDICE 30 – LISTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO
INFES/UFF EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (E-MEC)**

GRAU	CURSO	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	PERIODICIDADE (INTEGRALIZAÇÃO)
Bacharelado	Matemática	14/03/2011	8 semestres
Licenciatura	Ciências Naturais	03/03/2012	8 semestres
Licenciatura	Educação do Campo	12/11/2014	8 semestres
Bacharelado	Computação	01/08/2011	8 semestres
Licenciatura	Física	03/02/2010	9 semestres
Licenciatura	Matemática	01/03/1985	8 semestres
Licenciatura	Pedagogia	09/03/2009	8 semestres

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados do e-MEC (2022).

**APÊNDICE 31 – LISTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
(MESTRADO) DA UFF/INFES EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA (SUCUPIRA)**

DENOMINAÇÃO	ÁREA BÁSICA	ÁREA DE AVALIAÇÃO	DATA DE INÍCIO DA OFERTA
Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia	Engenharia/Tecnologia/Gestão	Interdisciplinar	Ofertado em SAT em 2016/2017 e em 2022, em parceria com o campus da UFF de Volta Redonda.
Ensino	Ensino	Ensino	Oferta regular de quinze vagas anuais diurnas.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição e do banco de dados Plataforma Sucupira (2022).

APÊNDICE 32 – LISTA DE GRUPOS DE PESQUISA NO INFES/UFF

Grupos de Pesquisa	
1.	GEPSUB – Grupo de Estudo e Pesquisa Gestão Escolar Política e Subjetividade
2.	LAPIIS – Laboratório de Pesquisa em Infância, Imaginário e Subjetividades
3.	PODOC – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Docência
4.	TEC – Tecnologia, Educação e Cognição
5.	GEPEP – Grupo de estudos e pesquisas sobre Paulo Freire e educação popular
6.	BAKULO – Educação, Diversidade e Religião
7.	Grupo de Estudos do LEA (Laboratório de Ética Ambiental e Animal)
8.	LEDec – Laboratório de Estudos Decoloniais
9.	Observatório sobre Inclusão em Educação e Direitos Humanos
10.	Núcleo de Estudos e Pesquisas SANKOFA: Relações étnico raciais, memória, cidadania e Direitos Humanos
11.	Trincheiras Espaciais Simbólicas: Espaço, Cultura e Educação
12.	NUTAGRO – Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em Território, Ambiente e Agroecologia
13.	CTDEM – Currículo e Tecnologias Digitais em Educação Matemática
14.	GRUPES – Grupo de Pesquisa Educação e Saúde
15.	FLORA (Filosofias, Lógicas e Reescritas Acadêmico-Afetivas)
16.	Núcleo de Estudos e Pesquisas Saberes, Conflitos e Territórios
17.	Grupo de Estudos e Pesquisas em Cotidianos
18.	Núcleo de estudos, pesquisas e ensino ViDA – Vivências Didáticas Autorais

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (IFES, 2022c).

APÊNDICE 33 – LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA NO INFES/UFF

Grupos De Pesquisa	
1.	O Papel Social Da Escola Na Pandemia E No Pós-Pandemia (Situação: Em Andamento).
2.	Planejamento, Gestão E Participação: Faces Da Escola No Noroeste Fluminense (Situação: Em Andamento).
3.	Iniciação Científica – Sistemas Municipais De Educação: Interfaces Entre A Legislação E O Cotidiano Da Escola Na Pandemia Covid-19 (Situação: Em Andamento);
4.	Professores Formadores De Professores: Múltiplos Olhares Docentes Acerca Da Resolução CNE/CES 02/2019
5.	Interações E Brincadeiras Na Educação Infantil: Dos Documentos Legais À Prática Pedagógica
6.	Paulo Freire, Marxismo e Descolonialismo
7.	Paulo Freire, Ontologia Do Oprimido E Filosofia Da Educação Popular
8.	Espaços De Devoção, Religiosidade E Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: Diálogos Com Territórios Étnicos E Seus Sujeitos
9.	Trajetórias Da Formação De Professores No Interior Fluminense
10.	Problemas Ambientais E Amazônia Brasileira: Justiça Climática
11.	Educação Do Campo Em Plataformas De Cidadania
12.	Formação De Educadoras/Es Do Campo Na UFF E Mídias Sociais: Pedagogia Da Alternância Durante A Pandemia COVID-19.
13.	A Educação Especista: Dilemas Éticos E Políticos (PROAES-UFF3039)
14.	LEA – Laboratório De Ética Ambiental E Animal
15.	Diagnóstico Na Sala De Aula: Impactos Do Laudo Médico Nas Práticas Docentes Inclusivas No Ensino Fundamental Do Município De Santo Antônio De Pádua/RJ.
16.	Diagnóstico Precoce E Qualidade De Vida: Estudos Com Zika Vírus E Doenças Raras No Brasil
17.	Indicadores Educacionais Sobre 92 Educação Especial Na Educação Básica: Estudo Sobre Acesso, Permanência E Perfil De Estudantes 93 Público Alvo Da Educação Especial No Município De Maricá/RJ
18.	Subjetividades, Aprendizagem E Diagnósticos: Estudos À Luz Da Sociologia Do Diagnóstico.
19.	Estudos Críticos Sobre Deficiência
20.	Formação Básica De Ledoras/Es
21.	Formação Básica Em Audiodescrição
22.	Garimpeir@S Da Pesquisa
23.	Diagnóstico Precoce E Qualidade De Vida: Estudos Com Zika Vírus E Doenças Raras No Brasil
24.	Núcleo De Estudos E Pesquisas SANKOFA: Relações Étnico Raciais, Memória, Cidadania E Direitos Humanos. (Certificado Pelo Cnpq)
25.	Projeto: Escravidão E Memória Na Região Noroeste, De 1833 A 1888
26.	Projeto: Produção Cafeeira E Escravidão Em Santo Antônio De Pádua De 1833 A 1850
27.	Pesquisa Psicossocial Da Cidade – Santo Antônio De Pádua/ RJ E São Luiz Do Paraitinga/SP
28.	Núcleo De Ensino, Pesquisa E Extensão Em Território, Ambiente E Agroecologia” (NUTAGRO)
29.	Território De Experiências Interdisciplinares Agroecológicas (TEIA)
30.	Permacultura E Biorregionalismo Nas Pesquisas E Práticas Pedagógicas Da Educação Do Campos
31.	Grupo De Ensino E Pesquisa FLORA (Filosofias, Lógicas E Reescritas Acadêmico-Afetivas).
32.	Tempo Comunidade (Educação Do Campo) Eixo Temático: Educação E Sustentabilidade
33.	Núcleo De Estudos E Pesquisas Saberes, Conflitos E Territórios
34.	Projeto De Pesquisa: Direito À Habitação E À Cidade: Organização E Mobilização Comunitária De Famílias Trabalhadoras Urbanas Enquanto Beneficiárias Do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades
35.	Projeto De Pesquisa Coletivo: <i>Helping The Poor Stay Put: New Affordable Housing In Rio De Janeiro, Brazil</i>
36.	Projeto De Iniciação Científica: Moradia E Organização comunitária: Estudo Dos Processos De Mobilização De Famílias Trabalhadoras Pelo Direito `A Habitação, Beneficiárias Do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida Entidades Pelo Direito À Habitação
37.	O Método Regressivo-Progressivo Aplicado A Imagens Do Cotidiano Escolar

38.	Sindicatos Rurais E A Questão Agrária No Noroeste Fluminense
39.	Cidadania E Questões Étnico-Raciais No Brasil Republicano
40.	Brasil Republicano E A Construção Da Cidadania
41.	Leituras Sobre Raça, Racismo E Literatura Negra
42.	História Das Mulheres E Das Relações De Gênero Na Perspectiva Do Ensino
43.	Grupo De Pesquisa Núcleo De Estudos E Pesquisas, Saberes, Conflitos E Territórios
44.	Didática Da/Na Educação Superior: Reconfigurando O Vivido E Construindo Outros Modos De Professorar Em Co-Labor-Ação
45.	Filosofias Da Educação Matemática: Espectros Da Diferença
46.	Subjetividade, Memória E Violência Do Estado
47.	Classes De Funções Ultradiferenciáveis Globais E Suas Propriedades
48.	Estudos De Problemas Em Grafos
49.	Simulação Do Transporte De Poluentes No Rio Pomba Utilizando O Software IBER. Estudo De Caso: Santo Antônio De Pádua (RJ)
50.	Avaliação Das Ferramentas Da Plataforma MOHID Aplicadas Na Modelagem E Simulação De Eventos De Inundações
51.	Análise Do Rompimento De Barragem Utilizando O Software IBER. Estudo De Caso: Santo Antônio De Pádua (RJ)
52.	Eventos Extremos Com Risco De Inundação No Noroeste Fluminense: Modelagem Computacional Para Apoiar A Tomada De Decisão

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (IFES, 2022d).

APÊNDICE 34 – LISTA DE PROJETOS DE EXTENSÃO NO INFES/UFF

Projetos de Extensão	
1.	Seminários Integrados: Tempo Universidade e Tempo Comunidade
2.	Programa de Extensão do Grupo de Gestão Escolar Política e Subjetividade – GEPSUB: Diálogo, Experiência na Formação Inicial e Continuada no Noroeste Fluminense.
3.	Mãos de Girassóis: inclusão e escolarização dos povos do campo
4.	Projeto Trama: Mídias Sociais, Educação & Direitos Humanos em multiperspectivas. (Núcleo de Pesquisa Sankofa-UFF).
5.	Saúde e Adoecimento das populações Quilombolas e Afro-descendentes (ênfase em anemia falciforme). Cadastrado no SIGPROJ.
6.	Diálogos Psicossociais...: Curso de Emergências e Desastres
7.	Cartilhas do LEA
8.	Programa de Extensão Experiências cotidianas e processos inclusivos no território: diálogos entre pesquisas e a cultura local
9.	Grupo de Estudos Itinerantes
10.	Michel de Certeau no “Jardim das Delícias”
11.	“Música e educação no Noroeste Fluminense”
12.	ProLin (Programa de Extensão em Linguagens)
13.	Seminários Integrados: Tempo Universidade e Tempo Comunidade
14.	Tecendo uma formação de professores (de matemática): contribuições de uma prática entre educação matemática e cosmologias indígenas e...
15.	Ciclo de Estudos em Etnomatemática
16.	O Uso de Softwares de Domínio Público como Ferramenta de Auxílio na Aprendizagem de Conteúdos Matemáticos
17.	Artes(na)ato: Coletivo de Mulheres Artesãs e Costureiras do Mandira

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da Instituição (IFES, 2022e).